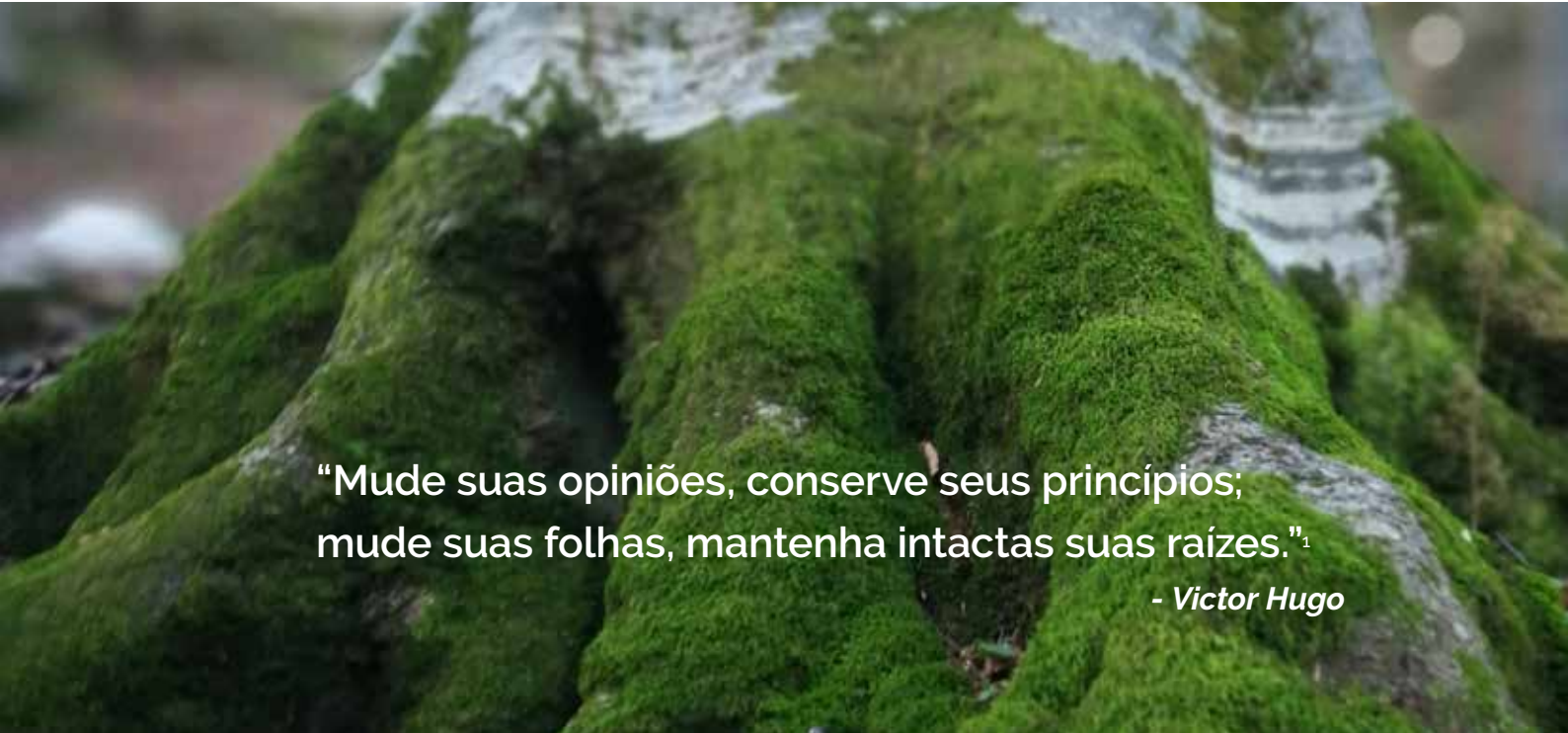


REVUE **SPIRITE** |

Journal d'Études Psychologiques
Fondée par ALLAN KARDEC



Lei divina
ou
natural
Consciência



**“Mude suas opiniões, conserve seus princípios;
mude suas folhas, mantenha intactas suas raízes.”¹**

- Victor Hugo

Mudar de opinião é um sinal de inteligência viva. Mudar de folhas é uma exigência da própria vida. No entanto, há algo que não pode ser abandonado sem que se perca o próprio sentido do crescimento: as raízes. Victor Hugo, com a lucidez que lhe era característica, recorda-nos que a verdadeira transformação não é uma ruptura com a essência, mas uma fidelidade dinâmica aos princípios que nos sustentam.

Vivemos tempos em que a velocidade das mudanças parece exigir, a cada dia, novas posições, novos discursos, novas formas de ver o mundo. O que ontem parecia sólido hoje é questionado; o que antes era consenso hoje se fragmenta em múltiplas perspectivas. Essa mobilidade não é, em si, um problema. Ao contrário: a rigidez do pensamento é uma das formas mais sutis de estagnação. A mente que se recusa a rever suas opiniões corre o risco de transformar convicções provisórias em dogmas pessoais, fechando-se à experiência, ao diálogo e à própria realidade.

Mas mudar de opinião não é o mesmo que renunciar aos princípios. Opiniões são construções históricas, culturais, psicológicas; nascem do contexto, do conhecimento disponível, das experiências vividas. Princípios, por sua vez, são os eixos éticos que orientam nossas escolhas mais profundas: o respeito pela dignidade do outro, a honestidade consigo mesmo, a responsabilidade pelos próprios atos, o compromisso com o bem possível. Quando confundimos opinião com princípio, tornamo-nos prisioneiros de ideias que deveriam ser apenas instrumentos de compreensão. Quando, ao contrário, sacrificamos princípios em nome da adaptação fácil, corremos o risco de nos tornarmos folhas ao vento, sem direção e sem coerência interior.

A metáfora das folhas e das raízes é particularmente eloquente. As folhas mudam conforme as estações: nascem, amadurecem, caem. O mesmo ocorre com nossas formas de pensar, nossas estratégias, nossas linguagens. Elas precisam se renovar para que a árvore continue viva.



Editorial



JUSSARA KORNGOLD
SECRETÁRIA - GERAL DO CEI
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

No entanto, é das raízes que vem o alimento silencioso, a sustentação invisível, a ligação com o solo da experiência e da consciência. Uma árvore que troca de folhas sem preservar suas raízes não se renova: ela se desintegra.

Há, portanto, uma ética da mudança. Não se trata de mudar por modismo, pressão social ou conveniência momentânea, mas de permitir que a consciência amadureça. A revisão de ideias é saudável quando nasce do confronto honesto com novos dados, com outras visões, com o sofrimento alheio que nos interpela, com a ampliação da empatia. Mudar de opinião, nesse sentido, é um ato de humildade intelectual: reconhecer que não vemos tudo, que aprendemos ao longo do caminho, que a verdade se deixa apreender por aproximações sucessivas.

Ao mesmo tempo, preservar as raízes é um ato de fidelidade moral. Em um mundo marcado por relativismos apressados e polarizações agressivas, manter princípios não significa

endurecer; significa não negociar aquilo que funda nossa humanidade.

Talvez o maior desafio contemporâneo seja exatamente esse equilíbrio: aprender a discernir o que em nós é folha e o que é raiz. O que pode e deve mudar — para crescer, corrigir, amadurecer — e o que precisa permanecer como eixo interno de coerência. Essa distinção não se faz de uma vez por todas; é um exercício contínuo de lucidez e de vigilância interior. Exige silêncio reflexivo, escuta do outro, disposição para o diálogo e coragem para revisar certezas sem trair valores.

Quando a mudança nasce de raízes firmes, ela não nos fragmenta; ela nos integra. Não nos torna volúveis; torna-nos mais conscientes. Não nos afasta de nós mesmos; aproxima-nos de uma versão mais autêntica do que podemos ser. É nesse equilíbrio silencioso entre renovação e fidelidade que a consciência cresce sem se perder de si mesma.

1. *Post-scriptum de ma vie* (texto póstumo), conjunto "Tas de pierres", seção V.

Revue Spirite

**Journal d'Études Psychologiques Fondée par ALLAN
KARDEC le 1er janvier 1858**

Propriedade do Conselho Espírita Internacional (CEI)

Logo et Marque Européenne enregistrée à l'**EUIPO** (Office
de l'Union Européenne pour la propriété intellectuelle)

® **Trade mark** 018291313

Marque française déposée à l'**INPI** (Institut National de la
Propriété Intellectuelle) sur le numéro ® 093686835.



Editado por

Federação Espírita Portuguesa

Praceta do Casal Cascais 4, r/c, Alto da Damaia, Lisboa

ISSN 2184-8068

Depósito Legal 403263/15

© **copyright 2020**

Ano 169

Nº24

CEI | Trimestral | Julho 2026

Distribuição gratuita

Direção (CEI)

Jussara Korngold

Coordenação (FEP)

Vitor Mora Féria

Coordenação Editorial

Sílvia Almeida

Edição e revisão de texto

Cláudia Lucas

José Carlos Almeida

Web

Marcial Barros

Arte e design

Sara Barros

revuespirite@cei-spiritistcouncil.com

www.revuespirite.cei-spiritistcouncil.com

www.cei-spiritistcouncil.com

Conteúdos

2	Editorial	Jussara Korngold
8	Espiritismo e Ciência	Filipa Ribeiro
32	Espiritismo e Filosofia	Luiz Fuchs
54	Espiritismo e Religião	Mário Frigéri
76	Revisitando a Revista	Dalva Silva Souza
86	A Geração Nova	Cândida Vieira Manuela Vieira
98	Palestras Familiares de Além-túmulo Hoje	Espírito Amigo
104	Plano Histórico	Sílvia Almeida
126	Espiritismo e Sociedade	Carlos Miguel Pereira
140	Momento Espírita	Redação Momento Espírita
146	Entrevista	Sandra Borba Pereira

Equipa

Revue Spirite

“Então, dize-me, — rogou Kardec, emocionado, — que sofredores são estes, cujos gemidos e imprecações me cortam a alma?”

E o orientador esclareceu, imperturbável:

— Temos junto de nós os que estavam no mundo plenamente educados quanto aos imperativos do Bem e da Verdade, e que fugiram deliberadamente da Verdade e do Bem, especialmente os cristãos infiéis de todas as épocas, perfeitos conhecedores da lição e do exemplo do Cristo e que se entregaram ao mal, por livre vontade... Para eles, um novo berço na Terra é sempre mais difícil...”¹

Fechamos, com o tema “Consciência”, os quatro Números desta publicação, dedicados à Lei Divina ou Natural. Como um livro sagrado interno, depositado no íntimo de cada ser que criou, Deus ofereceu ao Espírito a consciência, onde inscreveu, delicadamente, os caracteres da Sua Lei. Como todas as obras magistrais e intemporais, esse livro sagrado vai-se desvendando, à medida que o estudioso desenvolve a sua perspicácia e a sua capacidade de interpretação. Por isso, pelas dificuldades de decodificar a leitura íntima a que o nosso eu tem tido acesso, em todas as épocas missionários têm vindo ao mundo para auxiliar na melindrosa tarefa. O maior de todos? Jesus – modelo e guia da humanidade.

Veio ele mostrar e relembrar o que estava esquecido ou desprezado, no porão da alma,

no local mal iluminado e turvo que tem sido a consciência humana.

A sua mensagem brilha ainda, apontando os caminhos da Verdade e do Bem, educando, até hoje, as almas que se dispõem a entendê-lo e a segui-lo.

Talvez por essa razão, vejamos o Irmão X, ao narrar o expressivo sonho de Allan Kardec, identificar, em lugares tenebrosos da dimensão espiritual, não os grandes génios do mal de todas as épocas da história, ignorantes e animalizados, mas sim os “amigos” do Cristo, conhecedores, educados e esclarecidos...

Para nos auxiliar a ver com mais profundidade, os meandros desse “pensamento íntimo”, os autores deste Número incitam-nos à reflexão em torno do tema, ajudando-nos a descobrir rumos cada vez mais submissos à Grande Voz que, através da consciência, ressoa em cada um.

1. XAVIER, Francisco C. (Irmão X, Espírito) *Cartas e Crônicas*, Cap. 7.

NOTA: Relembramos que optámos por manter a grafia e a construção sintáctica do país de origem dos autores. Assim, o leitor encontrará, nas páginas desta série da *Revue*, artigos cuja redação obedece às normas do Português do Brasil e outros redigidos segundo as regras do Português de Portugal.

HISTÓRIA DE CAPA

Consciência é a parte humana desmaterializada; é a “voz interior” que orienta o ser sobre o bem e o mal.

Inata, de origem divina e progressiva, a consciência é delineada sob a perspectiva do infinito moral de perfeição.

Essa percepção íntima do dever moral, que indica o que é certo, não está sujeita a nenhuma lei que a condicione externamente.

Esta parte do ser é “algo” que pode ser obscurecido, mas não destruído.

A nossa escolha de capa exprime a ideia de reflexo da natureza íntima do ser, de fragmentos impressos na consciência em evolução até se tornar clara, firme e constante.

Um fragmento de tempo conturbado, um olhar atento do infinito sobre si mesmo.

Porque o olhar do Criador jamais abandona a criatura: permanece inscrito na própria consciência, centelha divina através da qual o infinito se reconhece silenciosamente em cada ser.



Alma, não
és mais que
um átomo da
vida dentro
do Universo
e Aquele
que te criou
concedeu-te
o poder de
um deus.*



1



2



3

*XAVIER, Francisco C. (Autores diversos). *A aurora de uma vida entre o Céu e a Terra*, Cap. 76

1. Sara Barros, “The Silent Presence of the Infinite in Every Being”, é a nossa escolha de capa para o número 24 da *Revue Spirite*.

2. SBarros, estudo de capa.

3. SBarros, estudo de capa.

FILIPA RIBEIRO*

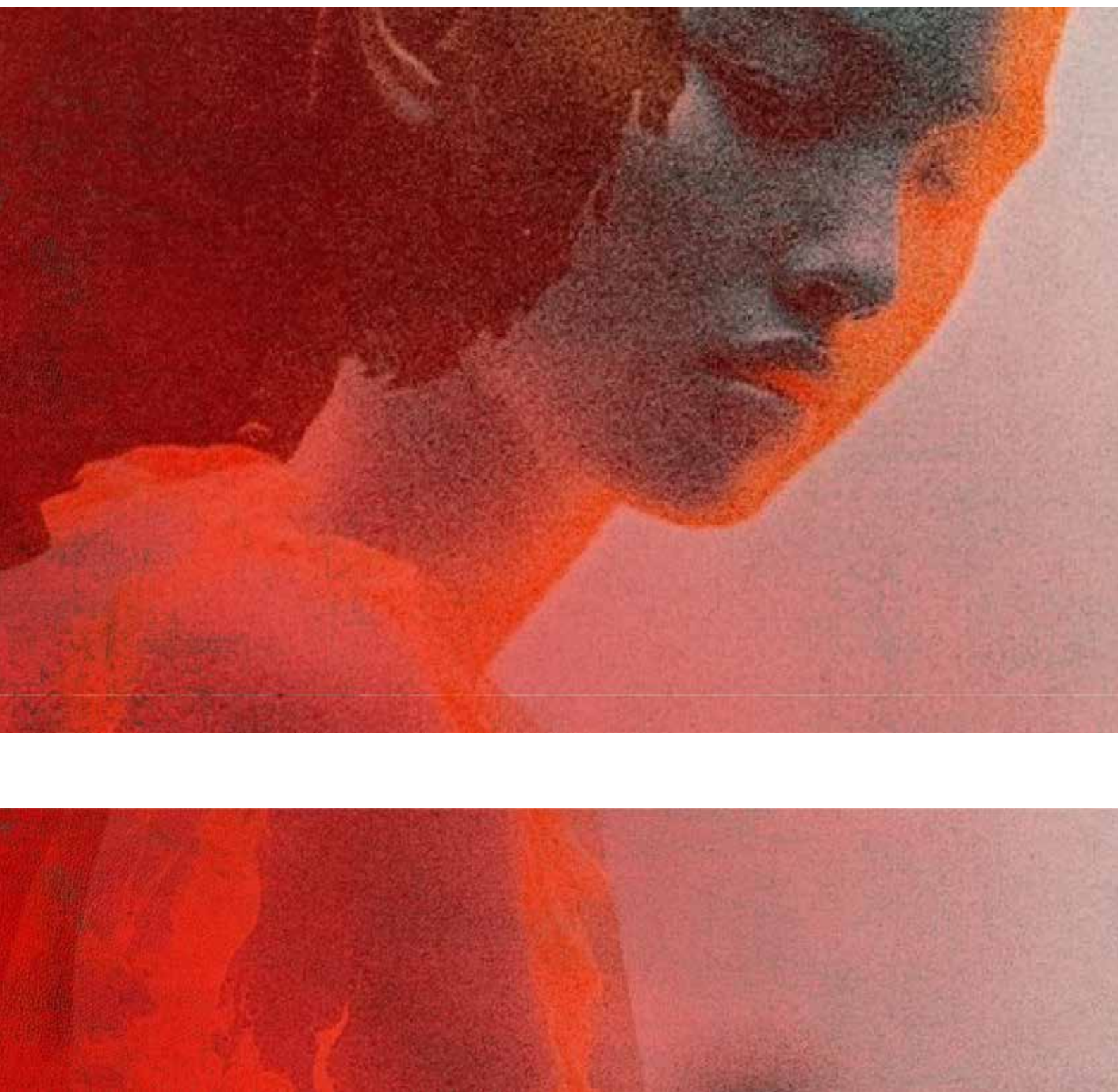


***Filipa Ribeiro**

Espírita desde 2009. Professora, Jornalista e Investigadora na área da Educação e Sociologia da Ciência.



Espiritismo e Ciência face a face



Consciência Realidade Amor



Resumo

Este artigo examina o conceito de consciência na obra de Allan Kardec, a partir de uma análise de conteúdo de 43 excertos extraídos de nove obras fundamentais do Espiritismo, agrupados em dez categorias temáticas que revelam uma doutrina coerente e multidimensional: liberdade de consciência, voz interior e senso moral, estado pós-morte, *lugar* das lei divinas, mediunidade, evolução anímica, entre outras. Em seguida, confronta-se esta visão com as principais abordagens da neurociência e da filosofia da mente contemporâneas — António Damásio, Stanislas Dehaene, David Chalmers, Nicholas Humphrey, Joseph LeDoux entre outros —, identificando convergências (como o reconhecimento de graus de consciência nos animais) e divergências irreduzíveis (substrato, sobrevivência à morte, origem da lei moral). Propõe-se um modelo de complementaridade por níveis de análise: a ciência descreve mecanismos; o Espiritismo oferece significado e finalidade. Por fim, explora-se a relação entre consciência, realidade e amor, mostrando como a emoção universal do kâma mûta, estudada pelo antropólogo Alan Fiske, ecoa a intuição espírita de que a consciência, na sua essência, é uma com o real e com o amor que constitui a lei divina inscrita em cada ser.

Palavras-chave: Consciência; Espiritismo; Neurociência; Amor; Realidade.



Algo que a ciência descreve mas não resolve: o mistério da consciência

Introdução

O que é aquilo que não pode ser ouvido, mas graças ao qual a audição é possível? O que é aquilo que não pode ser visto, mas que torna possível a visão? O que é aquilo que não pode ser conhecido, mas torna possível o conhecimento? Estas perguntas, que poderiam ter saído de um diálogo socrático ou de uma upanishad, apontam para algo que a ciência descreve mas não resolve: o mistério da consciência. Podemos medir ondas sonoras, mas não o ato de ouvir. Podemos registrar a incidência de fótons na retina, mas não o azul do céu visto pelos olhos encantados de uma criança. Podemos mapear a atividade neuronal com ressonância magnética funcional, mas nunca, a partir desse mapa, deduzir a experiência subjetiva de ser quem se é.



Nos Vedas – a primeira *literatura* da humanidade – a questão da consciência nunca passou pelo cérebro. O que torna possível toda a percepção, todo o pensamento, todo o conhecimento é a própria Consciência.

Esta não é um produto do cérebro, nem uma propriedade emergente da matéria organizada. É o fundamento. A consciência não é, pois, um atributo que possuímos. É o que somos. O pensador, o carpinteiro, o taxista, o cientista, o crente, a mãe, o filho, o professor — todos são ondas nesse oceano. O problema é que a maior parte da humanidade vive identificada com a onda, esquecendo o oceano.

Neste artigo, propomos analisar como o Espiritismo, codificado por Allan Kardec, concebe a consciência, e de que modo essa concepção dialoga com as mais recentes investigações da neurociência e da psicologia moral. A partir de uma análise de conteúdo de 43 excertos das obras de Kardec, identificaremos os grandes eixos temáticos da doutrina espírita sobre a consciência. Em seguida, confrontaremos esses eixos com os contributos de autores como António Damásio, Stanislas Dehaene, David Chalmers, Nicholas Humphrey, Joseph LeDoux, Jeffrey Schwartz, David Eagleman e Alan Fiske, entre outros, procurando pontos de encontro e de divergência. Finalmente, exploraremos a relação entre consciência, realidade e amor, mostrando que, para o Espiritismo, estas três palavras são indissociáveis e apontam para o fundamento último do que somos.



**A consciência não
é, pois, um atributo
que possuímos,
é o que somos**

1. A visão espírita da consciência: análise das obras de Allan Kardec

A palavra “consciência” surge nas obras de Allan Kardec com uma notável polissemia, ainda que sempre ancorada numa visão espiritualista e moral do ser humano. Longe de ser um conceito unívoco ou meramente psicológico, a consciência aparece como: voz interior que julga as nossas ações; senso moral produtor de paz ou remorso; princípio ético que fundamenta a liberdade de pensar e de crer; critério prático para avaliar o uso da mediunidade; atributo da alma que persiste — ainda que perturbado — após a morte; e lei divina inscrita no ser, embora frequentemente esquecida.

Para efeitos deste artigo, procedeu-se a uma análise de conteúdo de 43 excertos de nove obras de Allan Kardec em que surge o termo “consciência”. A seleção inclui textos da *Revista Espírita* (1858-1868), *O Livro dos Espíritos*, *O Livro dos Médiuns*, *O que é o Espiritismo?*, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, *A Génese* e *O Céu e o Inferno*. Os excertos foram agrupados em dez categorias temáticas, conforme o quadro seguinte.

Quadro 1 – Categorias temáticas da “consciência” nas obras de Allan Kardec

Categoria	Nº de Excertos	Percentagem	Obras
1. Liberdade de consciência	9	20,9%	LE (835, 836, 840, 841); OQE; RE (1860, 1865, 1867)
2. Consciência como voz interior e senso moral (remorso/ satisfação)	8	18,6%	RE (1860, 1867); CEI; OEV
3. Consciência pós-morte e estados alterados	7	16,3%	LE (162, 163); RE (1858, 1860, 1861); Gênese
4. Consciência como lei divina inata / conhecimento intuitivo	6	14%	LE (621-a, 650); RE (1863, 1866); Gênese; OQE
5. Consciência e mediunidade / faculdades espíritas	4	9,3%	LM (220); Instruções Práticas; RE (1860)
6. Consciência e a constituição da alma / dualidade do ser	3	7%	RE (1862, 1863)
7. Consciência nos animais	1	2,3%	RE (1860)
8. Consciência nos Espíritos primitivos (origem)	2	4,7%	LE (122); RE (1863)
9. Consciência como crítica à justiça humana	2	4,7%	RE (1866); Conclusão LE
10. Casos de consciência (escrúpulos religiosos)	1	2,3%	ESE

Legenda: LE = *O Livro dos Espíritos*; LM = *O Livro dos Médiuns*; OQE = *O que é o Espiritismo?*; ESE = *O Evangelho segundo o Espiritismo*; RE = *Revista Espírita*; CEI = *O Céu e o Inferno*; Gênese = *A Gênese*; Instruções Práticas = *Instruções práticas sobre as manifestações espíritas*.



O juízo moral é possível porque o espírito participa de uma verdade que o transcende

1.1 Liberdade de consciência

O tema mais recorrente é a liberdade de consciência, associada à componente moral de uma filosofia científica tal como Kardec define o Espiritismo. Em *O Livro dos Espíritos* (questão 835), pergunta-se: “Será a liberdade de consciência uma consequência da de pensar?” A resposta é lapidar: “A consciência é um pensamento íntimo, que pertence ao Homem, como todos os outros pensamentos”. Já em *O que é o Espiritismo?*, afirma-se: “Se alguém fosse por sua consciência arrastado a crer, por exemplo, que é o Sol que gira ao redor da Terra, nós lhe diríamos: ‘Acreditai-o se quiserdes, porque isso não fará que esses dois astros troquem os seus papéis’”. A única limitação, segundo a questão 840 de *O Livro dos Espíritos*, é a repressão de atos exteriores que prejudiquem terceiros — mas a crença íntima permanece inviolável. Este princípio coloca o Espiritismo numa posição de tolerância ativa que antecipa o conceito moderno de liberdade de pensamento e de crença. O Espiritismo, escreve Kardec, “não se impõe”; diz a todos: “Vede, observai, comparai e vinde a nós livremente, se vos convier” (RE 1867).

1.2 Voz interior e senso moral

A segunda categoria mais representada é a consciência como voz interior e senso moral, incluindo o remorso como mecanismo de correção. Na *Revista Espírita* de 1860, lê-se: “Cada homem tem em si o que chamais uma voz interior. É o que o Espírita chama de consciência, juiz severo, que preside a todas as ações de vossa vida”. O exemplo mais dramático é o de Jean Ryzak (RE, 1867), um operário que, doze anos após ter assassinado um camarada para ocultar um roubo, se entregou à justiça porque o remorso se tornara “intolerável”. Os Espíritos comentam: “A consciência produz dois efeitos diferentes: a satisfação de ter agido bem, a paz que deixa o sentimento do dever cumprido; e o remorso que penetra e tortura quando se praticou uma ação reprovada por Deus, pelos homens ou pela honra. É, propriamente falando, o senso moral”. Esta voz interior não é um eco da sociedade, nem um superego freudiano, nem um programa evolutivo de cooperação. É, na perspectiva espírita, um atributo da alma — uma lei divina inscrita no próprio ser. Helene G. Brenner, psicóloga clínica e autora de *I Know I'm in There Somewhere* (2003), descreve esta voz

interior como a nossa “primeira natureza”: “Quando estamos em contacto com essa primeira natureza podemos sentirmo-nos felizes, zangados, terrivelmente tristes, assustados ou em paz. Mas, qualquer que seja a emoção ou sentimento, estamos presentes. Sentimos que esses sentimentos vêm de nós” (Brenner 2003, 61). Na *Revista Espírita*, os Espíritos acrescentam: “Quando o homem está só, escuta essa consciência e pesa-se no seu justo valor. Por vezes envergonha-se de si mesmo. Nesse momento reconhece Deus, mas a ignorância, conselheira fatal, impele-o e põe-lhe a máscara do orgulho. (...) O homem de coração reto não tem a cabeça altaneira; escuta com proveito as palavras do sábio. Sente que nada é, e que Deus é tudo”. A diminuição da subjetividade — o “não ter a cabeça altaneira” — é, pois, o caminho prático para aceder a essa realidade interior.

1.3 Consciência pós-morte e estados alterados

Sete excertos abordam a consciência após a morte. A questão 163 de *O Livro dos Espíritos* é clara: “A alma tem consciência de si mesma imediatamente depois de deixar o corpo?” Resposta: “Imediatamente não é bem o termo. A alma passa algum tempo em estado de perturbação”. Esta perturbação varia conforme o grau evolutivo do Espírito. Na *Revista Espírita* de 1858, lê-se: “Tal estado nada tem de penoso para o homem cuja consciência é pura; sem compreender bem o que vê, está calmo e espera sem temor o completo despertar. Ao contrário, é cheio de angústias e de terrores para aquele que teme o futuro”. Há ainda casos de consciência lúcida durante estados de letargia (Sra. Schwabenhau, RE, 1858) e até de conservação momentânea da consciência após a decapitação (LE, 162): “Não raro a conserva durante alguns minutos, até que a vida orgânica se tenha extinguido completamente”. A doutrina espírita afirma, portanto, que a consciência não cessa com a morte biológica, embora possa sofrer perturbações transitórias.

1.4 Lei divina inscrita e conhecimento intuitivo

Seis excertos (14,0%) afirmam que a consciência contém a lei de Deus inscrita no ser. A questão 621a de *O Livro dos Espíritos* pergunta: "Visto que o homem traz em sua consciência a lei de Deus, que necessidade havia de lhe ser ela revelada?" Resposta: "Ele a esquecera e desprezara. Quis então Deus lhe fosse lembrada". Trata-se de uma posição inatista, mas não racionalista no sentido iluminista: a lei está lá, mas o homem precisa ser recordado — pelas revelações, pelos profetas, pelos Espíritos. Em *O que é o Espiritismo?* (Cap. III, 127), encontramos uma explicação complementar: "Qual a origem do sentimento a que chamamos consciência? É uma recordação intuitiva do progresso feito nas precedentes existências e das resoluções tomadas pelo Espírito antes de encarnar". A consciência moral é, pois, um verniz existencial: trazemos connosco as aquisições de vidas passadas, mesmo que delas não tenhamos memória explícita.

1.5 Consciência e evolução anímica

As categorias 7 e 8 (consciência nos animais e nos Espíritos primitivos) mostram que a consciência não é um atributo exclusivo do humano. Na *Revista Espírita* de 1860, os Espíritos afirmam: "Como o homem, o animal tem aquilo a que chamais consciência, e que não é outra coisa senão a sensação da alma quando fez o bem ou o mal". Quanto aos Espíritos em sua origem (LE, 122): "O livre-arbítrio desenvolve-se à medida que o Espírito adquire a consciência de si mesmo". A consciência é, assim, um processo evolutivo que vai desde a sensação rudimentar (no animal e no Espírito primitivo) até à plena lucidez moral.

Sistematizando, a análise dos 43 excertos revela que, para o Espiritismo, a consciência é, sucessivamente, um direito (liberdade de consciência), um juiz interior (remorso e satisfação), um estado que continua no pós-morte (perturbação ou lucidez), uma lei inscrita (que precisa ser lembrada), um critério ético (na vida e na vivência da mediunidade) e um processo evolutivo (que vai do mineral ao Espírito puro). A consciência não é um mero epifenómeno cerebral, mas um atributo do Espírito que sobrevive ao corpo e que constitui o fundamento último da identidade. Manoel Philomeno de Miranda, autor e investigador espírita, no livro *Consciência e Mediunidade* (2015), esclarece: "Alcançando a consciência de si ou transcendência do Eu, ele [o Espírito] edifica uma como base de lançamento para os grandes voos que deverá alçar para o infinito, com a consciência agora expandida para for a de si, para o Cosmo, sem perder a individualidade conquistada" (p.151).



**A consciência é
um pensamento
íntimo, que pertence
ao Homem, como
todos os outros
pensamentos**

2. Perspetivas científicas sobre a consciência

A ciência contemporânea, em particular a neurociência e a filosofia da mente, aborda a consciência a partir de uma premissa distinta: a de que ela emerge da atividade cerebral.

António Damásio, neurocientista português e autor de *O Livro da Consciência* (2010), mostrou que sentimentos morais como o remorso têm correlatos no córtex pré-frontal ventromedial e na ínsula. Para Damásio, os estados mentais e os estados cerebrais são equivalentes, uma vez que aqueles ocorrem no interior do cérebro. A consciência é entendida como um processo biológico que integra mapas neurais do corpo e do ambiente, gerando um “si mesmo” autobiográfico.

Stanislas Dehaene, neurocientista cognitivo francês e autor de *Consciousness and the Brain: Deciphering How the Brain Codes Our Thoughts* (2014), distingue entre acesso consciente (a informação que se torna globalmente disponível no cérebro através do “espaço de trabalho global”) e a consciência fenomenal (a experiência subjetiva em si). Através de experiências com imagiologia funcional, Dehaene procura identificar as “assinaturas neuronais da consciência”.

David Chalmers, filósofo da mente australiano, cunhou a expressão “problema difícil” da consciência (*hard problem*): explicar como processos físicos dão origem à *qualia* — a sensação de vermelho, a dor de uma perda, a paz do dever cumprido. Chalmers argumenta que, mesmo que se descrevam exaustivamente todos os correlatos neurais, a questão de por que motivo esses processos são acompanhados de experiências subjetiva permanece sem resposta.

Manuel Curado, filósofo português e autor de *Luz Misteriosa – a consciência no mundo físico* (2007), defende que o “problema difícil” é um mal-entendido dentro do edifício do conhecimento disponível à data e que “não expressa uma arquitetura do próprio real, mas apenas uma arquitetura provisória do estado do conhecimento humano” (Curado 2007, 269-270).

Nicholas Humphrey, neuropsicólogo britânico e autor de *Poeira da Alma: A Magia da Consciência* (2011), propõe que a consciência é um “teatro autocriado para a mente”, uma representação interna que permite ao indivíduo conhecer a sua própria mente e, por extensão, a mente dos outros. Humphrey rejeita que a experiência consciente seja obra do acaso e argumenta que ela evoluiu para nos encorajar a ir mais além do que as meras opções de sobrevivência. Nos não-humanos, a consciência terá contribuído para um maior sentido identitário, mas sem a criação da ideia de um “eu” — já no ser humano, o córtex visual primário possui uma camada extra de células que não existe nos outros primatas.

Joseph LeDoux, neurocientista americano e autor de *O Cérebro Consciente* (2019), parte do princípio de que a consciência é um produto do cérebro. Contudo, reconhece que é a consciência que nos permite “não só experienciar o presente, mas também imaginar o ausente. Através da consciência podemos recordar o nosso passado e antecipar o nosso futuro” (LeDoux 2019, 49). Neste ponto, LeDoux e Humphrey convergem: a consciência é o que torna a vida digna de ser vivida, permitindo-nos ir além dos automatismos da sobrevivência.

David Eagleman, neurocientista americano e autor de *The Brain: The*



**A consciência não
cessa com a morte
biológica, embora possa
sofrer perturbações
transitórias**

Story of You (2015), sugere que nos tornamos quem somos não pelas sinapses que se multiplicam no cérebro, mas pelas que são removidas ao longo do desenvolvimento. Eagleman destaca a plasticidade cerebral e a capacidade de reconfiguração constante dos circuitos neurais.

Jeffrey Schwartz, psiquiatra e investigador americano, e Sharon Begley, jornalista científica, publicaram *The Mind & the Brain: Neuroplasticity and the Power of Mental Force* (2002), onde demonstram que doentes com transtornos obsessivo-compulsivos, quando incentivados a focar comportamentos positivos, conseguiam induzir alterações permanentes nos seus circuitos neurais. Este trabalho desafia a visão estritamente materialista, sugerindo que a mente pode moldar o cérebro.

Dick Swaab, neurocientista holandês e autor de *We Are Our Brains* (2014), defende uma posição materialista radical: tudo o que pensamos, sentimos e somos é determinado pela atividade cerebral, desde o útero até à doença de Alzheimer.

A questão da consciência nos animais também tem sido objeto de consenso crescente. A Cambridge Declaration on Consciousness (2012),

assinada por numerosos neurocientistas, afirma que mamíferos, aves e outros animais possuem os substratos neurológicos necessários para a consciência, reconhecendo graus variáveis de experiência subjetiva.

Quanto ao debate sobre o livre-arbítrio, encontramos posições contrastantes. O neurofisiologista Benjamin Libet (2004) e o psicólogo Daniel Wegner (2002) defenderam que a decisão inconsciente precede a tomada de consciência, pondo em causa a existência do livre-arbítrio. Por outro lado, filósofos como Daniel Dennett (2003) e John Searle (2000) defendem formas compatibilistas, em que a liberdade humana se manifesta na capacidade de inibição e planeamento a longo prazo, ainda que enraizada em processos neurais determinísticos.

Vemos, pois, que a ciência descreve a consciência como um fenómeno emergente da atividade cerebral, estuda os seus correlatos neurais, distingue níveis de acesso e admite graus de consciência noutras espécies. Contudo, o “problema difícil” permanece por resolver e há autores que questionam se a metodologia científica atual é suficiente para o fazer.

3. Diálogo entre Espiritismo e Ciência: convergências e divergências

Colocando lado a lado a doutrina espírita e as perspectivas científicas, é possível identificar convergências notáveis e divergências irreduzíveis. O quadro abaixo sistematiza alguns dos principais pontos de contacto.

Quadro 2 – Diálogo entre Ciência e Espiritismo sobre a consciência

Tema	Posição da Ciência (representativa)	Posição do Espiritismo (a partir dos excertos analisados)	Possível ponto de diálogo
Origem da consciência moral	Emerge da evolução e da neurobiologia (empatia, reciprocidade, seleção de grupo)	É uma lei divina inscrita, recordada de vidas passadas (LE 621-a; OQE III-127)	Ambos reconhecem que a consciência moral não é arbitrária: tem uma história (evolutiva ou reencarnatória)
Remorso	Correlato neural na ínsula e córtex pré-frontal; função adaptativa (corrige comportamentos danosos ao grupo)	"Serpente de mil voltas" que exige reparação; sobrevive à morte (RE 1867)	A ciência descreve o mecanismo; o Espiritismo descreve a experiência subjetiva e a sua finalidade espiritual
Consciência pós-morte	Cessa com a atividade cerebral organizada (evidências da anestesia, coma, morte encefálica)	Pode haver perturbação, deslumbramento ou lucidez; mas não cessa (LE 163; RE 1858)	As Experiências de Quase-Morte (EQM) — estudadas por Pim van Lommel, Bruce Greyson — relatam consciência lúcida durante paragem cardíaca, o que desafia o modelo estritamente materialista
Livre-arbítrio e consciência	Debates intensos: alguns (Libet, Wegner) defendem que a decisão inconsciente precede a consciência; outros (Dennett, Searle) defendem formas compatibilistas	O livre-arbítrio desenvolve-se com a consciência de si (LE 122); o homem é livre para escolher entre bem e mal	Ambos rejeitam um determinismo radical: a ciência reconhece liberdade em termos de capacidade de inibição e planeamento; o Espiritismo, em termos de responsabilidade espiritual
Consciência nos animais	A maioria dos neurocientistas admite graus de consciência em mamíferos e aves (Cambridge Declaration on Consciousness, 2012)	Como o homem, o animal tem aquilo a que chamais consciência... a sensação moral existe nele como no homem." (RE 1860)	Ponto de notável convergência: ambos rejeitam o excepcionalismo humano radical.

3.1 Divergências irreduzíveis

Apesar das convergências, pelo menos três diferenças fundamentais permanecem:

Substrato da consciência. Para a neurociência, a consciência é produzida pelo cérebro; o cérebro é a condição necessária e suficiente para a experiência subjetiva. Para o Espiritismo, o cérebro é um instrumento transitório de manifestação e a consciência é um atributo do Espírito, que preexiste e sobrevive ao corpo físico. O cérebro não gera a consciência, apenas a filtra e a condiciona durante a encarnação.

Sobrevivência à morte. A ciência, pelos seus métodos, não pode confirmar a sobrevivência da consciência à morte corporal — e a posição materialista dominante nega essa possibilidade. O Espiritismo, pelo contrário, afirma a sobrevivência como facto central, apoiando-se em evidências mediúnicas e na observação de fenómenos espíritas. Como escreveu Kardec na *Revista Espírita* de 1868: “Esta dúvida terrível que pesava sobre a consciência humana, o Espiritismo vem explicá-la, não só teoricamente e por abstração, mas materialmente, isto é, por provas acessíveis aos nossos sentidos” — provas que não são as da ciência de laboratório, mas as da comunicação com os Espíritos.

Lei divina inscrita. A ciência não postula leis morais inatas como realidades ontológicas; explica-as como emergentes da evolução biológica e da cultura. O Espiritismo sustenta que a lei de Deus está gravada na consciência desde a criação do Espírito, sendo o senso moral uma reminiscência de existências anteriores e um reflexo da ordem divina.

3.2 Um modelo de complementaridade: níveis de análise

Uma forma de integrar as duas perspectivas, sem as reduzir uma à outra, consiste em distinguir níveis de análise complementares:

Nível 1 — Mecanismos (ciência). A neurociência descreve como o cérebro processa informação moral, gera sentimentos de culpa ou satisfação e integra a experiência subjetiva. Este nível é empírico, falível e auto-corretivo.

Nível 2 — Significado e finalidade (Espiritismo). A Doutrina Espírita pergunta para que existe a consciência, qual o seu destino e como se relaciona com a justiça divina. Este nível é ético, baseado na razão moral.

Por outras palavras, um neurologista pode explicar o que acontece no cérebro de Jean Ryzak quando ele sente remorso. Mas nenhuma imagem de ressonância magnética funcional responderá à pergunta: “O que deve ele fazer com esse remorso?” — a não ser que se saia da ciência e se entre na ética. O Espiritismo cabe exatamente aí: não compete com a neurociência no terreno dos factos empíricos, mas propõe-se como um complemento de sentido — uma resposta àquilo que a ciência, através do seu método, não pode (ainda) responder: a origem transcendental da consciência, o seu percurso através de múltiplas existências e a sua sobrevivência para além da morte biológica.



4. Consciência, Realidade e Amor: para além da dualidade

Até aqui, analisámos a consciência nas suas dimensões moral, psicológica e escatológica. Mas o Espiritismo vai mais longe ao apontar para uma realidade mais profunda, onde consciência, realidade e amor se revelam como três aspetos de uma mesma unidade.

4.1 As três ordens de realidade

Podemos definir realidade como aquilo que não pode ser negado em nenhum período de tempo. Existem três ordens de realidade que se interpenetram: a realidade subjetiva (resultante da criação do indivíduo),

a realidade partilhada (o mundo empírico, intersubjetivo) e a realidade não-dual, indivisível, anterior a qualquer experiência — o que eu sou, esta existência, esta consciência.

A análise dos 43 excertos espíritas mostra que o Espiritismo opera com estas três ordens. A realidade subjetiva é a voz interior que julga, aprova ou condena — o “juiz severo” que produz remorso ou satisfação. A realidade partilhada é o mundo empírico onde a liberdade de consciência deve ser respeitada. Mas é na terceira ordem — não-dual, indivisível — que o Espiritismo situa o fundamento de tudo. A seguir explanamos como.



Para o Espiritismo, o cérebro é um instrumento transitório de manifestação

4.2 Inteligência como princípio do real

Na questão 71 de *O Livro dos Espíritos*, lemos: “A inteligência é uma faculdade especial, peculiar a algumas classes de seres orgânicos e que lhes dá, com o pensamento, a vontade de atuar, a consciência de que existem e de que constituem uma individualidade cada um, assim como os meios de estabelecerem relações com o mundo exterior e de proverem às suas necessidades”. E na questão 23, o Espírito é definido como “princípio inteligente do Universo”. Note-se o que está aqui em causa: não se define o Espírito como um pensador ou como uma individualidade dotada de ferramentas cognitivas, mas como princípio inteligente, a partir do qual os pensamentos surgem, da mesma maneira que as ondas surgem do oceano.

Esta visão tem consequências práticas imediatas. Deus não é um criador externo ou uma “divindade” separada do mundo; é a Consciência Ilmi-

tada da qual tudo nasce, que tudo sustenta. Quando se fala em inteligência, não se aponta para o acumular de informações ou dados, mas para o reconhecimento de que toda a forma de conhecimento surge da consciência e de que a consciência não é produzida pelo cérebro. O sujeito que conhece e o objeto conhecido não estão, em última instância, separados. Esta não-dualidade implica que a ordem do universo não é acidental ou fortuita; a interconexão das coisas não é meramente mecânica ou casual; a inteligência é a própria estrutura da realidade.

A Física fala de leis fundamentais. O Espiritismo vai um pouco além ao dizer que essas leis são expressões de uma inteligência fundamental, subjacente a todas as manifestações da realidade. A árvore cresce, as galáxias organizam-se, o pensamento surge. A mente é um instrumento. Nesse contexto, a verdadeira inteligência é não condicionada, não limitada pelo corpo e não dependente da memória.



**a lei de Deus
está gravada na
consciência desde a
criação do Espírito**

4.3 O autoconhecimento como via de acesso

Como pode o ser encarnado, limitado pelo corpo e pela memória, aceder a essa realidade? A proposta espírita é o autoconhecimento — não o mero acumular de informações, mas a investigação direta sobre quem é o conhecedor de todos os pensamentos. A pergunta “Quem é o conhecedor?” deixa de ser especulação filosófica e torna-se percepção direta do Espírito. Nesse momento, o medo, a insegurança, a ânsia por validação intelectual e a comparação com os outros perdem força. Encontramos o nosso lugar na ordem das coisas (somos, afinal, *filhos pródigos*) e a in-

teligência deixa de ser um meio para estabelecer comparações e passa a ser uma ferramenta que facilita o autoconhecimento.

Se as leis de Deus estão inscritas na consciência, a essência desta é subtil, invisível, mas é o fundamento de tudo. Para o Espiritismo, essa natureza partilhada entre causa e efeito, Criador e criatura, é a base que sustenta toda a vida ética. É por isso que tratar os outros da mesma maneira que gostamos que nos tratem não é apenas uma norma altruísta: é o reconhecimento de que o outro é idêntico a nós naquilo que tem de mais essencial.

4.4 O amor como manifestação da unidade: o contributo de Alan Fiske

É neste ponto que a ciência oferece um eco empírico surpreendente. O antropólogo Alan Fiske, professor da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), formulou a Teoria dos Modelos Relacionais (Relational Models Theory), que se tornou uma referência central para a compreensão da socialidade humana, influenciando estudos nas áreas da psicologia, neurociência e filosofia. Atualmente, Fiske lidera o laboratório de pesquisa Kama Muta, dedicado ao estudo de uma emoção universal frequentemente descrita como "sentir-se comovido" ou "tocado". O nome científico kâma mûta, do sânscrito, significa literalmente "movido pelo amor".

A emoção do kâma mûta (ser movido pelo amor) parte de duas premissas. Em primeiro lugar, é uma vivência emocional viabilizada pela nossa sensibilidade interna, esculpida ao longo do processo evolutivo, e por isso partilhada por todos os seres humanos, independentemente da cultura. Em segundo lugar, esses estados emocionais podem ser reconhecidos e medidos através de indicadores subjetivos (sensação de pertencimento, percepção de unidade com o outro, identificação afetiva, empatia) e de alterações fisiológicas objetivas (lágrimas, aumento da frequência cardíaca, arrepios na pele, mudanças no ritmo da respiração). Na sua forma suave, assemelha-se a uma pulsação calorosa no peito; quando se intensifica, pode trazer sensações como aperto na garganta, lágrimas involuntárias, arrepios, dificuldade em falar, respiração ofegante, uma impressão de flutuação,

além de sentimentos de compaixão ou identificação com o outro.

Ser movido pelo amor é, assim, a manifestação empírica daquilo que, no plano espiritual, o Espiritismo designa como a lei do amor inscrita na consciência. Quando Jesus ensina a dizer o "Pai nosso" e a amar o próximo como a nós mesmos, está a abrir uma porta para essa realidade. Deus não é uma referência distante, mas a fonte íntima que plasma cada gesto. A filiação divina não é um traço da vida de Jesus; é aquilo que Ele é. Toda a sua existência respirava a consciência de ser Filho. E, ao ensinar-nos a dizer Abbá — o nome simples que uma criança dá ao pai —, Jesus convida-nos a essa mesma intimidade, sem armadura, sem formalidade, com a leveza de quem sabe que é filho.

Nesta perspetiva, o amor não é apenas um sentimento ou um mecanismo evolutivo de vinculação social. É um indício sensível da terceira ordem de realidade — um lampejo, no plano da experiência subjetiva e partilhada, da Consciência Ilimitada que nos constitui. A ciência descreve o fenómeno; o Espiritismo revela o seu fundamento. Por isso, as três palavras que apontam para o que somos, para a nossa natureza — consciência, realidade, amor — são inseparáveis. A consciência é o juiz interior e a lei inscrita; mas, no seu nível mais profundo, ela é aquilo que não pode ser ouvido mas torna possível a audição, não pode ser visto mas torna possível a visão, não pode ser conhecido como objeto mas é a própria condição do conhecimento. Isso é o que o Espiritismo chama de Espírito. Isso é o que somos. E seremos, na condição de filhos de Deus.

Conclusão

A análise de conteúdo dos 43 excertos das obras de Allan Kardec revela uma doutrina da consciência surpreendentemente atual e coerente. Para o Espiritismo, a consciência não é um mero produto do cérebro, mas um atributo do Espírito que abrange a liberdade de pensar, o senso moral, a sobrevivência à morte, a lei divina inscrita e um processo evolutivo que se estende dos animais aos Espíritos puros. A ciência contemporânea, por seu turno, mapeia os mecanismos neurais da consciência, descreve os seus correlatos e reconhece a sua presença noutras espécies, mas esbarra no “problema difícil” de explicar a experiência subjetiva.

Confrontando as duas perspectivas, identificámos convergências significativas (como o reconhecimento da consciência animal e a função adaptativa do remorso) e divergências irreduzíveis (substrato da consciência, sobrevivência à morte e existência de leis morais inatas). Propusemos um modelo de complementaridade por níveis de análise: a ciência descreve os mecanismos; o Espiritismo oferece significado e finalidade.

Por fim, explorámos a dimensão metafísica da consciência, onde esta se revela una com a realidade e com o amor. As palavras de Jesus e a investigação de Alan Fiske sobre o kâma mûta (comoção ou ser movido pelo amor) convergem para a intuição de que a essência subtil de tudo o que existe é consciência, realidade e amor — e que é essa natureza que Deus partilhou connosco. Descobri-lo é, talvez, o mais prático dos autoconhecimentos: aquele perante o qual o medo, a insegurança e o egoísmo perdem força, e encontramos, finalmente, o nosso lugar na Criação.



**A verdadeira
inteligência é não
condicionada, não
limitada pelo corpo
e não dependente
da memória**

Bibliografia

BRENNER, H. G. 2003. *I know I'm in there somewhere: A woman's guide to finding her inner voice and living a life of authenticity*. Gotham Books.

Cambridge Declaration on Consciousness. 2012. In F. Low, J. Panksepp, D. Reiss, D. Edelman, B. Van Swinderen, & C. Koch (Eds.), *The Cambridge Declaration on Consciousness*.

CHALMERS, D. J. 1996. *The conscious mind: In search of a fundamental theory*. Oxford University Press.

CURADO, M. 2007. *Luz misteriosa: A consciência no mundo físico*. Quasi Edições.

DAMÁSIO, A. 2010. *O livro da consciência: A construção do cérebro consciente* (M. Serras Pereira, Trad.). Temas & Debates.

DEHAENE, S. 2014. *O código da consciência* (ed. portuguesa 2022). Temas & Debates.

DENNETT, D. C. 2003. *Freedom evolves*. Viking.

EAGLEMAN, D. 2015. *The brain: The story of you*. Canongate.

FISKE, A. P. (no prelo). *Kama Muta: Discovering the connecting emotion*. Routledge.

HUMPHREY, N. 2011. *Poeira da alma: A magia da consciência* (A. F. Bastos, Trad.). Gradiva.

KARDEC, A. 2017. *O Livro dos Espíritos* (2.^a ed. francesa). Associação Cultural Espiritualista.

KARDEC, A. 2018. *O Livro dos Médiuns* (2.^a ed. francesa). Associação Cultural Espiritualista.

KARDEC, A. 2018. *A Gênese, os Milagres e as Predições segundo o Espiritismo* (2.^a ed. francesa). Associação Cultural Espiritualista.

KARDEC, A. 2020. *O Céu e o Inferno ou a Justiça Divina segundo o Espiritismo* (2.^a ed. francesa). Associação Cultural Espiritualista.

KARDEC, A. 2020. *O que é o Espiritismo?* (2.^a ed. francesa). Associação Cultural Espiritualista.

KARDEC, A. 2021. *O Evangelho segundo o Espiritismo* (2.^a ed. francesa). Associação Cultural Espiritualista.

KARDEC, A. (dir.). (1858-1868). *Revista Espírita – Jornal de Estudos Psicológicos*. (Artigos conforme indicados no texto, por ano e mês.)

LEDOUX, J. 2019. *O cérebro consciente: Uma longa história da vida* (M. S. Pereira, Trad.). Temas & Debates.

LEVY, Neil. 2014. *Consciousness and Moral Responsibility*. Oxford.

LIBET, B. 2004. *Mind time: The temporal factor in consciousness*. Mass.: MIT Press.

- Projeto Manoel Philomeno de Miranda. 2015. *Consciência e Mediunidade*. Amadora: Federação Espírita Portuguesa.

SCHWARTZ, J. M., & Begley, S. 2002. *The mind & the brain: Neuroplasticity and the power of mental force*. HarperCollins.

SEARLE, J. R. 2000. "Consciousness, free action and the brain". *Journal of Consciousness Studies*, 7(10), 3-22.

SWAAB, D. 2014. *We are our brains: From the womb to Alzheimer's*. Penguin Books.

WEGNER, D. M. 2002. *The illusion of conscious will*. Cambridge, MA: MIT Press.



**A dimensão
metafísica da
consciência onde
esta se revela una
com a realidade
e com o amor**

CEI

Conselho Espírita Internacional



Espiritismo & Filosofia

LUIZ FUCHS*



***Luiz Fuchs**

Trabalhador do Grupo
Espírita Batuíra,
São Paulo, Brasi.
Palestrante e pesquisador
independente em filosofia
e pensamento espírita.
luiz_fuchs@yahoo.com



A Lei Divina na Consciência

Fundamentos Filosóficos da Moral Espírita

Uma leitura filosófica da questão 621 de
O Livro dos Espíritos



**Uma concepção da
consciência como lugar
de inscrição de uma lei que
não é criada pelo indivíduo,
mas reconhecida por ele**

Resumo

Este artigo propõe uma leitura filosófica da questão 621 de *O Livro dos Espíritos*, segundo a qual a lei divina está escrita na consciência. Partindo do diálogo com Platão, Aristóteles, Agostinho, Tomás de Aquino e Kant, o texto examina a origem da normatividade moral, o estatuto ontológico do bem e a relação entre consciência, liberdade, vontade e evolução espiritual. Sustenta-se que a consciência não cria arbitrariamente a lei moral, mas a reconhece progressivamente, porque participa de uma ordem objetiva do bem. O mal é compreendido como privação, e não como princípio autônomo. A liberdade permite ao espírito aderir ou resistir ao bem percebido, enquanto a vontade realiza concretamente essa adesão. Assim, a moral espírita apresenta-se como ética da interioridade iluminada, da responsabilidade e do progresso contínuo, na qual a lei divina constitui chamamento íntimo à plenitude do ser. Essa perspectiva evita tanto o relativismo subjetivista quanto o legalismo moral externo.



SBarros, "Law in conscience". (2026), for Revue Spirite 24

Palavras-chave: Lei divina; Consciência; Ontologia do bem; Liberdade; Vontade; Moral espírita



O juízo moral é possível porque o espírito participa de uma verdade que o transcende

SEÇÃO I

“A Pergunta Decisiva: Lei e Consciência como Problema Filosófico”

A reflexão moral começa sempre com uma pergunta aparentemente simples, mas cuja profundidade atravessa séculos de pensamento: **de onde procede a lei que orienta o agir humano?**

Toda civilização construiu códigos, normas, sistemas jurídicos e tradições religiosas. Contudo, antes de qualquer codificação histórica, há uma experiência mais radical: o ser humano sente-se interpelado por uma exigência interior que o chama ao bem e o acusa diante do mal. A essa instância íntima chamamos consciência.

A filosofia antiga já intuía que o problema moral não poderia reduzir-se à convenção social. Em Platão, o Bem não é produto da opinião, mas realidade suprema que ilumina o inteligível. A célebre analogia do sol¹ sugere que o bem é condição de possibilidade do conhecimento e da ordem.

Ao falar do inteligível, Platão refere-se àquilo que não é captado pelos sentidos, mas apreendido pela razão como realidade estável e universal. A moral, nesse horizonte, participa de uma estrutura ontológica anterior ao indivíduo, isto é, de uma ordem do ser que não depende das escolhas humanas para existir.

Em Aristóteles, embora o tratamento seja mais imanente — isto é, centrado na própria natureza das coisas e não numa realidade transcendente separada —, a ética permanece enraizada numa teleologia do ser². O bem não é arbitrário; ele corresponde à realização da natureza própria de cada ente. A ação moral é aquela que conduz à atualização plena das potencialidades humanas. A normatividade não é imposta externamente, mas emerge da estrutura finalística do real.

Séculos depois, a modernidade desloca o eixo da reflexão para a interioridade racional. Em Immanuel Kant, a lei moral não provém da experiência nem de autoridades externas, mas da razão prática. O imperativo categórico — princípio segundo o qual se deve agir apenas conforme máximas

que possam valer como lei universal — expressa a autonomia do sujeito racional, capaz de reconhecer em si mesmo a universalidade da norma³.

Essa interiorização da norma encontra uma formulação particularmente fecunda em Agostinho de Hipona. Para Agostinho, a verdade moral não é produzida pela mente humana; ela é reconhecida pela alma iluminada por uma luz superior. A teoria da iluminação divina⁴ afirma que o juízo moral é possível porque o espírito participa de uma verdade que o transcende e, ao mesmo tempo, o habita. A verdade não nasce do sujeito; ela se oferece à sua inteligência quando este se volta para o interior com retidão. A interioridade, nesse sentido, não é recolhimento isolado nem fechamento subjetivo, mas movimento de abertura à realidade do bem que precede o indivíduo e dá consistência às suas escolhas.

A história do pensamento ético pode, assim, ser lida como um movimento progressivo de interiorização da moral: do Bem como realidade transcendente, à finalidade inscrita na natureza, até a lei reconhecida na razão.

1. Platão, "A República", VI, 508b–509b.

2. Ver Aristóteles, "Ética a Nicômaco".

3. Kant, "Fundamentação da metafísica dos costumes", 200.

4. Agostinho, "Confissões"; Agostinho, "De libero arbitrio".

5. Kardec, "O Livro dos Espíritos", Q. 621.



O mal não pode ser entendido como um princípio concorrente ao bem

Entretanto, a tensão permanece.

Se a lei é exterior, corre-se o risco da heteronomia; se é exclusivamente interior, surge a ameaça do subjetivismo.

Se a lei está na consciência, é necessário perguntar de onde procede o bem que ela reconhece. O problema, portanto, não é apenas determinar quem legisla, mas compreender qual é o estatuto ontológico do bem, isto é, se ele é simples produto da decisão humana ou fundamento real da própria existência. O bem é construção cultural? Produto da razão? Determinação divina? Ou é fundamento do próprio ser?

Se o bem for mera convenção, a moral será contingente. Se for pura imposição externa, a liberdade ficará comprometida. Se for simples projeção subjetiva, a universalidade se dissolverá. A pergunta sobre a origem da lei moral conduz inevitavelmente ao questionamento sobre a estrutura do real e sobre a natureza da consciência.

É nesse ponto que a resposta apre-



SBarros, "Law in conscience", (2026), for Revue Spirite 24

sentada em *O Livro dos Espíritos*, codificado por Allan Kardec, assume relevância filosófica singular. Ao indagar: "Onde está escrita a lei de Deus?", a obra registra a resposta: "Na consciência."

Tal afirmação não deve ser compreendida como simples exaltação da subjetividade. Ela pressupõe uma concepção da consciência como lugar de inscrição de uma lei que não é criada pelo indivíduo, mas reconhecida por ele. A consciência não seria legisladora absoluta, mas instância de acesso a uma ordem moral anterior e constitutiva do ser.

A pergunta decisiva, portanto, não é apenas onde está a lei, mas **como ela pode estar na consciência sem reduzir-se à subjetividade**. Aqui se delineia o horizonte deste estudo: investigar os fundamentos filosóficos que permitem compreender a moral espírita como enraizada numa ontologia do bem e numa epistemologia da iluminação progressiva.

A lei na consciência não é solução psicológica para o problema moral; é

uma tese metafísica sobre a estrutura do ser e sobre o destino evolutivo do espírito.

Cumpre observar que a presente análise limita deliberadamente seu diálogo filosófico à tradição clássica e medieval, especialmente às contribuições de Platão, Aristóteles, Agostinho e Tomás de Aquino. Essa delimitação não decorre da ausência de reflexões relevantes na filosofia moderna e contemporânea sobre consciência, moralidade ou normatividade, mas do fato de que a problemática da lei moral como participação em uma ordem ontológica do bem encontra nessa tradição sua formulação mais direta e sistemática. Ao privilegiar esse horizonte conceitual, o estudo busca esclarecer os fundamentos metafísicos da afirmação kardeciana de que a Lei Divina está inscrita na consciência humana. Investigações futuras poderão ampliar essa análise mediante diálogo com autores modernos e contemporâneos, explorando novas possibilidades interpretativas que enriqueçam o debate filosófico em torno da moral espírita.



**A ignorância,
o orgulho, o apego
desordenado funcionam
como véus que diminuem
a transparência da
consciência**

SEÇÃO II

O Primado Ontológico do Bem

Se a lei moral pode ser reconhecida na consciência, é porque ela corresponde a uma realidade objetiva. A consciência não poderia ser interpelada por aquilo que não possui fundamento no ser. Assim, a questão ética remete inevitavelmente a uma questão ontológica: o que é o bem?

O bem não pode ser compreendido como mera construção histórica ou convenção cultural. Se assim fosse, sua normatividade seria contingente, variando ao sabor das circunstâncias. Contudo, a experiência moral revela algo mais profundo: mesmo quando as culturas divergem, há a percepção de que certos atos realizam a dignidade do ser, enquanto outros a degradam.

Isso sugere que o bem não é simplesmente aquilo que é desejado, mas aquilo que corresponde à plenitude do ser. O ser, enquanto tal, é positividade, afirmação, realização. O bem, nesse horizonte, não é um acréscimo externo ao ser; é sua expressão mais perfeita. Falar de bem é falar de realização ontológica.

Essa concepção implica uma consequência decisiva: o mal não pode ser entendido como um princípio concorrente ao bem, nem como uma substância autônoma. Se o ser é positividade, o mal não possui existência ontológica própria. Ele não é um ente; é privação. Não é princípio; é deficiência. Não é afirmação plena; é participação incompleta no bem.

Quando um ato é moralmente mau, não se está diante de uma realidade ontológica paralela ao bem, mas de uma distorção, de uma insuficiência, de uma desarmonia na realização do ser. O mal é o bem diminuído, obscurecido, fragmentado.

Essa compreensão preserva a unidade do real. Não há dois princípios absolutos em conflito. Há graus de realização. O drama moral não é a luta entre duas substâncias eternas, mas o processo pelo qual o ser consciente aprende a alinhar-se com a plenitude que o fundamenta.

Sob essa perspectiva, a evolução moral deixa de ser simples obediência a normas externas e passa a ser crescimento ontológico. Evoluir é participar mais intensamente do bem. Errar é permanecer aquém da própria possibilidade de realização.

A consciência moral torna-se, então, inteligível. Ela acusa não porque esteja submetida a um poder arbitrário, mas porque percebe — ainda que de modo imperfeito — a distância entre o que é e o que poderia ser. A experiência do remorso, por exemplo, não é mera emoção social; é percepção interior de desarmonia ontológica.

Se o bem é estrutural ao ser e o mal é sua privação, compreende-se como a lei pode estar inscrita na consciência. A consciência é capaz de reconhecer o bem porque ela mesma participa dele. Sua iluminação progressiva corresponde ao aumento dessa participação.

Assim, o primado ontológico do bem não é uma tese abstrata. É o fundamento que torna possível a moral, a liberdade e a própria ideia de progresso espiritual.



Quanto maior a participação no bem, maior a harmonia interior e maior a clareza da percepção moral

SEÇÃO III

Consciência e Iluminação

Se a lei divina está escrita na consciência, é necessário compreender o que se entende por consciência moral. Ela não pode ser reduzida a simples mecanismo psicológico, nem a eco interior de convenções sociais. A consciência é a experiência íntima de que o bem nos questiona, de que há uma direção inscrita na própria estrutura do ser.

Essa experiência não é constante nem homogênea. Há momentos de clareza e momentos de obscurecimento. Há percepções nítidas do que deve ser feito e há zonas de hesitação, conflito e dúvida. Isso indica que a consciência não é uma luz estática, mas uma luz que pode intensificar-se.

Em chave ontológica, iluminar-se significa participar mais plenamente do bem. Se o bem é a plenitude do ser, então crescer moralmente é tornar-se mais conforme àquilo que se é chamado a ser. A consciência não

cria essa plenitude; ela se abre a ela. Quanto maior a participação no bem, maior a harmonia interior e maior a clareza da percepção moral.

Essa participação não ocorre de modo automático. Ela exige liberdade, experiência, reflexão e, muitas vezes, confronto com as próprias limitações. O obscurecimento moral não decorre da presença de um princípio oposto ao bem, mas da participação incompleta nele. A ignorância, o orgulho, o apego desordenado funcionam como véus que diminuem a transparência da consciência.

É aqui que a noção de iluminação pode ser compreendida também em chave cognitiva. Iluminar-se é compreender melhor. É discernir com maior profundidade as consequências dos atos, a dignidade do outro, a unidade que sustenta a vida moral. A consciência amadurece à medida que aprende a distinguir entre o imediato e o essencial, entre o interesse momentâneo e o valor duradouro.

Conhecer o bem, nesse contexto, não é apenas formular conceitos sobre ele. É reconhecê-lo existencial-



SBarros. "Law in conscience". (2026). for Revue Spirite 24

mente. A clarificação do juízo moral corresponde a um aumento de sensibilidade interior. O que antes parecia indiferente torna-se significativo; o que antes era tolerado como inevitável passa a ser percebido como insuficiente.

Participação e conhecimento não se opõem. Quanto mais o ser humano se aproxima do bem, mais claramente o compreende; e quanto mais claramente o compreende, mais capaz se torna de realizá-lo. Iluminação é, simultaneamente, aprofundamento ontológico e esclarecimento interior.

Assim, a consciência não é tribunal arbitrário nem fonte autônoma de normas. Ela é lugar de encontro entre o ser humano e a ordem moral que o fundamenta. Sua evolução não consiste em inventar novos princípios, mas em reconhecer com maior nitidez aquilo que sempre esteve inscrito em sua própria estrutura espiritual.

A lei na consciência é, portanto, dinâmica. Ela se revela progressivamente, acompanhando o crescimento do espírito. Iluminar-se é aproximar-se da própria vocação de plenitude.



A normatividade não é imposta externamente, mas emerge da estrutura finalística do real

SEÇÃO IV

Liberdade, Vontade e Evolução Moral

Se a consciência reconhece o bem de modo progressivo, surge uma pergunta desafiadora: por que nem sempre o realizamos? A resposta nos conduz ao centro da experiência moral — a liberdade.

A percepção do bem não implica sua realização automática. O ser humano pode reconhecer o que é justo e, ainda assim, agir de modo diverso. Essa distância entre saber e agir não é falha estrutural do ser, mas expressão de sua condição livre. Sem liberdade, não haveria moralidade, apenas mecanismo.

A liberdade, porém, não deve ser entendida como autonomia absoluta ou independência radical em relação ao bem. Ela não consiste em criar valores ao acaso, mas em poder aderir ou resistir à direção que a consciência ilumina. A liberdade é possibilitada real de participação.

A liberdade, contudo, não se esgota na simples possibilidade de escolha. Entre reconhecer o bem e realizá-lo, há um movimento interior que depende da vontade. A vontade é a

inclinação ativa do ser na direção daquilo que percebe como valioso. Ela traduz em dinamismo concreto aquilo que a consciência ilumina e que a liberdade torna possível.

É nesse ponto que a experiência moral revela sua complexidade. O espírito pode saber o que é bom e, ainda assim, hesitar em realizá-lo. Pode desejar o bem e sentir-se dividido diante das forças contrárias que o atraem. Essa tensão não invalida a liberdade; antes, manifesta a imaturidade da vontade. O conflito moral não é apenas intelectual, mas volitivo.

A evolução moral, portanto, não consiste somente em ampliar a clareza da consciência, mas em fortalecer a vontade na adesão ao bem reconhecido. A liberdade oferece o espaço da decisão; a vontade sustenta o esforço da realização. À medida que o espírito amadurece, a distância entre saber e agir tende a diminuir. O que antes era apenas ideal torna-se prática incorporada.

Assim, consciência, liberdade e vontade formam um núcleo inseparável. A lei divina está inscrita na consciência; a liberdade permite aceitá-la ou recusá-la; a vontade determina a intensidade com que o bem será efe-

A consciência não é tribunal arbitrário nem fonte autônoma de normas



tivamente vivido. O progresso espiritual implica harmonizar essas três dimensões numa unidade cada vez mais estável.

Essa possibilidade introduz o dinamismo na vida moral. Cada escolha aproxima ou distancia o indivíduo da plenitude que o fundamenta. Não se trata de movimento espacial, mas de intensificação ou enfraquecimento da harmonia interior. Ao escolher o bem, o ser humano torna-se mais integrado; ao afastar-se dele, experimenta fragmentação.

É nesse horizonte que a evolução moral se torna inteligível. Evoluir não é simplesmente acumular informações nem submeter-se externamente a regras. É transformar-se. É ampliar a capacidade de perceber, querer e realizar o bem. A liberdade é o instrumento dessa transformação.

O erro, nessa perspectiva, não constitui afirmação de um princípio ontológico oposto ao bem. Ele é exercício imperfeito da liberdade, expressão de imaturidade, limitação ou obscurcimento. Contudo, mesmo o erro pode integrar o processo evolutivo quando reconhecido e superado. A experiência, inclusive dolorosa, converter-se em aprendizado.

A responsabilidade moral nasce pre-

cisamente dessa articulação entre consciência e liberdade. Cada ato livre deixa marca no próprio ser. As escolhas não são eventos isolados; elas moldam disposições, fortalecem inclinações, estruturam hábitos. A evolução moral é construída decisão após decisão.

Não se trata de progresso linear nem de ascensão automática. Há recaídas, conflitos, hesitações. Mas a própria possibilidade de recomeço testemunha que a liberdade não é estática. Ela amadurece à medida que a consciência se esclarece e à medida que o indivíduo aprende a reconhecer o que realmente o realiza.

A lei inscrita na consciência, portanto, não é imposição externa nem mera intuição contemplativa. Ela convoca a liberdade. A moral espírita — fundada na ideia de progresso — torna-se plenamente compreensível apenas num universo em que o espírito é capaz de transformar-se.

Liberdade e evolução não são conceitos acessórios. São condições estruturais da inteligibilidade da lei moral. Sem liberdade, não haveria mérito; sem progresso, não haveria sentido na experiência moral.

A consciência ilumina; a liberdade decide; a evolução transforma.



SEÇÃO V

A Contribuição Espírita — A Questão 621

Retornamos, ao final deste percurso, à pergunta que inaugurou nossa reflexão: onde está escrita a lei de Deus?

A resposta oferecida em O Livro dos Espíritos é breve e, à primeira vista, simples: “Na consciência”⁵. Essa formulação não se apresenta como construção teórica complexa, mas como afirmação direta. No entanto, sua densidade filosófica é considerável.

Dizer que a lei divina está na consciência não significa reduzir a moral à subjetividade. Ao longo deste estudo, vimos que a consciência só pode reconhecer o bem porque participa dele. O primado ontológico do bem impede que a lei seja produto da decisão individual. Ela não é criada pelo espírito; é descoberta por ele.

A resposta espírita preserva, assim, duas dimensões frequentemente separadas na história da ética. De um lado, afirma a interioridade da lei: ela não depende de imposição externa para ser reconhecida. De outro, mantém sua universalidade: a consciência não é fonte arbitrária de valores, mas lugar de acesso a uma ordem moral que transcende o indivíduo.

Essa síntese só é inteligível num universo em que o bem é estrutural ao ser, o mal é privação, a consciência pode iluminar-se e a liberdade permite crescimento. A lei está inscrita na consciência porque o espírito é estruturado para o bem. Contudo, essa inscrição não elimina o processo. Ela inaugura uma trajetória.

A moral espírita não descreve um estado fixo de perfeição, mas um caminho evolutivo. A lei está na consciência como possibilidade sempre presente, mas sua clareza depende do grau de iluminação alcançado. A evolução moral consiste em reco-



**Sem liberdade,
não haveria mérito;
sem progresso, não
haveria sentido na
experiência moral**

nhecer cada vez mais profundamente aquilo que já está inscrito na própria estrutura espiritual.

Essa perspectiva permite compreender a universalidade moral sem recorrer ao legalismo externo e sem cair no relativismo subjetivista. Todos possuem a lei na consciência, mas nem todos a percebem com a mesma nitidez. A diversidade histórica das normas não invalida o fundamento comum; revela apenas estágios distintos de maturidade moral.

A questão 621, assim compreendida, não é apenas resposta catequética. É proposição metafísica e antropológica. Ela afirma que o ser humano não é estrangeiro à lei moral; ele é constituído em referência a ela. A ética não é acréscimo artificial à existência, mas expressão de sua própria vocação ontológica.

Se o bem é plenitude do ser, e se a consciência participa desse bem, então a lei divina não é imposição



**A consciência
ilumina;
a liberdade
decide;
a evolução
transforma**



O mal é o bem
diminuído,
obscurecido,
fragmentado

exterior, mas chamamento interior à realização. A liberdade torna possível responder a esse chamamento, e a evolução moral traduz o esforço contínuo de harmonização entre o que somos e o que somos chamados a ser.

A moral espírita, fundada na lei inscrita na consciência, apresenta-se, assim, como ética da interioridade iluminada, da liberdade responsável, da vontade amadurecida e do progresso contínuo.

A lei divina não está distante. Está inscrita no mais íntimo da estrutura espiritual — e sua descoberta é, ao mesmo tempo, retorno ao fundamento e avanço na realização.

Ao afirmar que a lei divina está escrita na consciência, o Espiritismo não propõe apenas uma orientação moral, mas uma visão estruturada do ser humano. A ética deixa de ser imposição externa e revela-se como descoberta progressiva da própria vocação on-

tológica do espírito. A consciência não é fonte arbitrária de normas, mas lugar de encontro com o bem que fundamenta o ser.

Essa compreensão encontra ressonância na produção espírita posterior. Autores como Joanna de Ângelis⁶ e Emmanuel⁷ aprofundaram, sob perspectivas complementares, a ideia de crescimento interior, responsabilidade e iluminação da consciência como caminho de realização espiritual. Sem recorrer a sistemas filosóficos formais, suas reflexões mantêm coerência com o princípio fundamental aqui analisado: a lei divina não constrange de fora, ela chama de dentro.

A moral espírita apresenta-se, assim, como ética da interioridade iluminada, da liberdade responsável e do progresso contínuo. Nela, ontologia, consciência e evolução não são conceitos isolados, mas dimensões de uma mesma realidade espiritual em movimento.

6. Franco, "O ser consciente".

7. Xavier, "Pensamento e vida".

Bibliografia

Obras básicas espíritas

FRANCO, Divaldo P. (Joanna de Ângelis, Espírito). 2013. *O ser consciente*. Salvador: LEAL.

KARDEC, Allan. (1857) 2029. *O Livro dos Espíritos*. Brasília: FEB.

XAVIER, Francisco C. (Emmanuel, Espírito). 2013. *Pensamento e vida*. Brasília: FEB.

Filosofia clássica e moderna

AGOSTINHO, Santo. 2004. *Confissões*. [Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina]. São Paulo: Paulus.

AGOSTINHO, Santo. 1995. "De libero arbitrio". *Obras completas*. São Paulo: Paulus.

ARISTÓTELES. 2009. *Ética a Nicômaco*. [Tradução de Antonio de Castro Caeiro]. São Paulo: Atlas.

KANT, Immanuel. 2007. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. [Tradução de Paulo Quintela]. Lisboa: Edições 70.

PLATÃO. 2007. *A República*. [Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



S Barros. "Law in conscience". (2026). for Revue Spirite 24



**A lei está inscrita
na consciência
porque o espírito é
estruturado para o
bem**

CEI

Conselho Espírita Internacional

MÁRIO FRIGÉRI*

Fé Inabalável **Espiritismo & Religião**

LE CIEL ET L'ENFER

OU LA JUSTICE DIVINE SELON LE SPIRITISME

CONTENANT

L'EXAMEN COMPARÉ DES DOCTRINES
SUR LE PASSAGE DE LA VIE CORPORELLE À LA VIE SPIRITUELLE
LES PEINES ET LES RÉCOMPENSES FUTURES, LES ANGES ET LES DÉMONS, LES
PEINES ÉTERNELLES, ETC.

SUIVI DE NOMBREUX EXEMPLES
SUR LA SITUATION RÉELLE DE L'ÂME PENDANT ET APRÈS LA MORT

PAR ALLAN KARDEC

Auteur du *Livre des Esprits*.

Je jure par moi-même, dit le Seigneur Dieu,
que je ne veux point la mort de l'impie, mais
que je veux que l'impie se convertisse, qu'il
quitte sa mauvaise voie, et qu'il vive.

(ÉZÉCHIEL, ch. XXXIII, v. 11.)

PARIS
LES ÉDITEURS DU LIVRE DES ESPRITS

85, QUAI DES AUGUSTINS

LEDOYEN, DENTU, FRÉO, HENRI, Libraires au Palais-Royal

et au Bureau de la REVUE SPIRITE, 29, rue et passage Saint-Jacques.

1865

Imprimé à Paris chez M.



**A felicidade futura
nasce da harmonia
com as leis
universais
do bem**

Decodificando O Céu e o Inferno

Resumo

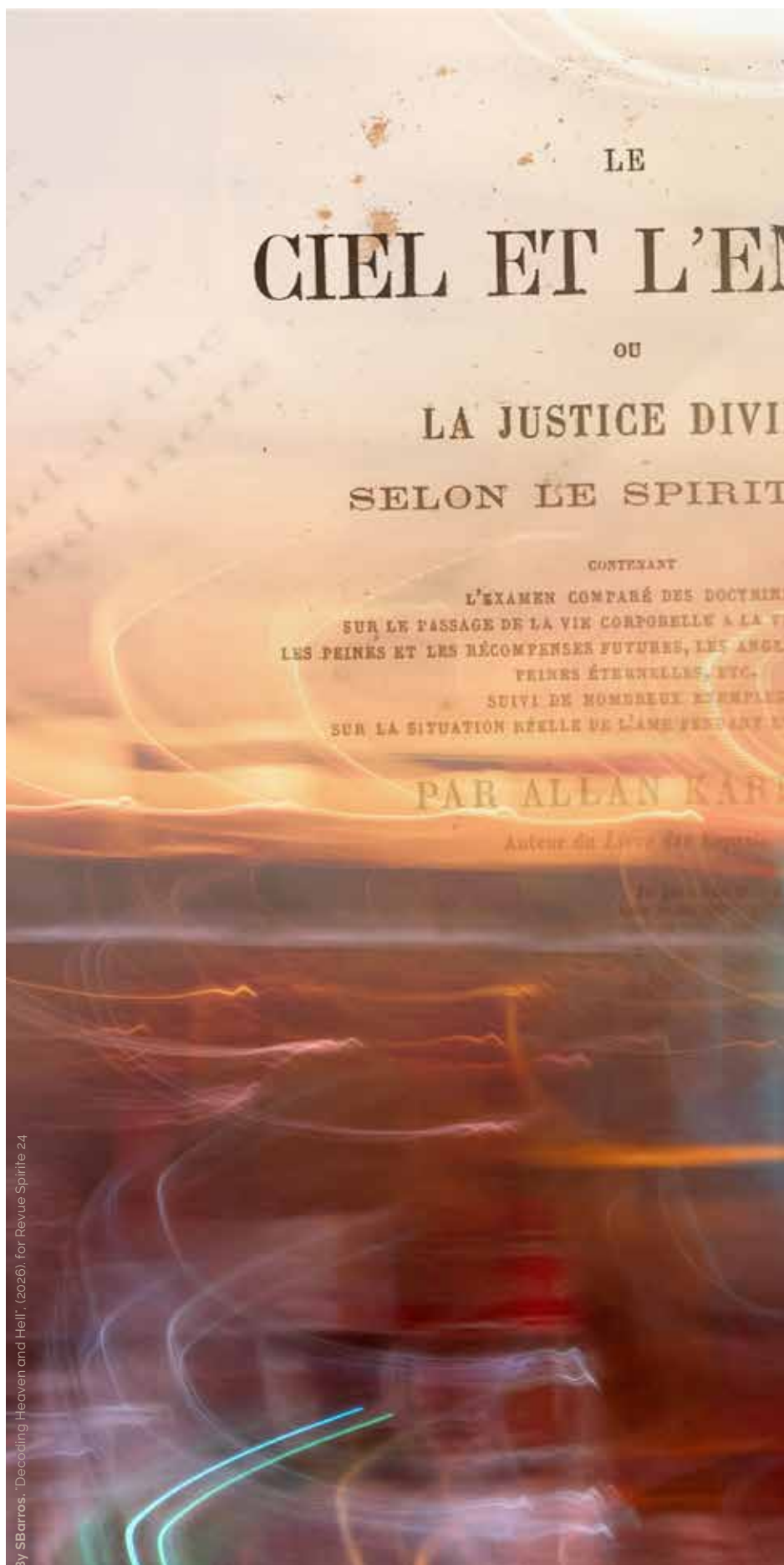
Este artigo submete *O Céu e o Inferno* a uma prova rigorosa da razão contemporânea, confrontando sua visão da justiça divina, das penas e recompensas futuras, dos suicidas, dos criminosos arrependidos, dos Espíritos endurecidos e das expiações terrestres com a psicologia do século XXI, os direitos humanos, a saúde mental, a crítica histórica e o humanismo moderno. São 20 perguntas incisivas formuladas por um agnóstico lúcido – exigente, racional, informado – seguidas de respostas em primeira pessoa, como se o próprio Allan Kardec dialogasse conosco hoje, interpretado à luz da ciência contemporânea sem trair o núcleo da Doutrina. O artigo demonstra que *O Céu e o Inferno* marca a virada da velha teologia do castigo eterno para uma ética da reabilitação moral, e que a justiça divina, tal como apresentada por Kardec, permanece coerente, dinâmica e esperançosa para um mundo que já não aceita o medo como instrumento pedagógico.

Palavras-chave: Justiça divina dinâmica. Fim das penas eternas. Código penal da vida futura. Suicídio e saúde mental. Inferno psicológico. Esperança reabilitadora.





***Mário Frigéri** é poeta e escritor pelo coração e operador do Direito por profissão. É paulista de Nuporanga, onde nasceu em 1945, e reside atualmente em Campinas/SP. Conheceu a Doutrina Espírita aos 15 anos. Tem oito livros publicados (três pela Editora da FEB) e escreve regularmente para diversas revistas, entre elas *O Reformador*. frigerimario@gmail.com





Ler *O Céu e o Inferno* no século XXI é navegar por um dos pontos mais sensíveis da experiência humana: o destino após a morte e o sentido moral do sofrimento. Kardec escreveu esse livro num tempo em que o materialismo ganhava terreno e os púlpitos ainda sustentavam a crença em tormentos eternos, demônios vingativos e um

céu reservado a poucos privilegiados. Sua obra é, simultaneamente, uma demolição das penas eternas e uma reconstrução da justiça divina sob bases racionais: nenhuma condenação perpétua, nenhuma salvação arbitrária, nenhum inferno feito de vingança. O que existe é uma pedagogia da alma, em que o sofrimento não é castigo, mas consequência natural de desequilíbrios morais, e a felicidade futura nasce da harmonia com as leis universais do bem.

Ao lado dessa parte doutrinária, Kardec reuniu um verdadeiro laboratório espiritual: Espíritos felizes, medianos, sofredores, suicidas, criminosos arrependidos, endurecidos, expiadores na Terra – cada qual oferecendo um recorte vivo da lei moral em ação. Lidos hoje, esses relatos evocam debates contemporâneos sobre saúde mental, justiça restaurativa, trauma, responsabilidade individual e injustiças estruturais. Daí o propósito deste estudo: apresentar 20 perguntas duras e fraternas, como faria um pensador laico e exigente do século XXI, e permitir que o “Kardec atual”, em primeira pessoa, responda com a profundidade que sua obra inspira. O resultado é um exercício de fidelidade inteligente: provocar para engrandecer, testar para compreender, questionar para iluminar. Vamos às perguntas:



1. Porvir ou nada?

Pergunta – O senhor inicia *O Céu e o Inferno* enfrentando a alternativa radical entre a sobrevivência da alma e a hipótese do nada. Diante de um mundo marcado por guerras, colapsos ambientais, desigualdades gritantes e tragédias que escandalizam a razão, muitos veem a existência como absurdo. Sua crítica ao niilismo ainda resiste à brutalidade contemporânea?

Resposta – Se eu voltasse hoje, reafirmaria a mesma alternativa, mas com argumentos ainda mais sólidos: ou aceitamos que a consciência é simples centelha que se apaga sem rastros, ou reconhecemos que ela é sujeito em evolução contínua, cuja biografia se estende além do corpo. O avanço científico e filosófico do século XXI, longe de invalidar o porvir, o torna mais coerente, porque quanto mais conhecemos a complexidade da vida e da mente, mais se revela improvável que a consciência seja apenas espuma química sem continuidade. O absurdo existe, mas é fragmento; o porvir é horizonte interpretativo. E se a vida futura não resolvesse o enigma do sofrimento, ao menos impediria que o nada fosse a última palavra – e isso faz toda diferença ética. O Espiritismo não promete um paraíso artificial; propõe que a justiça divina é contínua, pedagógica e sem arbitrariedades, e que o caos aparente não exclui uma ordem profunda em construção. O niilismo explica o desespero, mas não explica o amor; descreve a sombra, mas não dá conta da luz. Por isso sigo afirmando: o porvir não é fuga – é consequência lógica da inteligência que desperta.



2. Medo da morte em plena era da medicina

P – O senhor afirmou que o Espiritismo liberta do pavor da morte, mas vemos espíritas ansiosos, materialistas inquietos e uma enxurrada de livros sobre “bem morrer”. Se *O Céu e o Inferno* esclarece tanto, por que o medo persiste?

R – Porque o conhecimento intelectual não elimina automaticamente o instinto de conservação, nem a ansiedade existencial que nasce da ignorância afetiva. O que o Espiritismo combate não é o medo biológico – saudável e necessário –, mas o medo supersticioso que imagina um Deus vingativo ou um nada absolu-

to. O século XXI substituiu demônios por outros fantasmas: medo de perder controle, de desaparecer, de sofrer inutilmente. *O Céu e o Inferno* continua oferecendo antídoto contra essas angústias ao substituir a arbitrariedade por leis morais transparentes: ninguém é julgado por capricho, ninguém é condenado sem termo, ninguém perde seu próprio eu. Se há espíritas que ainda temem, é porque o aprendizado emocional é mais lento que o intelectual; mas quanto mais a pessoa integra a ideia da continuidade da vida e da justiça progressiva, menos teme a morte como ruptura e mais a reconhece como passagem natural, tão integrada à lei divina quanto o nascimento.



**Exercício de
fidelidade inteligente:
provocar para engrandecer,
testar para compreender,
questionar para iluminar**

By SBarros. "Decoding Heaven and Hell", (2026), for Revue Spirite 24

3. O céu sem lugar e sem tédio

P – O senhor desmonta a visão tradicional de um céu físico, com esferas, tronos e ócio eterno. Mas, para muitos, isso soa abstrato demais. Sem cidade de ouro, harpas e geografias celestes, seu céu não corre o risco de parecer uma simples metáfora?

R – Ao abandonar imagens materiais, não retiro do céu sua realidade; apenas o coloco em seu devido lugar: não como província no espaço, mas como estado de consciência em plenitude. A felicidade não pode ser concebida como inatividade eterna: isso seria tédio eternizado. O céu espírita é dinâmico: é a expansão da

inteligência, do amor e da capacidade de servir, sem fadiga destrutiva e sem sombra moral. A linguagem espacial – “altas esferas”, “regiões luminosas” – é figura para expressar níveis de afinidade moral: as almas percebem ambientes que refletem seu estado interior. Hoje, com a psicologia, é ainda mais claro que paz, alegria, sentido e criatividade não dependem de determinado lugar, mas de maturidade. Por isso, o céu espírita é mais concreto do que o das teologias antigas: não depende de geografia, mas de conquista. E ninguém é excluído dele; apenas convidado, passo a passo, a merecê-lo.



4. Inferno eterno ou sofrimento útil?

P – O senhor rejeita penas eternas, mas descreve sofrimentos que parecem intermináveis. Não é só uma troca de nomes – sai a eternidade, entra o “indefinido”?

R – Não: a diferença é essencial. A eternidade absoluta é monstruosa, pois transforma faltas finitas em tormentos infinitos. O Espiritismo substitui o inferno perpétuo por um mecanismo moral racional: o sofrimento dura enquanto persistir a causa que o produz. Não há sentença irrevogável; há continuidade da própria obra íntima. Se alguém se agarra obsti-

nadamente ao egoísmo, ao ódio, à recusa do bem, prolonga voluntariamente sua aflição – não porque Deus o pune, mas porque ele mantém viva a ferida moral que o faz sofrer. Quando muda, melhora; quando melhora, alivia-se; quando se ilumina, ascende. O inferno espírita é a consciência em desalinho; o céu espírita é a consciência harmonizada. Um é crise; o outro, cura. Nada há eterno, exceto o progresso.

5. Purgatório ou processo terapêutico?

P – As “penas temporárias” lembram um purgatório intermediário. O que diferencia sua visão da ideia tradicional de “pagar culpas antes de ir para o céu”?

R – O purgatório da teologia clássica é um lugar fixo, onde se “paga” uma dívida por sofrimento imposto. A proposta espírita é completamente diferente: não existe um recinto universal de purgação, mas inúmeras experiências – entre encarnados e desencarnados – que ajustam a alma ao bem. A dor não é tributo cobrado por uma divindade ofendida, mas sinal de que algo em nós permanece desalinhado com as leis morais. À medida que o Espírito amadurece, aprende, repara e se reconcilia consigo mesmo, a dor perde sentido e cessa naturalmente. Se alguém quiser chamar isso de purgação, que chame, mas entenda que se trata de processo terapêutico, e não de castigo. O Espiritismo não tem um purgatório: tem um caminho.

6. Código penal da vida futura e direitos humanos

P – O senhor formula um “código penal da vida futura”. Hoje discutimos dignidade do réu, reinserção social, justiça restaurativa. Seu código ainda dialoga com os direitos humanos?

R – Ele dialoga profundamente, porque nasceu do mesmo princípio: nenhuma pena é legítima se não visa reabilitar, e nenhuma criatura é irrecuperável. No plano espiritual, a pena é a consequência moral inerente aos próprios atos; e o “réu” é sempre alguém em processo de recomposição interior. A lei divina não humilha, não vinga, não destrói: ela educa. A justiça terrestre falha quando se baseia na vingança ou na exclusão definitiva; no plano espiritual, tais erros não existem. O que eu chamava de “código penal” é, na verdade, a maneira moral como a vida responde aos nossos gestos. Se hoje eu o reescrevesse, traduziria sua essência para a linguagem da justiça restaurativa: reparar danos, reequilibrar consciências, regenerar vínculos. No fundo, é esse o sentido da vida futura: ninguém está condenado ao que foi – todos estão convidados ao que podem ser.



7. Anjos, demônios e saúde mental

P – Substituir anjos e demônios por Espíritos mais e menos adiantados não corre o risco de confundir transtornos psíquicos com “obsessão espiritual”?

R – O risco existe quando se abandona a razão. No século XIX, eu já advertia contra a tendência de atribuir ao mundo invisível tudo aquilo que desconhecemos. Hoje, com a psiquiatria e a psicologia avançadas, eu seria ainda mais incisivo: primeiro avalie as causas biológicas, emocionais e sociais; só depois consideremos a hipótese espiritual, e mesmo assim com prudência. A obsessão não substitui o diagnóstico; acrescenta-lhe uma dimensão possível. Muitos



O caos aparente não exclui uma ordem profunda em construção

By SBarros. "Decoding Heaven and Hell", (2026). for Revue Spirite 24

sofrimentos são puramente psíquicos; outros são morais; alguns misturam ambos. O Espiritismo não deve competir com a ciência, mas dialogar com ela: tratar o corpo quando é do corpo; tratar a mente quando é da mente; tratar a alma quando é da alma. A obsessão não elimina a psicologia, e a psicologia não elimina a moral. O discernimento é a verdadeira caridade.

8. Proibição bíblica de evocar mortos e mediunidade moderna

P – Teólogos acusam o Espiritismo de desobedecer à proibição bíblica de evocar mortos. Como responder hoje?

R – A exegese moderna confirma o que já afirmei: aquelas proibições referiam-se a práticas supersticiosas, comerciais e idólatras, comuns em povos vizinhos, e não à comunicação moralmente orientada, desinteressada e crítica. A Bíblia, aliás, está repleta de aparições, visões e diálogos espirituais legítimos. O critério não é "evocar ou não evocar", mas "como e para quê evocar". O Espiritismo propõe uma mediunidade lúcida, ética, submetida ao crivo da razão e ao exame do conteúdo. Mais do que isso: recorda que Deus é Pai de vivos, não de mortos, e que o amor não cessa com o túmulo. Se a comunicação for séria, útil e elevada, não há contradição com a lei divina – há continuação da fraternidade.



O século XXI substituiu demônios por outros fantasmas: medo de perder controle, de desaparecer, de sofrer inutilmente

By SBarros. "Decoding Heaven and Hell", (2026), for Revue Spirite 24

9. Céu e inferno como estados de consciência

P – Ao afirmar que céu e inferno são estados íntimos, o senhor não os reduz a projeções psicológicas?

R – Não; pelo contrário, eu os fundamento. Os ambientes espirituais correspondem ao grau de lucidez, paz e harmonia que o Espírito já alcançou. Na Terra, distrações, automatismos e mecanismos de defesa disfarçam nossa realidade interior; no Além, a alma encontra-se com ela mesma, sem anestésicos. Assim, céu e inferno são vivências autênticas, mas condicionadas ao que somos. A geografia externa espelha a geografia íntima. Com a psicologia moderna, isso se torna ainda mais claro: paz, culpa,

remorso, alegria e serenidade são estados reais da consciência, e não "metáforas". O Espiritismo apenas acrescenta que esses estados continuam após a morte, intensificados, até que a alma se equilibre. Portanto, longe de psychologizar demais, eu diria que o Espiritismo psicologizou na medida certa – e com cem anos de antecedência.

10. Os "felizes" sob o olhar da psicologia positiva

P – Os Espíritos felizes lembram, em vários pontos, os conceitos modernos de bem-estar e florescimento humano. O que essas comunicações acrescentam ao debate?

R – Elas mostram, com clareza, que a felicidade não é prêmio nem acaso; é resultado moral. Os Espíritos felizes relatam serenidade, propósito, serviço contínuo e ausência de remorso – exatamente os pilares do bem-estar duradouro identificados pela psicologia positiva. A diferença é que, no Além, esses estados não dependem de circunstâncias externas, mas do grau de afinidade com o bem. A psicologia descreve o fenômeno; o Espiritismo descreve sua continuidade. E os relatos mostram mais: a felicidade espiritual não é ócio, mas atividade intensa e harmoniosa. O que floresce na Terra floresce também além dela. O Espírito feliz é, por assim dizer, o ser humano pleno – inteiramente lúcido, amoroso e útil. Ele não é exceção, mas destino possível.

11. Os medianos – a Humanidade real

P – Os Espíritos medianos representam a maioria: gente comum, sem grandes virtudes nem grandes quedas. O que *O Céu e o Inferno* diz a essa imensa massa intermediária?

R – Diz que a neutralidade moral é ilusão. O bem possível que deixamos de realizar pesa tanto quanto o mal evidente. Os Espíritos medianos mostram que viver “sem escândalos” não basta: é preciso crescer, aprender, servir. A lei divina não exige genialidade moral, mas progresso constante. O grande chamado a essa maioria é simples e profundo: fazer o bem que estiver ao alcance, educar os afetos, conquistar serenidade, desenvolver empatia e responsabilidade. Não se pede santidade súbita, mas fidelidade diária ao melhor que já podemos ser. O céu começa em pequenos gestos de bondade – e começa agora.





O céu espírita é mais concreto do que o das teologias antigas: não depende de geografia, mas de conquista

12. Sofredores e a tentação da culpabilização

P – Muitos Espíritos sofredores relacionam sua dor a erros passados. Isso significa que toda dor origina-se de culpa da própria vítima ou alguém pode sofrer sem dever?

R – De modo algum se deve concluir que toda dor procede de culpa: essa ideia, simplista e severa, não corresponde ao ensino dos Espíritos. Há sofrimentos que são expiações, sim; mas há outros que são provas escolhidas para acelerar o progresso, missões assumidas em favor de terceiros, ou consequências naturais de viver num mundo ainda imperfeito. A lei divina é equânime: quando a origem é culpa, ela corrige; quando é prova, ela fortalece; quando é mis-

são, ela dignifica; quando é injustiça humana, ela ampara. Nunca se deve, portanto, julgar a vítima pela dor, mas socorrê-la, pois somente Deus conhece a raiz de cada sofrimento.

13. Suicidas entre depressão e responsabilidade

P – O senhor trata longamente dos suicidas. Hoje sabemos muito sobre depressão, transtornos e vulnerabilidade. A abordagem deveria mudar?

R – Continuo afirmando que a vida é bem inviolável e que interrompê-la abruptamente gera sofrimento suplementar, porque a alma desperta no mesmo estado emocional que a conduziu ao gesto extremo, por vezes intensificado pela lucidez. Mas a



linguagem deve reconhecer a complexidade do fenômeno: há suicídios movidos por doença mental grave, pressões sociais, abandono, desespero – e Deus julga intenções, não aparências. Eu falaria hoje com mais ternura e mais acolhimento. Aos vivos, diria: buscai ajuda, falai, não carregueis sozinhos o peso. Aos familiares, diria: vosso ente não está condenado; está sendo cuidado. E aos que já sucumbiram, eu repetiria: há recomeço, há tratamento, há futuro. A misericórdia nunca fecha as portas.

14. Criminosos arrependidos e justiça restaurativa

P – Os relatos de criminosos arrependidos lembram muito as ideias

modernas de justiça restaurativa. O senhor vê essa relação?

R – Vejo claramente. Quando um Espírito que fez o mal recorda suas ações e sente, de forma íntima, a dor que causou, ele vive a mais profunda forma de responsabilização. A justiça divina não busca destruir o culpado, mas levá-lo a compreender, sentir e reparar. Isso é justiça restaurativa em sua expressão mais pura. Na Terra, punimos com prisões que muitas vezes apenas endurecem; no Além, a consciência realiza o trabalho que nenhuma cela consegue impor. A pedagogia divina não humilha: desperta. E sempre oferece oportunidades de serviço reparador. O mal praticado não define o ser: define o trabalho que ele terá pela frente. E esse trabalho é sempre possível.



15. Espíritos endurecidos: existe ponto sem retorno?

P – Alguns Espíritos parecem tão endurecidos que lembram um “inferno eterno”. Existe risco de prisão moral definitiva?

R – É evidente que não. Se houvesse, teríamos reinventado o demônio irreversível que sempre combati. O endurecimento é resistência, não destino. Alguns se agarram ao ódio por séculos, mas a lei divina não desiste: ela mostra, com paciência, a esterilidade do mal e as consequências inevitáveis que o orgulho produz. Em algum momento – pela dor, pelo cansaço, pela saudade do bem, pela influência de Espíritos mais amorosos – uma brecha se abre. Basta uma

brecha e eis que o Espírito renasce para outra trajetória. A esperança é lei universal. A recusa do bem é temporária; o chamado do bem é eterno.

16. Expiadores na Terra e políticas públicas

P – As expiações terrestres – deficiências, miséria, dores precoces – não podem servir de desculpa para negar políticas públicas de inclusão?

R – Se forem usadas com esse propósito serão perversão da Doutrina. Saber que certas dores podem ter raízes espirituais não exime ninguém do dever de agir. A reencarnação nunca legitima injustiças. Um corpo enfermo é um cidadão com direitos,



**O inferno espírita é a
consciência em desalinho;
o céu espírita é a
consciência harmonizada**

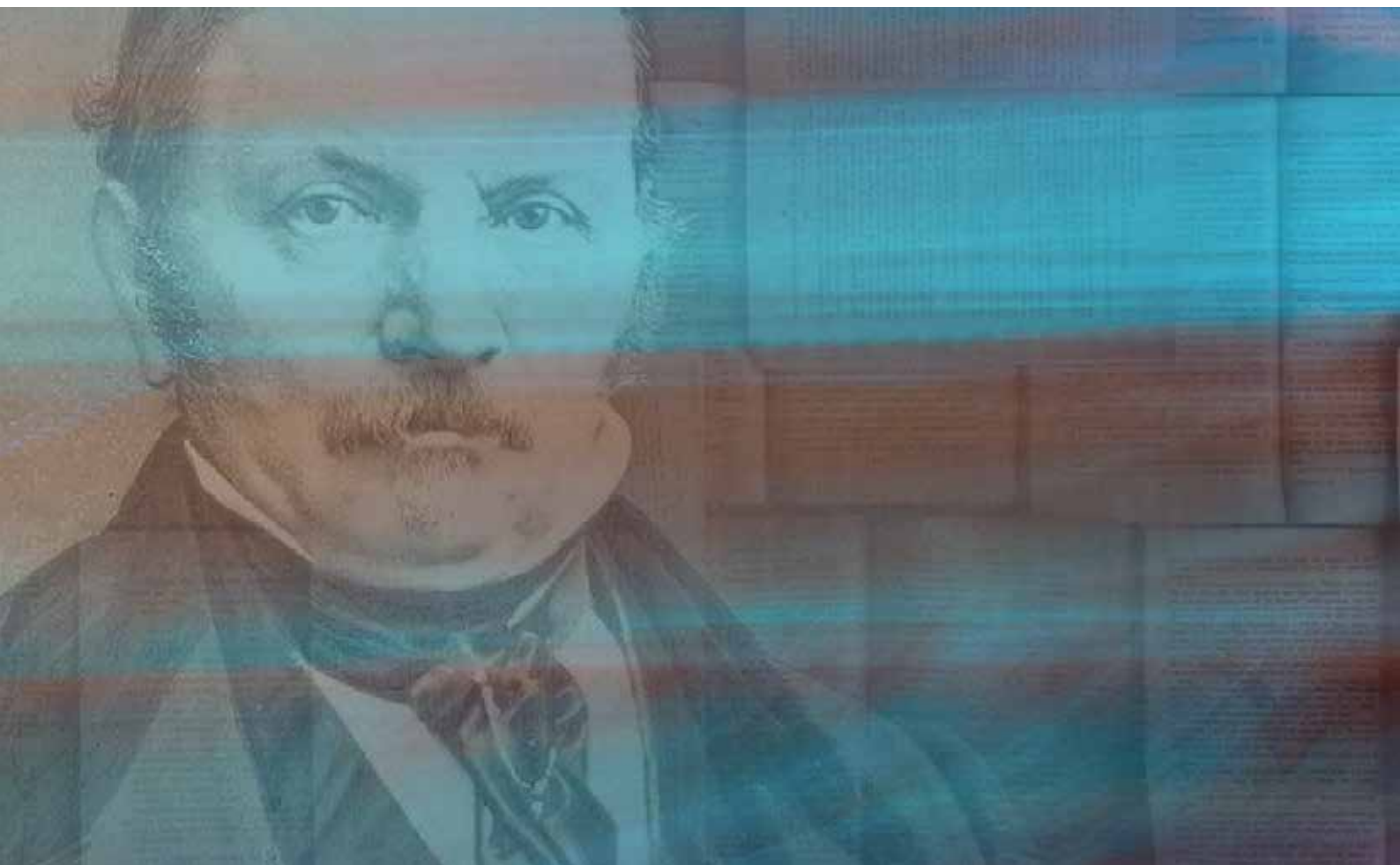
By SBarros, "Decoding Heaven and Hell", (2026), for Revue Spirite 24

não um "culpado reencarnado". Uma criança pobre é responsabilidade coletiva, não "um Espírito pagando dívidas". Para quem sofre, a explicação pode consolar; para quem observa, ela deve mobilizar. A prova de um é o exame moral de muitos. O Espiritismo não diz "deixe sofrer": diz "ajude sempre". Justiça social é expressão avançada da caridade.

17. Justiça divina e desigualdades estruturais

P – Seu livro foca muito nas responsabilidades individuais. Como conciliar isso com racismo estrutural, patriarcado e desigualdades sistêmicas?

R – A justiça divina considera tanto o indivíduo quanto as estruturas sob as quais ele encarna. As desigualdades coletivas resultam de escolhas humanas repetidas ao longo dos séculos, e a reencarnação coloca os Espíritos ora como vítimas, ora como beneficiários, ora como agentes de transformação. Eu diria hoje que há dívida moral também nas omissões sociais. Quem se beneficia de sistemas opressivos sem questioná-los assume responsabilidade; quem trabalha para transformá-los avança espiritualmente. *O Céu e o Inferno* poderia incluir hoje relatos de Espíritos despertando para os danos que ajudaram a perpetuar como grupo. A lei divina não ignora as estruturas: integra-as ao campo de provas.



18. Os exemplos da Segunda Parte: Espíritos ou espelho do século XIX?

P – Até que ponto os relatos da Segunda Parte refletem Espíritos reais e até que ponto reproduzem a mentalidade do século XIX?

R – Como sempre afirmei, toda comunicação espiritual passa pelo filtro do médium e do ambiente cultural. Os conteúdos essenciais – continuidade da consciência, relação entre estado moral e estado futuro, inevitabilidade da reparação e possibilidade de progresso – ultrapassam o século XIX; já certas expressões, imagens e julgamentos refletem a época. Hoje eu diria explicitamente ao leitor: leia criticamente, distinga o

núcleo da forma, a lei do comentário, o fato moral da roupagem verbal. O Espiritismo não exige adesão cega a nenhum relato: convida à análise. A verdade não teme o método crítico; é a opinião humana que teme.

19. Ética da divulgação: mostrar sem ferir

P – Alguns relatos são muito dolorosos. Como equilibrar advertência moral e responsabilidade emocional diante de leitores fragilizados?

R – Com prudência e caridade. No meu tempo, a cultura usava imagens fortes para despertar consciências endurecidas; hoje, compreendemos melhor os efeitos psicológicos de



**O sentido da vida futura:
ninguém está condenado
ao que foi – todos estão
convidados ao que podem
ser**

By SBarros: "Decoding Heaven and Hell" (2026), for Revue Spirite 24

descrições chocantes sobre pessoas vulneráveis. Eu recomendaria que dirigentes e divulgadores conhecessem seu público e dosassem o conteúdo. Em grupos maduros, é possível estudar casos mais densos; em ambientes gerais, convém suavizar, contextualizar, enfatizar sempre a esperança e o sentido pedagógico do sofrimento. A lei divina não precisa de terror pedagógico; ela fala mais alto pela lógica e pelo amor. O objetivo não é assustar, mas esclarecer e consolar.

20. Atualizar *O Céu e o Inferno*?

P – Se o senhor estivesse hoje entre nós, aceitaria atualizar partes do livro,

à luz do avanço científico e moral?

R – A fidelidade ao espírito da Doutrina exige evolução constante. Eu manteria intactos os pilares – fim das penas eternas, continuidade da consciência, justiça proporcional, primado do bem –, mas revisaria linguagens, metáforas e ênfases, incorporando conhecimentos da psicologia, da saúde mental, dos direitos humanos, da crítica histórica. A verdade espírita não está na imobilidade dos textos, mas na coerência das leis que eles refletem. O livro é fotografia; a vida espiritual é movimento. Se a Humanidade amplia a compreensão da justiça e do amor, cabe ao Espiritismo acompanhá-la – ou perderia sua própria alma.

Conclusão

O Céu e o Inferno permanece, mesmo para o leitor moderno, uma das sínteses mais lúcidas da justiça divina já apresentadas: sem infernos eternos, sem paraísos ociosos, sem privilégios, sem condenações perpétuas. A obra rompe com a teologia do terror e inaugura a ética da reabilitação: cada sofrimento tem sentido, cada queda pede reparação, cada ser é perfectível, ninguém está perdido. E, ao expor casos reais de Espíritos em diversos estágios evolutivos, Kardec transforma a vida futura em processo, não em mito; em responsabilidade, não em fatalismo; em esperança ativa, não em superstição.

Ao sabatinar Kardec com perguntas duras, constatamos que a Doutrina resiste porque é resiliente, investigável e profundamente moral. Seu futuro não depende de fórmulas prontas, mas da coragem de reinterpretá-la sem trair sua essência. E sua essência é clara: justiça sem ódio, progresso sem fim, amor sem fronteiras. Que este exercício inspire o leitor a viver desde já o céu possível – serenidade, compaixão, retidão – e a afastar o inferno íntimo – orgulho, egoísmo, indiferença – enquanto caminhamos, vida após vida, pelas veredas luminosas da Eternidade.



By SBarros. "Decoding Heaven and Hell", (2026), for Revue Spirite 24

The background of the entire page is a faded, artistic representation of the book cover of 'Le Ciel et l'Enfer' by Allan Kardec. On the left side, there is a portrait of a man with a mustache, likely Allan Kardec, looking towards the right. The rest of the cover is a warm, orange-toned landscape with a horizon line and some faint, ethereal light patterns. The title 'LE CIEL ET L'ENFER' is prominently displayed in a large, serif font. Below it, in smaller text, is 'OU LA JUSTICE DIVINE SELON LE SPIRITISME'. Further down, there is a section titled 'CONTENANT' followed by a list of topics in French. At the bottom, the author's name 'PAR ALLAN KARDEC' is visible, along with 'Auteur du Livre des Esprits.' and a quote from the Bible. The publisher's information 'PARIS LES ÉDITEURS DU LIVRE DES ESPRITS AUGUSTIN LEBLANC, DENIS, FRÈRE, MÈRE, IMPRIMERIE DE TAILLON, 1858' is at the very bottom.

LE
CIEL ET L'ENFER
OU
LA JUSTICE DIVINE
SELON LE SPIRITISME

CONTENANT

L'EXAMEN COMPARÉ DES DOCTRINES
SUR LE PASSAGE DE LA VIE CORPORELLE À LA VIE SPIRITUELLE
LES PEINES ET LES RÉCOMPENSES FUTURES, LES ANGES ET LES DÉMONS, LES
PEINES ÉTERNELLES, ETC.
SUIVI DE NOMBREUX EXEMPLES
SUR LA SITUATION RÉELLE DE L'ÂME PENDANT ET APRÈS LA MORT

PAR ALLAN KARDEC

Auteur du Livre des Esprits.

« Je t'ai fait par moi-même, dit le Seigneur Dieu, que je ne veux point la mort de l'impie, mais que le pécheur se convertisse, qu'il cesse sa mauvaise voie, et qu'il vive. »
(Ésaïe, ch. XXXIII, v. 11.)

“

A obra rompe
com a teologia do
terror e inaugura
a ética da
reabilitação



Revisitando

Trabalho:

lei divina de
progresso
e serviço

DALVA SILVA SOUZA*



Revista Espírita



***Dalva Silva Souza** é formada em Letras, é escritora e conferencista espírita. Atualmente, coordena o Núcleo de Estudo do Evangelho da Federação Espírita do Estado do Espírito Santo.



**Trabalhar é
cooperar
com a obra
divina**

**Resumo**

O trabalho é uma lei natural e instrumento essencial de progresso espiritual, abrange toda ocupação útil voltada ao bem comum. A ociosidade, entendida como desperdício voluntário das capacidades recebidas de Deus, representa oportunidade adiada de crescimento, enquanto o serviço consciente desenvolve a inteligência, fortalece os valores morais e contribui para o equilíbrio da sociedade. Cada pessoa pode ser útil de diferentes maneiras — pelo trabalho digno, pela educação, pela caridade, pelo consolo ou pela oração — pois o valor da ação está na intenção de servir. Assim, o trabalho deixa de ser apenas obrigação material e passa a ser caminho de evolução do Espírito, oportunidade de aprendizado e construção da felicidade verdadeira

Palavras-chave: trabalho, progresso espiritual, ociosidade, responsabilidade.

REVUE SPIRITE

JOURNAL

D'ÉTUDES PSYCHOLOGIQUES

CONTENANT

Le récit des manifestations intérieures ou intelligentes des esprits, superstitions, médiums, etc., ainsi que toutes les nouvelles relatives au Spiritisme. — L'enseignement, l'éducation, les doctrines du monde visible et du monde invisible, en les reliant, la nature, la destinée de l'âme, la nature de l'homme et son avenir. — L'histoire du Spiritisme, ses rapports avec le magnétisme et le somnambulisme; l'explication des phénomènes populaires, de la mythologie de tous les peuples, etc.

PUBLIÉ SOUS LA DIRECTION

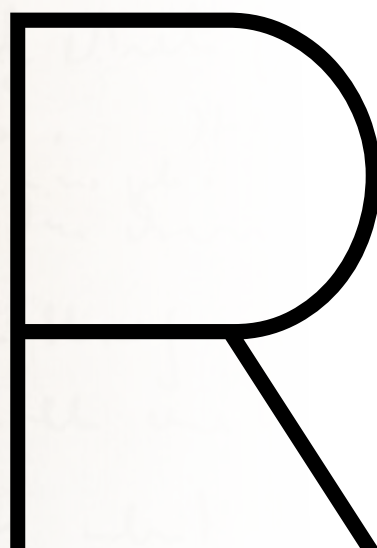
DIRECTEUR

M. ALLAN KARDEC

**“
A força física
e a inteligência
não são privilégios
para o conforto
egoísta**

PARIS

BUREAU RUE DES MARTYRS, 8.

A large, bold, black outline of the capital letter 'R' is positioned on the left side of the page. It is a simple, geometric design with a vertical stem and a curved top that extends into a horizontal bar and then a diagonal leg.

elendo a Revista Espírita de junho de 1858, encontrei a mensagem de São Luís, psicografada por Ermance Dufaux, com o título **Preguiça**. Nela, encontra-se uma advertência que me chamou a atenção pela sua clareza e aplicação na atualidade: "Eu vos digo que a força não foi dada ao homem, nem a inteligência ao seu espírito para consumir os dias na ociosidade, mas para ser útil aos semelhantes. Ora, aquele cujas mãos estiverem

desocupadas e o espírito ocioso será punido e deverá recommençar sua tarefa".

Essa afirmação nos conduz a uma reflexão profunda sobre o sentido do trabalho na visão espírita.

Na perspectiva da Doutrina Espírita, o trabalho é lei da Natureza. Ele não se restringe à atividade remunerada, mas abrange toda ocupação útil. Trabalhar é cooperar com a obra divina. É participar ativamente da construção do mundo e de nós mesmos. A força física e a inteligência não são privilégios para o conforto egoísta, mas recursos sagrados confiados ao Espírito para o bem comum.

Quando São Luís afirma que a ociosidade conduz à necessidade de "recomeçar a tarefa", recorda-nos o princípio da reencarnação: o tempo mal aproveitado retorna como oportunidade renovada. A vida não pune, educa.



A força e a inteligência que possuímos são empréstimos divinos

O que deixamos de aprender pelo esforço consciente, aprenderemos pela experiência.

Precisamos também considerar que há quem esteja fisicamente ativo, mas espiritualmente ocioso. Trabalha muito, porém apenas para si, sem propósito de servir. E há quem, impossibilitado de grandes movimentos externos, realize intenso trabalho interior — orando, consolando, ensinando, incentivando. A ociosidade a que o Espírito se refere é, sobretudo, a inutilidade voluntária. É o desperdício deliberado das potencialidades que possuímos. Cada talento ignorado, cada capacidade sufocada pelo comodismo representa oportunidade adiada.

Vivemos em sociedade interdependente. O esforço de cada um sustenta o equilíbrio do conjunto. Quando alguém decide nada oferecer, sobrecarrega os demais. Ser útil aos semelhantes pode assumir inúmeras formas: exercer com dignidade a profissão; educar filhos com responsabilidade; praticar a caridade material e moral; compartilhar conhecimento; oferecer escuta e apoio. O trabalho dignifica porque amplia nossa consciência de pertencimento à grande família humana.

Se encararmos o trabalho apenas como fardo, perderemos sua dimensão espiritual, entretanto, quando compreendemos que servir é crescer, a tarefa diária ganha novo significado. Toda atividade honesta — do serviço mais simples ao mais complexo — possui valor aos olhos de Deus. O que transforma a ação em mérito não é sua visibilidade, mas a intenção que a sustenta.

A advertência de que o ocioso “deverá recomeçar sua tarefa” não é ameaça, mas expressão de justiça e misericórdia. Deus não nos condena ao fracasso; concede-nos novas oportunidades. Se ontem desperdiçamos tempo, hoje podemos recomeçar. Se nos acomodamos, ainda é possível despertar. Enquanto há vida, há campo de trabalho.

Os Espíritos afirmam que, sem o trabalho, o homem permaneceria na infância espiritual. O trabalho promove o desenvolvimento de potenciais latentes do Espírito, sobretudo a inteligência. A sociedade precisa propiciar a todos a oportunidade do trabalho digno e o tempo de repouso condizente com as necessidades de refazimento das energias físicas. Somos Espíritos encarnados num mundo material, membros da grande família que é a humanidade, precisamos



**A vida
não pune,
educa**



**O que deixamos
de aprender
pelo esforço
consciente,
aprenderemos
pela experiência**



Cada talento ignorado, cada capacidade sufocada pelo comodismo representa oportunidade adiada

contribuir para a melhoria do mundo em que vivemos.

A força e a inteligência que possuímos são empréstimos divinos, não vieram para alimentar vaidades ou sustentar inércia, mas para edificar o bem. Perguntemo-nos, ao final de cada dia: fui útil a alguém? Fiz do meu tempo instrumento de crescimento? O trabalho, entendido como serviço consciente, é ponte segura para o progresso espiritual. E, quando as mãos se ocupam no bem, o coração encontra paz e o Espírito avança na direção da própria luz.

Fechamos com Santo Agostinho: "Desde que é incontestável o movimento progressivo, não há que duvidar do progresso vindouro... Quando, porém, (o homem) conseguir a soma de gozos que o progresso intelectual lhe pode proporcionar, verificará que não está completa a sua felicidade. Reconhecerá ser esta impossível, sem a segurança nas relações sociais, segurança que somente no progresso moral lhe será dado achar."¹

Trabalhemos, pois há muito o que fazer em prol do progresso moral da humanidade.

1. Kardec, "O Livro dos Espíritos", Conclusão, IV.

Bibliografia

KARDEC, Allan. 2006. *O Livro dos Espíritos*. Brasília: FEB.

KARDEC, Allan. 1858. "Período Psicológico". *Revista Espírita*. Brasília: FEB, (1858, junho, N. 6, 254-5)

CEI

Conselho Espírita Internacional

A Geração **Nova** **Espiritismo** com **Crianças e Jovens**

CÂNDIDA VIEIRA E MANUELA VIEIRA*

Foto by Yuri Mincishenko on Unsplash

A person with long, light-colored hair is holding a glass filled with a vibrant, multi-colored liquid that swirls in a circular pattern. The person's eye is visible through the center of the swirl, creating a focal point. The background is a soft, out-of-focus landscape with green hills and a blue sky. The overall image has a teal and blue color cast.

Num Mundo do **Faz** de **Conta**



***Cândida Vieira** Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, com Mestrado em Educação e Tecnologias Digitais. Professora do Ensino Básico. Presidente da direção do Centro Espírita Luz Eterna (CELE), de Olhão/Portugal, onde é responsável pelos programas de Evangelização Infantojuvenil e Curso de Aprofundamento da Doutrina Espírita.



***Manuela Vieira** Trabalha na área da Educação na Região Autónoma da Madeira/Portugal. Licenciada em Educação Física e Desporto com Pós-graduação em Parentalidade e Educação Positivas. Membro fundador e dirigente do Centro Cultural Espírita do Funchal (Madeira/Portugal). Coautora do Programa Orientador de Educação Espírita para Crianças e Jovens da Federação Espírita Portuguesa e coordenadora nacional do DIJ da FEP. Autora e coautora de livros infantojuvenis espíritas e não espíritas.



**Nenhuma dor
é definitiva,
nenhum fracasso
é absoluto**



**Educar
espiritualmente
não significa impor
crenças, mas abrir
horizontes de
sentido.**

Resumo

O artigo analisa os riscos de uma vivência marcada pela superficialidade cultural e pela fragilização do sentido existencial, propondo uma reflexão sobre a necessidade de recentrar a educação na dimensão espiritual do ser humano. Defende-se que a esperança, compreendida à luz da lei de progresso e da imortalidade da alma, constitui força estruturante da consciência e virtude dinamizadora da transformação moral. Fundamentando-se na obra de Allan Kardec — especialmente em *O Livro dos Espíritos* e *O Evangelho segundo o Espiritismo* —, bem como nos contributos pedagógicos de Hippolyte Léon Denizard Rivail e no Programa Orientador para a Educação Espírita de Crianças e Jovens da Federação Espírita Portuguesa, o texto sustenta a urgência de um paradigma educativo que ultrapasse a mera transmissão de conteúdos e favoreça o desenvolvimento integral da criança e do jovem. Conclui-se que a educação espiritual, entendida como formação de consciência e promoção do autoconhecimento, constitui elemento essencial para o fortalecimento da responsabilidade moral, da resiliência e do compromisso com o progresso individual e coletivo.

Palavras-chave: Educação espírita; Educação integral; Espiritualidade; Esperança; Lei de progresso; Formação moral; Rivail; Kardec.

1. Introdução

Vivemos numa cultura marcada pela aceleração da experiência, pela superficialidade informativa e pela substituição da interioridade pela aparência. A banalização da notícia, a relativização da verdade e a hipertextualização digital favorecem um “faz de conta” coletivo que enfraquece a consciência moral e dilui o sentido existencial. Neste cenário, a espiritualidade não surge como adorno opcional da vida humana, mas como necessidade antropológica: sem sentido, o ser humano fragiliza-se; sem horizonte transcendente, a dor torna-se absurda.

A Doutrina Espírita oferece uma leitura racional da existência, integrando fé e razão, ciência e moral¹. Assim, refletir sobre espiritualidade e educação integral não é propor fuga ao mundo contemporâneo, mas oferecer instrumentos para compreendê-lo e transformá-lo.

2. A esperança como consequência lógica da lei do progresso

No pensamento espírita, a esperança não é mero consolo emocional. Ela decorre da compreensão das leis divinas que regem a evolução do Espírito. Se a encarnação tem por finalidade o progresso e a expiação², e se as existências sucessivas permitem a reparação e o aperfeiçoamento³, então nenhuma dor é definitiva, nenhum fracasso é absoluto.

A esperança, nesse sentido, nasce da inteligibilidade da vida. A justiça divina manifesta-se pela lei de causa e efeito, que assegura coerência moral ao universo. Como ensina Kardec, “a fé inabalável é somente aquela que pode encarar a razão face a face”⁴. A esperança espírita não é alienação, mas lucidez diante do processo evolutivo.

3. Educação e espiritualidade: uma urgência contemporânea

Os fenômenos contemporâneos de sofrimento psíquico, incluindo o suicídio infantojuvenil, são multifatoriais e exigem abordagem psicológica, social e médica responsável. Contudo, não se pode ignorar que a ausência de referenciais transcendentais pode agravar a sensação de vazio e desesperança.

O Espiritismo esclarece que o desconhecimento da imortalidade da alma e das consequências morais dos atos pode intensificar o desespero diante das provas⁵. Oferecer às novas gerações uma compreensão racional da vida espiritual é, portanto, colaborar na construção de estruturas interiores mais resilientes.

Educar espiritualmente não significa impor crenças, mas abrir horizontes de sentido. Significa oferecer ferramentas para que a criança e o jovem compreendam a si mesmos como Espíritos imortais em processo de aperfeiçoamento.

4. Kardec, Rivail e a educação integral

Antes de codificador, Hippolyte Léon Denizard Rivail foi educador influenciado por Pestalozzi. Já em 1828 defendia que a educação deveria promover o desenvolvimento simultâneo das faculdades físicas, intelectuais e morais. Essa visão encontra plena coerência na Doutrina Espírita.

Em *O Livro dos Espíritos*, Kardec pergunta qual o meio mais eficaz de combater o predomínio da natureza corporal. A resposta é clara: “fazer com que prevaleça a natureza espiritual”⁶. Noutra passagem fundamental, os Espíritos afirmam que o verdadeiro homem de bem é aquele que pratica a lei de justiça, amor e caridade na sua maior pureza⁷.



O Espiritismo define-se como doutrina de transformação moral

1. Cf. Kardec, "O Evangelho segundo o Espiritismo", Cap. I, item 8.
2. Cf. Kardec, "O Livro dos Espíritos", q. 132.
3. Idem, q. 171.
4. Ver Kardec, "O Evangelho segundo o Espiritismo", Cap. XIX, item 7.
5. Cf. Idem, Cap. V, itens 14–17)
6. Cf. Kardec, "O Livro dos Espíritos", q. 367
7. Cf. Kardec, "O Evangelho segundo o Espiritismo", Cap. XVII, item 3.



**Educar
é colaborar
conscientemente
com a lei de
progresso**

Educar, portanto, não é apenas instruir; é favorecer a transformação moral. Kardec é explícito ao afirmar: “Reconhece-se o verdadeiro espírita pela sua transformação moral”⁸. Se este é o critério de autenticidade espírita, deve ser também o critério de avaliação educativa.

A educação moral começa nas primeiras impressões recebidas pela criança. Kardec destaca a responsabilidade dos pais na formação do caráter⁹. A omissão ou negligência nesse campo não é neutra: contribui para perpetuar tendências inferiores que poderiam ser trabalhadas desde cedo.

5. O desafio da Educação Espírita

Se a Educação Espírita se limitar à transmissão sequencial de conteúdos doutrinários, corre o risco de reproduzir o modelo instrutivo tradicional que privilegia a memorização em detrimento da vivência. No entanto, o Espiritismo define-se como doutrina de transformação moral.

A instrução é necessária, mas insuficiente. O próprio Kardec distingue instrução de educação moral ao afirmar que esta última consiste na arte de formar caracteres¹⁰. Formar consciências exige metodologia, estudo e preparação pedagógica.

A improvisação, ainda que bem-intencionada, contraria o rigor que o Codificador sempre defendeu. Se a Doutrina se apresenta como ciência de observação e filosofia de consequências morais, a prática educativa deve refletir igual seriedade.

Pais e educadores não podem terceirizar responsabilidades. A casa espírita complementa, mas não substitui, o lar. A coerência entre discurso e exemplo constitui o primeiro instrumento de evangelização.

6. O Programa Orientador da Federação Espírita Portuguesa

O Programa Orientador para a Educação Espírita de Crianças e Jovens representa um esforço estruturado para alinhar prática pedagógica e fundamentos doutrinários. Ao organizar temas como Deus, Espírito, Corpo, Instinto, Consciência, Dor, Morte, Perdão, Oração, Caridade, Progresso e Amor, o programa dialoga diretamente com os eixos centrais da Codificação.

Este programa propõe metodologias pedagógicas, sistemáticas e lúdicas, que convidam à reflexão e ao autoconhecimento. Trabalhar temas como dor, consciência ou instinto ajuda a criança a reconhecer emoções e desenvolver resiliência; refletir sobre perdão e amor favorece a empatia; abordar caridade e progresso promove uma visão solidária e espiritualizada do mundo. Trata-se, assim, de uma proposta de educação integral, que reconhece a espiritualidade como alicerce para a vida.

O critério último de avaliação, contudo, não deve ser apenas a assimilação conceitual, mas a maturação ética. Se a finalidade da encarnação é o aperfeiçoamento do Espírito¹¹, a educação espírita deve orientar-se por esse horizonte.

Trata-se, assim, de uma proposta de educação integral, que reconhece a espiritualidade como alicerce para a vida.

8. Idem, Cap. XVII, item 4.

9. Cf. Kardec, "O Livro dos Espíritos", q. 582-583.

10. Idem, q. 685^a.

11 Idem, q. 132.

7. Conclusão

Colocar a espiritualidade no centro da educação não é opção devocional, mas consequência lógica da compreensão espírita do ser humano. Se somos Espíritos imortais em processo de evolução, educar é colaborar conscientemente com a lei de progresso.

A responsabilidade é compartilhada: pais, educadores e instituições. Manter estruturas educativas não basta; é necessário interrogá-las continuamente à luz do critério kardequiano da transformação moral.

Num mundo marcado pelo “faz de conta”, a educação espírita é chamada a formar consciências capazes de discernir, amar e perseverar. Mais do que transmitir conceitos, importa despertar o Espírito para a sua própria grandeza e responsabilidade perante a vida.

Bibliografia

DIJ. 2014. *Programa Orientador para a Educação Espírita de Crianças e Jovens*. Amadora: FEP.

KARDEC, Allan. 2013. *O Livro dos Espíritos*. Amadora: FEB.

RIVAIL, Hippolite Léon Denizard. 1828. *Plano Proposto para a Melhoria da Educação Pública*. Paris: Dentu Livraria.



**Importa despertar
o Espírito para
a sua própria
grandeza e
responsabilidade
perante a vida**

Palestras Famíliares de Além-túmulo **Hoje**

Médium Marta Antunes - Brasil

UM ESPÍRITO AMIGO

Os Tempos são Chegados



**Quem ama,
protege;
permanece
junto**

irmãos e irmãs em Cristo Jesus.

Abraço-os com muito afeto nesse momento de prece e recolhimento espiritual, quando somos envolvidos pelas vibrações superiores provenientes dos altiplanos da Vida!

Recordemos Jesus...

Nos momentos finais da passagem do Senhor entre nós, há mais de 21 séculos, continuamos recebendo as suas inesquecíveis lições para a edificação do nosso Espírito.

Ele foi perseguido, julgado e condenado pelo tribunal do mundo. Submeteu-se pacificamente a toda sorte de injúrias, agressões e sofrimentos ao longo da sua pregação de três anos. Sentenciado à morte, manteve-se pacífico. Valoroso, prosseguiu no Calvário que lhe foi imposto, deslocando-se lentamente sob o peso de pesada cruz, entre o Pretório romano e a morte no Monte da Caveira, onde foi crucificado.

Em momento algum pronunciou qualquer queixa e emitiu sentimento de mágoa aos seus opressores. E, ao final da sua luminosa jornada, instantes antes de emitir o último suspiro, pediu ao Pai Supremo que perdoasse os seus algozes.

Após a crucificação, foi sepultado pela intervenção da bondade de dois ricos membros do Sinédrio — José de Arimateia e Nicodemos— e pelos cuidados das amorosas mulheres do Calvário, as quais, sem jamais se afastaram dele ou deixarem de amá-lo, envolveram o seu corpo inerte em perfumes e óleos extraídos das especiarias, em sublime manifestação de devotamento.

A simplicidade e amorosidade de tais mulheres serviria de exemplo à posteridade, como que a dizer: “quem ama, protege; permanece junto”.

Com a Ressurreição, Jesus aparece às devotas mulheres, aos apóstolos e a diferentes discípulos, transmitindo-lhes o sublime testemunho de que a vida continua, plena e bela, após a morte do corpo físico. Em seguida, instrui os seus discípulos, dizendo-lhes que deveriam buscar o arrependimento pelos equívocos cometidos, pois, no devido tempo, eles receberiam a oportunidade de repará-los por meio de testemunhos, muitos dos quais seriam dolorosos. Recomenda-lhes, ainda, que deveriam pregar o Evangelho a todas as gentes.

Após abençoar a todos, despede-se e ascende ao Céu. O Mestre Nazareno ascende às moradas de Luz, mas, de lá, continua conosco, amando-nos e conduzindo a Humanidade planetária à caminhada evolutiva. Age como o Bom Pastor que cuida com zelo e amor de todas as suas ovelhas, sem distinção.

Messias Divino e Amado acolhe-nos, mas recorda que “os tempos são chegados” para os habitantes da Terra, pois o Planeta atinge o momento de mais um impulso evolutivo, libertando-se de processos expiatórios que vem alimentando as ações humanas nas inúmeras reencarnações.

Voltemos, pois, o nosso olhar amoroso para a necessidade de vivenciarmos a mensagem do Amor Imortal. Mais do que nunca, o Evangelho precisa ser conhecido e vivido. Ouçamos, agora, e sem hesitações, o chamamento divino, irmãos e irmãs, de que “os tempos são chegados”.

Não vacilem mais!

O momento propício é agora!

Um Espírito amigo



**A necessidade
de vivenciarmos
a mensagem
do Amor
Imortal**

CEI

Conselho Espírita Internacional

Plano **Histórico**

SÍLVIA **ALMEIDA**

Image Sara Barros, "Land of Light" (2024)

Do País da Luz

de Fernando de Lacerda





***Sílvia Almeida** Membro da associação No Invisível – Estudos e Divulgação Espírita, colaboradora da Federação Espírita Portuguesa e da Área de Comunicação Social Espírita do CEI.



Sabes de algum homem que tenha excedido a craveira normal da vulgaridade humana, que não tenha sido apodado de visionário, de louco, de sonhador?

Resumo

Fernando de Lacerda foi um importante médium português do início do século XX, reconhecido pela divulgação da doutrina espírita em Portugal e no Brasil. O seu percurso foi marcado pela defesa da mediunidade como instrumento de prova da imortalidade da alma e de aproximação entre o mundo material e o espiritual. A sua obra *Do País da Luz*, reúne 152 mensagens psicografadas, de 49 autores espirituais, escritas originalmente na letra dos respetivos autores e com o seu estilo habitual. Ali é salientada a continuidade da vida após a morte, a evolução do espírito e a necessidade da prática do bem como caminho de iluminação interior. A par com as mensagens que recebia, a vida de Fernando de Lacerda foi um exemplo de conduta cristã, um testemunho da fé espírita e de certeza na continuidade da vida após a morte.

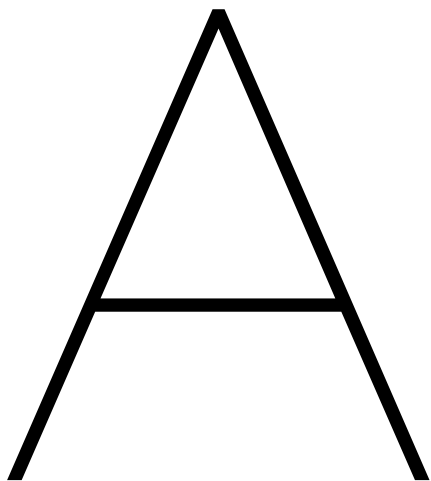
Palavras-chave: Fernando de Lacerda, psicografia, *Do País da Luz*, comunicações mediúnicas, espiritismo.



**Um testemunho
da fé espírita e
de certeza na
continuidade da
vida após a morte**



**Nunca ninguém
o procurou em
vão para uma obra
piedosa**



Federação Espírita Portuguesa, através da sua editora, acaba de lançar a obra em 4 volumes, *Do País da Luz*, psicografada pelo médium português Fernando de Lacerda.

Do País da Luz é uma das obras mais singulares da literatura espírita portuguesa, e mesmo, podemos afirmar com

fundamento, uma obra realmente pioneira no género, na língua de Camões. Basta lembrar que só décadas mais tarde (1932) haveria de surgir, no Brasil, uma obra semelhante, o famoso *Parnaso de Além-Túmulo*, pela psicografia de Francisco Cândido Xavier.

O primeiro volume desta obra tem a sua primeira edição em 1908, tal como o segundo. O terceiro data de 1911 e o último, póstumo, sai já no Brasil, contando com um prefácio psicografado, do próprio Fernando de Lacerda, enquanto Espírito. Ao todo, a obra é composta por 152 mensagens, de 49 autores espirituais.¹

Tal como acontece quando se fala de grandes homens e de grandes obras, inclusivamente quando os homens são médiuns e as obras são mediúnicas, é impossível e mesmo inconveniente falar de uma sem referir o outro, isto é, falar da obra sem falar do autor. Porque, sobretudo neste caso, o último enquadra e certifica a autenticidade e a fiabilidade da primeira. Bem sabemos que a melhor divulgação é a do exemplo e da retidão moral e a qualidade moral e espiritual da obra deve-se, mesmo no caso das obras mediúnicas (e sobretudo nestes casos), à superioridade moral que o seu autor terreno atesta em todos os instantes da sua caminhada. É o que legitima a obra, é o que lhe confere credibilidade.

No caso de Fernando de Lacerda não poderia ser diferente e, por isso, nos ocuparemos do seu carácter e dos seus exemplos, ao mesmo tempo que procuraremos enquadrar a obra.

1. O que foi um feito monumental, se tivermos em conta de a primeira versão do *Parnaso de Além-Túmulo* de Chico Xavier, na sua primeira edição, contava apenas com 60 mensagens, de 14 autores espirituais.

Fernando

Fernando Augusto de Lacerda e Melo nasceu em Loures, nos arredores de Lisboa, no dia 6 de agosto de 1865, sendo o mais velho de doze irmãos. Dos 13 aos 19 anos viveu na capital, com um tio abastado, irmão do seu pai, que lhe facultou a oportunidade de estudar, tendo-se entusiasmado com o ideal republicano. A retidão do seu carácter, notória já nessa altura, não se afinava, porém, com certas práticas e exemplos que via serem reproduzidos pelos seus companheiros de ideal:

“Quando a minha razão começou a ver, encontrei em volta de mim, na sua maior parte, intriguistas, maldizentes, (...), uma confraria de indivíduos que diziam mal uns dos outros, que se acusavam, que se intrigavam, e, pior do que isso, via-me a cada passo assediado de exploradores da minha generosidade e boa fé, que sugavam quanto eu tinha, chegando alguém a incitar-me um dia a que roubasse um meu tio, em casa de quem eu estava, para lhe pedir um produto do roubo a título de empréstimo, e que iria juntar-se ao muito que já me tinha sugado e que nunca mais vi.

A situação chegou a ser tão insustentável e angustiosa para mim, que quis expatriar-me ... Não me expatriei mas deixei Lisboa, cheio de tédio pelos homens que diziam querer reformar a sociedade e eram aquilo... e deixei a política.”²

Depois de passar algum tempo no Alentejo, Fernando volta para Loures, para junto do pai que, entretanto, ficara viúvo e a quem passa a auxiliar a educar os irmãos mais novos. É em Loures que participa na fundação da Associação dos Bombeiros Voluntários, de que o tornam o 1º Coman-

dante. Durante esse período inicia a sua ação humanitária, no desejo de contribuir para melhorar a vida da comunidade no seio da qual foi chamado a viver.

Mais de uma década depois, em 1898, volta a Lisboa, onde o desejo de ser útil à humanidade terá oportunidade de se expandir. A própria vida encaminha-o para as posições mais favoráveis ao exercício das suas ações em favor do próximo. Ingressa na Polícia Administrativa do Governo Civil de Lisboa, onde, gradualmente, vai sendo promovido até atingir o posto de Subinspetor e, pouco depois, herda do tio a fábrica que este possuía em Lisboa, tornando-se também comerciante. É para aquela fábrica que vai encaminhando os desfavorecidos que lhe pedem emprego.

Por outro lado, na Polícia, onde mantém o seu posto, tem igualmente oportunidade de exercitar as suas qualidades cristãs. O periódico *A Palavra*, referir-se-á a ele nestes termos: “É geralmente conhecido o Sr. Lacerda pelo “passa-culpas”. Multas... paga-as do seu bolso, quando não pode livrar delas os desgraçados. Órfãos, não só os protege, como os tem em casa, dando-lhes leite, pão, instrução e educação. Não se lhe conhece um ato indigno. Nunca ninguém o procurou em vão para uma obra piedosa (...)”³.

Pouco depois de voltar para Lisboa, uma das suas irmãs desencarna, deixando cinco crianças órfãs. Fernando dispõe-se a cuidar da mais nova, Laura, então com 2 anos de idade. Pela mesma altura (1901) “adota” também um menino, Fernando, filho do gerente da sua fábrica, com a mesma idade e também ele órfão de mãe. É a estas duas crianças que dirige a dedicatória “Aos meus pequeni-

nos", constante do 1º volume da obra *Do País da Luz*.

Entretanto, começara a notar que a sua mão, mesmo contra vontade, traçava escritos que era forçado a atribuir a uma inteligência estranha. Não era só a letra e a assinatura que ia mudando, mas também o próprio conteúdo⁴. Começa a insinuar-se, assim, uma mediunidade exuberante, com características raras, nomeadamente a psicografia com caligrafia e estilo que varia conforme o autor, como é referido acima, e a psicografia especular, um fenómeno mediúnico em que o médium escreve de forma invertida, da direita para a esquerda, o que faz com que a mensagem só possa ser lida com a ajuda de um espelho.

Um outro episódio ocorrido por volta de 1902, vem dar nota da superioridade moral de Fernando, quando se torna conhecida, na capital portuguesa, uma figura a quem chamaram "homem macaco". Tratava-se de Albano de Jesus que, dizia-se, sofria de epilepsia e provocava diversos desacatos em lugares públicos, além de se empoleirar nas árvores e saltar destemidamente de galho em galho. Estes ataques eram súbitos e imprevisíveis. A polícia intervinha, mas nada conseguia, até que fosse chamado o Subinspetor, o único capaz de o acalmar e ser obedecido. Se considerarmos que estes episódios poderiam ter como explicação um processo de subjugação, tal como é apresentado por Allan Kardec⁵, a ascendência que Fernando exercia seria o fruto das conquistas espirituais do médium e do patamar moral por ele alcançado, que lhe daria a autoridade necessária para atuar em casos desta natureza.



Fernando de Lacerda. Federação Espirita Portuguesa

2. Vasconcelos, "Fernando de Lacerda o médium português".

3. Idem.

4. Cf. Ibidem.

5. "A subjugação é uma constrição que paralisa a vontade daquele que a sofre e o faz agir a seu mau grado. Numa palavra: o paciente fica sob um verdadeiro *jugo*.

A subjugação pode ser *moral* ou *corporal*. (...) A subjugação corporal tira muitas vezes ao obsidiado a energia necessária para dominar o mau Espírito. Daí o tornar-se precisa a intervenção de um terceiro, que atue, ou pelo magnetismo, ou pelo império da sua vontade. Em falta do concurso do obsidiado, essa terceira pessoa deve tomar ascendente sobre o Espírito; porém, como este ascendente só pode ser moral, só a um ser *moralmente superior* ao Espírito é dado assumi-lo e seu poder será tanto maior, quanto maior for a sua superioridade moral, porque, então, se impõe àquele, que se vê forçado a inclinar-se diante dele. Por isso é que Jesus tinha tão grande poder para expulsar o a que naquela época se chamava demônio, isto é, os maus Espíritos obsessores." (Kardec, *O Livro dos Médiuns*, Cap. XXIII).



Camillo Castelo Branco em 1850. on Wikimedia Commons

6. Lacerda, *Do País da Luz*, Vol. 1, 99-102..

7. Pereira, "Memórias de um Suicida". 183..

Fernando e Camilo

Os anos vão correndo, e na noite de 28 de outubro de 1906 dá-se um episódio central na história da obra agora editada. Preparando-se para repousar, Fernando escuta uma voz pedindo-lhe que escreva. Tratava-se de uma mensagem que deveria ser entregue ao escritor Silva Pinto. Quem a desejava enviar era Camilo Castelo Branco que, do além-túmulo, pretendia advertir o seu amigo da continuidade da vida e das consequências nefastas do suicídio, em que Silva Pinto vinha pensando. Camilo preocupava-se, sentia-se responsável pelas ideias que incutira no amigo, pelo desalento, pelo culto do nada após a morte. Fernando obedece e nasce a primeira mensagem *Do País da Luz*. Tímido, inibido, mas obediente, entrega essa mensagem ao escritor, que não conhecia pessoalmente, em nome de Camilo. Podemos imaginar o constrangimento de Fernando e a estranheza de Silva Pinto.

Pouco mais tarde, em nova mensagem, Camilo refere:

"Ainda te não pude falar depois da tua comunicação ao Silva Pinto. Eu estava presente quando a fizeste. Em frente dos dois examinava, comovido, as impressões que se iam produzindo na alma iluminada daquele amargurado sonhador.

Com a sua face parada; o seu olhar vagueando pelo infinito, dando a impressão de duas lentes pelas quais procurasse perscrutar o mistério, parecia a estátua da atonia. (...) "

Via bem que o que lhe lias, era meu e bem meu. Que era eu que lhe falava daqui, a gritar-lhe, na aflitiva ânsia de um irmão quase perdido, que se não perdesse também.

Ele via-o, ele sentia-o. O seu coração dizia-lhe alto, apressado, anelante,

que era bem a alma de Camilo quem lhe falava assim; que ele, Silva Pinto, ermo de afetos, órfão da amizade, desenganado do mundo, não podia ter outro que assim o advertisse e aconselhasse senão eu. (...)

Metamos a pequena cunha da dúvida na rocha do orgulho de Silva Pinto.

Persistamos pacientemente, tenazmente. Desfaçamos em aquela alma amargurada o que o mundo tem feito. O mundo e ele. Façamos luz naquela alma entenebrecida pelo sofrimento que ela mesma acalenta e em que voluptuosamente se compraz."⁶

Depois de escrita esta comunicação, Fernando pergunta:

"- E a mim quer dizer alguma coisa?"

A forma como Camilo lhe responde, denota o apreço e a gratidão que o liga ao médium e que Camilo terá oportunidade de referir em diversas ocasiões:

"Melhor do que eu sabes tudo. Querer sempre ouvir-te, pois que só da tua palavra conheço o carinho e a bondade; só por ti recebo o raio de luz que ilumina a treva do meu viver."

Mais tarde, através da médium brasileira Yvonne do Amaral Pereira, na obra psicografada *Memórias de um Suicida*, Camilo terá oportunidade de complementar que Fernando era um colaborador fiel da instituição de Maria de Nazaré, dedicada aos suicidas, no plano espiritual; era largamente conhecido e bem-querido naquele instituto, pois era um instrumento capaz de obedecer às mais importantes sugestões superiores, para socorro dos desgraçados dos dois planos da vida. Assim é descrito por Camilo:

"(...) coração boníssimo, que continuava, incansável e piedoso como ele só, a cativar-me com suas constantes

visitas mentais, seus abraços amoráveis, convertidos em radiações benéficas de novas preces para novas conquistas de dias melhores para o meu destino!" Camilo narra, ainda, que se havia confidenciado com o precioso médium e que deveria, antes de tudo, voltar a esclarecer aos seus antigos amigos, colegas, editores, e até adversários, que o suicídio não lhes encerrara a vida, nem tampouco a inteligência: "Escrevi, então, falando ao cérebro de Fernando, em colóquios amistosos que muito me confortavam, e servindo-me de sua mão como de uma luva que calçasse à minha própria mão, longas cartas a amigos de outrora, que a morte me não fizera olvidar; noticiário sincero e verídico de minhas impressões, procurando identificar-me no estilo literário que me conheciam. (...) Meu desejo era revelar-me àquela mesma sociedade que me conhecera, rejubilá-la com as alvíssaras de que, como eu, também ela era imortal; preveni-la, enfim, conscienciosamente, dos perigos existentes atrás das sombrias ciladas forjadas pelo monstro - Suicídio!

Mas (...) passei pela decepção e a vergonha de ser repellido pela maioria daqueles mesmos a quem desejava servir (...). Sem o desejar, grandes desgostos atraí para o pobre Fernando (...) e foi ele alvo de críticas demasiado ardentes e injustas, insultos ingratos, remoques abusivos! (...)

Entretanto, o convívio com Fernando compensava-me das derrotas nos outros setores, muito edificado me senti graças às palestras que comumente com ele empreendia, reservando-lhe eu a minha melhor afeição, um tono sempre crescente de gratidão pelas simpatias que a mim, como aos meus cômpanes, infatigavelmente demonstrava."⁷

A mesma simpatia e confiança que o médium merecia por parte dos benfeitores espirituais é ainda reforçada por Camilo, na mesma obra, quando refere as providências levadas a cabo em benefício de Albano, um dos filhos de Jerónimo, companheiro de infortúnio de Camilo. Albano encontrava-se preso, depois de envolver-se pelos caminhos do crime, quando, habituado a todas as facilidades materiais, se vira na miséria, devido ao suicídio paterno. A dada altura da narrativa, é referido pela entidade conhecida como Padre Santarém, que Albano se dedicara, na cadeia, a leituras e estudos, guiado por “uma alma de escol em quem depositamos muita confiança, e presentemente encarnada na Terra - nosso agente fiel e porta-voz sincero”, de quem é destacado “o interesse tomado pelos encarcerados e sentenciados, aos quais procura assistir e servir. Leva-lhes um raio de amor em cada visita que lhes faz. Infunde-lhes esperanças aos corações desfalecidos. Acalma-lhes a revolta interior com a suavidade fraterna e boa da sua palavra inspirada, de onde jorram esclarecimentos regeneradores para desalterar-lhes a sede de justiça e proteção!”⁸

Camilo refere ainda o empenho do médium em torno de Albano, ao interceder por ele junto da Rainha D. Amélia, uma vez que possuía relações de amizade no Paço das Necessidades. O mesmo é confirmado pela conhecida investigadora portu-

guesa Manuela Vasconcelos, autora da obra *Fernando de Lacerda o Médiun Português*, indicando que Fernando era admirado e estimado pelos príncipes, desde que fora ao Paço para interceder por uma menina de 9 anos de idade, órfã, que sobrevivera a um incêndio com os seus irmãos mais novos.

A amizade e a assistência mútua entre Fernando e Camilo é visível. Camilo conta que, mesmo estando em Portugal, durante o repouso físico, à noite, frequentemente o médium se juntava a ele para o alentar e lhe fazer companhia, na altura em que Camilo Espírito fora convidado a “estagiar” em terras brasileiras e se encontrava um pouco desmoralizado⁹.

Por sua vez, Fernando narra um episódio curioso, no qual Camilo se prontifica a auxiliá-lo, desta vez em Portugal:

“Acabava de ler uma das comunicações aos Ex.mos Senhores coronéis M. S. e M. C. e Dr. M. F., quando um destes cavalheiros objetou:

- Nós, que o conhecemos bem, sabemos que v., conquanto inteligente, é incapaz de escrever isso, e, portanto, acreditamos que alguma coisa de extraordinário existe na origem dessas comunicações; mas os que o não conhecem poderão dizer que sendo v. naturalmente inteligente entra em um estado especial em que produz essas coisas...

- Mas, sendo assim, que ação inteligente existirá nesse estado que me



levará a pôr vários nomes sob escritos diversos, coincidindo sempre os mesmos nomes com os mesmos estilos, e serem estes semelhantes ao que em vida tiveram as pessoas que usaram aqueles nomes?

Além disso, eu não entro em estado especial algum.

Posso até escrever diante de várias pessoas.

Se V. Exas. quiserem submeter-me a essa experiência.

- Quando? Objeta um daqueles cavalheiros.

Nesse momento, tendo olhado acidentalmente para o lado, vi, ou pareceu-me ver, Camilo, com um sorriso amargurado, acenando-me com a cabeça em sinal afirmativo, e respondi:

- Já.

Deram-me papel, e sentei-me a escrever. Ao assentar-me, começou entre nós quatro uma conversação ruidosa, em que eu intervinha para detalhar e corrigir factos e datas, ao mesmo tempo que a pena corria vertiginosamente sobre o papel.

Quando chegou ao fim das duas páginas do papel vi que assinara: *Camilo Castelo Branco*.

Levantei-me, e com grande espanto meu e não menor assombroso dos circunstantes, li a comunicação que se segue, escrita sem uma emenda, e com uma celeridade impossível de imitar, normalmente."¹⁰



António José da Silva Pinto (1848-1911)
Escritor, crítico literário, ensaísta, dramaturgo
e romancista, in Wikimedia Commons

8. Ibidem, 146

9. Ver Idem, 187

10. Lacerda, "Do País da Luz", Vol. 1, 116.necessárias", Vol. 1.



José Alberto de Sousa Couto, advogado, orador e escritor, (1855- ...) - Federação Espírita Portuguesa

Do País da Luz

Voltando à noite de 28 de outubro de 1906, à primeira mensagem de Camilo, muitas outras se seguiram. Parece que Camilo fez “as honras da casa”, abrindo caminho para outros Espíritos conhecidos da sociedade terrena: Eça de Queirós, Antero de Quental, João de Deus, Napoleão Bonaparte, Júlio Dinis, Alexandre Herculano, Basílio da Gama, Almeida Garrett, Padre António Vieira, Latino Coelho, Tolstoi, Émile Zola entre outros. Cada qual com letra, assinatura e estilo próprios, uma capacidade de escrita mediúnica bastante rara. Eça de Queiroz foi, talvez, o Espírito que mais se manifestou pela sua mão e foi, também, o que mais o aconselhou e incentivou...

Quando Fernando apresenta o primeiro volume da obra que resulta dessas múltiplas comunicações, numa edição que custeou do seu próprio bolso, em agosto de 1908, ele próprio apresenta o seu testemunho, no início do livro, esclarecendo:

“Essas produções foram escritas sem o menor esforço intelectual, ou sem a menor fadiga material; sem preparação, sem estudo, sem emendas, obtidas quase todas de noite, estando eu perdido de sono e de fadiga, empregando-se nelas, amiúde ter-

11. Idem, Palavras necessárias, Vol. 1, 50.

12. Vasconcelos, “Vultos do Movimento Espírita Português”, Prólogo..



A sua mão, mesmo contra vontade, traçava escritos que era forçado a atribuir a uma inteligência estranha

mos portugueses e estrangeiros do meu inteiro desconhecimento.

As comunicações vinham quase sempre espontâneas.

A primeira produção de qualquer individualidade, conservava-se para mim na inteira ignorância do autor até à assinatura; e algumas há que se conservam ainda, porque não chegaram a ser assinadas.

Não evocava ninguém, e desconhecia, como desconheço, a obra literária, quase na sua totalidade, de todos os autores que neste livro figuram.

Uma asserção, que corre, de que eu tenho muita leitura é pura fantasia."¹¹

A primeira mensagem do volume, que poderíamos chamar de "Prefácio espiritual", é de janeiro de 1908, ou seja, um ano depois da data da última mensagem publicada neste volume. Trata-se de um soneto do Espírito João de Deus, intitulado "O País da Luz" e que parece ter dado nome à publicação ou vice-versa.

O prefácio formal é do Dr. José Alberto de Sousa Couto, advogado e espírita, que tinha vindo a apoiar e a estudar intensamente a mediunidade de Lacerda, e que tinha publicado os seus estudos na revista *Estudos*

Psíquicos, da sua responsabilidade. Como refere Manuela de Vasconcelos, "Sousa Couto, não é um curioso qualquer: em 1900 representara Portugal no Congresso Internacional de Paris, e escrevia-se com personalidades internacionais e gradas do Movimento Espírita Europeu."¹²

As mensagens publicadas neste 1º volume foram organizadas pela ordem cronológica da sua obtenção, com exceção do soneto de João de Deus, atrás referido, e da primeira mensagem que se lhe segue. Lacerda explica a razão de ser desta decisão, sendo que, é, ao mesmo tempo, uma demonstração de humildade e de desejo de apagar os seus méritos, para realçar o papel das personalidades de quem se tornara instrumento:

"(...) tendo sido primitivamente escrita na intenção de não ser publicada, e tão somente como familiar e amistosa reprimenda por uma manifestação de agastamento de me ter visto mal apreciado, entendo dever ser a primeira a publicar-se, para que, depois de lida, toda a gente compreenda que todas as apreciações que a meu respeito e a respeito da obra possam fazer, se encontram previstas e descontadas na minha vontade e na minha firmeza."



José Maria de Eça de Queiroz (1845-1900) - in Wikimedia Commons

Nesta primeira mensagem, vemos Eça dirigir-se ao médium, num tom familiar, realmente admoestando-o como se de um menino se tratasse:

"Meu caro Fernando.

Com pouco te preocupas.

Bastou que alguém te pusesse em dúvida a existência real da minha individualidade para que te sentisses fraquejar.

Que te deve importar a opinião dos outros, quando ela é destituída de base séria que lhe mantenha o peso?

Que te importa o que outros pensam?

Cada um pensa como quer, como sabe, como lhe deixam ou como lhe convém. (...)

Pensam que não sou Eça?

Eça ou não, sou quem como tal tem escrito o que como de Eça possuis.

Se não sou Eça, quem sou?

Perdes facilmente a serenidade, amigo!

Pois queres discussão e não queres ser discutido?

Pois queres vir lançar um repto à velha sociedade, à velha ciência, ao ateísmo, à ignorância, à pretensão, e não queres que te discutam?

Pois queres entrar de chofre no mundo com cartas, tuas ou de outrem, de uma singular contextura, revelando bem estranhas e singulares formas de pensar e de dizer, e não queres



(...) Meu desejo era revelar-me àquela mesma sociedade que me conhecera, rejubilá-la com as alvíssaras de que, como eu, também ela era imortal

que esses que vais despertar da sua sonolência e atacar no seu conservantismo ou na sua filáucia te respondam com dúvidas, repelões, com vaias ou com insultos?

Conheces algum inovador, pacífico instrumento da revolução científica, ou revolucionário pioneiro do progresso humano, que não tenha passado ante os seus coevos, por louco, visionário, mistificador ou charlatão?

Que encontras em ti que te fizesse esperar sair da regra geral?

És um ingénuo!

Se assim fosse, ou se assim for, a tua, a nossa obra, redundará em pura perda, em extraordinário fracasso.

O sucesso será a discussão; será o ataque, a troça, o insulto, a perseguição.

O sucesso será agitar a opinião em volta do assunto; será levar o espanto ante aqueles que de boa ou má-fé, negarem a hipótese, para os compelir à busca de uma explicação para o facto insólito. (...)

Sabes de algum homem que tenha excedido a craveira normal da vulgaridade humana, que não tenha sido apodado de visionário, de louco, de sonhador? (...)

Não sejas criança, que tens brancas na cara!

Ninguém te pode acusar de plagiário, nem de defraudar, porque o que escreves é original.

Dizem que é teu?

Pouco apreço manifestarás por nós e pelos escritos, se te ofenderes por isso. (...)

Como ainda és sensível à vaidade!

Como, apesar do grau do espírito que te anima a carcaça miseranda, ainda pertences à Terra, à Terra da banalidade, da convenção, da vaidade, do melindre, do formalismo!"¹³

Em 1908, esta obra teve grande repercussão em Lisboa, onde se estabeleceu a polémica em torno da autenticidade das mensagens assinadas pelos diversos expoentes da literatura, da cultura e da política. O facto foi comentado pela imprensa e o resultado previsível foi que a primeira edição rapidamente se esgotou.

Com a queda da Monarquia e com a implantação da República, em 1910, Fernando, funcionário ao serviço do anterior regime político, não mais pôde permanecer no seu posto. Acabou por ir para o Brasil, onde viveu os últimos sete anos da sua vida na matéria. Foram anos de luta, atenuada pelo auxílio dos amigos. Durante esses anos, integrou-se na comunidade espírita e continuou a servir à causa. Manteve-se alegre, gentil, fiel aos seus valores e convicções. Além do prefácio do 4º volume, ditado por Fernando Espírito, o servidor cristão, comunicar-se-ia, ainda, aos homens, através da mediunidade de Chico Xavier.

Muitas das mensagens que compõem *Do País da Luz* permitem-nos acompanhar as lutas e os desafios que teve que enfrentar e o modo corajoso como os venceu, um após outro, fiel à moral cristã e ao conhecimento da imortalidade da alma.

Os quatro volumes da obra podem ser lidos em qualquer sequência, já que cada mensagem vale por si mesma. Porém, uma leitura seriada permitirá ao leitor, entre outros seguimentos, avaliar as preocupações que vão assaltando os autores espirituais, as transformações morais e a mudança da sua visão da vida, à medida que o seu estágio na dimensão espiritual também vai seguindo o seu rumo.

Pode observar-se, por exemplo, ao ler em sequência as mensagens escritas por um mesmo autor, o desinteresse progressivo que demonstra relativamente aos assuntos meramente materiais, em tempos objeto central da sua atenção e, noutros casos, observar-se como a crítica mordaz, o estilo contundente ainda, vai, paulatinamente, cedendo lugar a um discurso mais edificante e moralizado.

Por outro lado, é notável reconhecer o estilo próprio de cada um, na linguagem, nos temas, na poesia, entre a qual constam verdadeiras pérolas literárias, na forma e no fundo.

A edição do Centenário

Os quatro volumes da obra agora editada pela FEP, na ausência dos originais manuscritos, resultam de um processo longo e laborioso, de recuperação, a partir de uma edição da editora Luz no Caminho, de Braga.

Optou-se por respeitar a integridade textual das comunicações, preservando o estilo, o vocabulário e as construções que caracterizam a escrita de cada autor espiritual, assim como a sequência pela qual as mensagens foram ordenadas. Ao mesmo tempo, foram introduzidos critérios editoriais que facilitam a leitura contemporânea, com uma revisão ortográfica cuidadosa, nomeadamente de correção das muitas "gralhas" próprias da impressão tipográfica com tipos móveis manuais e, por último, foi feito um delicado trabalho de investigação relativamente a expressões e palavras utilizadas pelos autores espirituais, aparentemente ininteligíveis. Dessa pesquisa metódica, nasceram as inúmeras notas que compõem esta edição, dando inteligibilidade a certas expressões usadas, de época, e que, no transcurso do tempo caíram em desuso e foram esquecidas, ou situando ideias e expressões na identidade literária dos autores, quando vivos. Nalguns casos, foi também introduzido o con-

texto social ou político de uma dada expressão ou afirmação, para que as ideias ali expostas possam ser devidamente apreciadas.

Sem sombra de dúvida que o autor mais trabalhoso foi o magnífico Eça de Queiroz, com os seus textos cravejados de subtilezas, com a sua expressão escrita tão particular e característica, com as suas imagens e os seus francesismos, muitos hoje totalmente desconhecidos dos leitores desprevenidos, que não sejam estudiosos de Eça.

Do País da Luz, mais do que um documento de época, constitui o testemunho de uma faculdade mediúnica com características raras e sempre impressionantes, e uma obra que desafia o tempo e continua a inquietar e a levantar questões.

Ao trazer agora ao público este conjunto, a FEP Editora pretende, não só preservar um património espiritual e mediúnico talvez por muitos negligenciado, mas também estimular novas leituras e interpretações. Num tempo em que as questões sobre a consciência, a espiritualidade e a realidade imaterial voltam a ganhar relevo, *Do País da Luz* reafirma a sua pertinência, oferecendo uma voz que, pela sua originalidade psicográfica, continua a desafiar e a fascinar.



Do País da Luz - Ilustração da 1.ª Edição (1908)
Federação Espírita Portuguesa



Do País da Luz - Edição Centenário FEP. 1ºVol.
S.Barros. (2026). Federação Espírita Portuguesa

Fernando de Lacerda no seu gabinete. (1908). Arquivo FEP

Bibliografia

KARDEC, Allan. *O Livro dos Médiuns*. Brasília: FEB.

LACERDA, Fernando. 2026. *Do País da Luz*. Amadora: FEP.

PEREIRA, Yvonne A. 1982. *Memórias de um Suicida*. Rio de Janeiro: FEB.

VASCONCELOS, Manuela. 1992. *Fernando de Lacerda o médium português*. Lisboa: CECL.

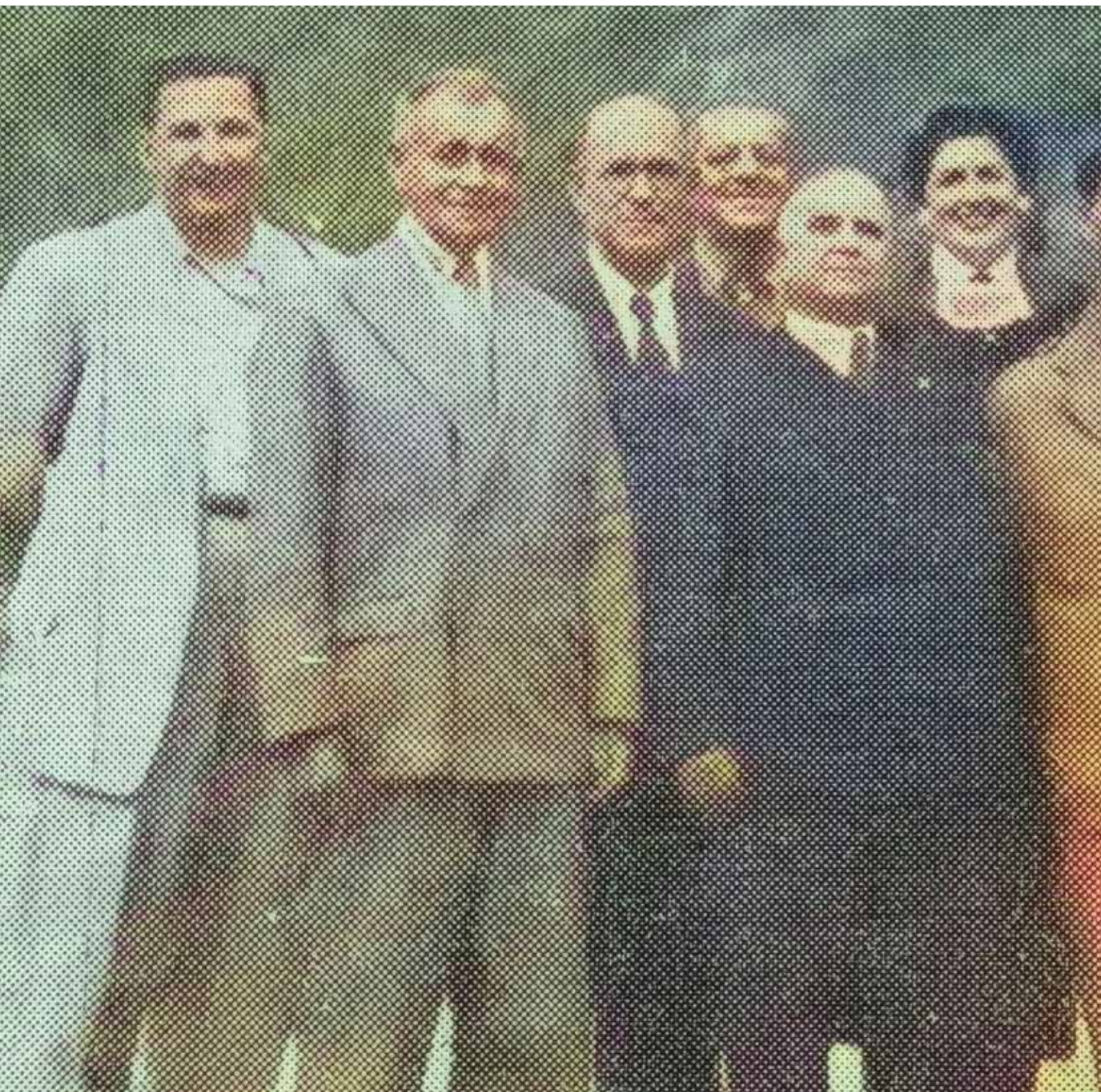
VASCONCELOS, Manuela 2003. *Vultos do Movimento Espírita Português*. Lisboa: CECL.





**Cada um pensa
como quer, como
sabe, como lhe
deixam ou como
lhe convém**

Espiritismo e Sociedade



CARLOS MIGUEL PEREIRA*



CHICO XAVIER

3 de Junho 1955:
A noite que
não acabou



*** Carlos Miguel Pereira**

trabalha na área da tecnologia e é membro da Associação de Divulgadores de Espiritismo de Portugal (ADEP).

Resumo

Em 3 de junho de 1955, o médium Chico Xavier recebeu o espírita português Isidoro Duarte Santos numa sessão gravada em áudio. Setenta anos depois, um grupo de investigadores portugueses e brasileiros analisou os 54 minutos dessa gravação, avaliando a precisão das informações transmitidas e a possibilidade de terem sido obtidas por meios convencionais. Os resultados, publicados na revista científica *Explore*, são desafiadores: 88% das informações corretas, 30% delas sem explicação convencional plausível, incluindo o caso de uma mulher desconhecida de todos os presentes, identificada apenas pelos dados revelados na sessão. Os investigadores concluem que a hipótese da sobrevivência é a explicação mais parcimoniosa para o conjunto dos dados revelados.

Palavras-Chave: Mediunidade; Espiritismo; Ciência; Chico Xavier; Isidoro Duarte Santos.



Maria Gonçalves, Maria Eugénia, Isidoro Duarte Santos. Foto gentilmente cedida pelo autor

Numa sala simples de uma pequena cidade do interior do Brasil, a 3 de junho de 1955, teve lugar um encontro discreto que parecia igual a tantos outros realizados no contexto espírita da época. O visitante era português e o médium já era muito conhecido no seu país. À volta deles, juntava-se um grupo reduzido de participantes ligados ao movimento espírita brasileiro. Naquele encontro não havia aparato experimental nem preocupações de produzir evidências para o debate académico. A principal motivação do visitante português era, acima de tudo, humana: atenuar a saudade da esposa falecida de uma leucemia fulminante cinco anos antes. Setenta anos depois, tudo o que se passou naquela noite de 3 de junho de 1955 na cidade de Pedro Leopoldo no estado de Minas Gerais, viria a ser analisado com um pormenor que os participantes da altura dificilmente poderiam imaginar.

No centro desta sessão esteve o médium Chico Xavier, uma das figuras mais marcantes da mediunidade no século XX. Ao seu lado estava o visi-

tante português Isidoro Duarte Santos, tenente da Marinha Portuguesa e fundador da revista *Estudos Psíquicos*, uma das principais revistas espíritas em Portugal. O encontro entre os dois fazia parte do roteiro de uma viagem de mais de dois meses pelo Brasil. Entre os presentes naquela sala em casa de Chico Xavier estava João Coragem, um espírita de Juiz-de-Fora, que tinha o hábito de gravar sessões no seu magnetofone. Este foi um pormenor que transformou o encontro de um visitante português a Chico Xavier em 1955 num objeto de estudo singular em 2026. Durante os 54 minutos do áudio é possível ouvir uma sequência rica de sentimentos e informações: primeiro, o médium escreveu e leu uma carta atribuída à esposa falecida de Isidoro; depois, psicografou dois sonetos, assinados por escritores portugueses já falecidos; e, por fim, iniciou um diálogo inesperado, descrevendo sucessivamente diversas personalidades, transmitindo nomes, relações, locais, detalhes biográficos e características físicas.

Um caso singular para a investigação científica

Vários estudos na área da investigação científica em mediunidade identificaram que em algumas circunstâncias os médiuns conseguem produzir informações corretas sem uso de meios convencionais, mas por vezes esses acertos não vão além do que seria esperado pelo mero acaso¹. Em alguns casos, identificou-se que a *performance* dos médiuns era muito divergente². Este caso reunia condições raras que ajudavam a contornar algumas das dificuldades do estudo científico da mediunidade: registo áudio do que efetivamente aconteceu; dirigido por um médium que estudos anteriores identificaram como tendo produzido informações precisas de uma forma consistente e confiável³; volume de informações de enorme diversidade e riqueza de detalhes.

Foi esse material que um grupo de investigadores portugueses e brasileiros, coordenados pelo professor Alexander Moreira-Almeida da Universidade Federal de Juiz-de-Fora, decidiu analisar, 70 anos depois, num estudo⁴ publicado na revista científica *Explore*, uma publicação indexada com revisão por pares. O artigo está disponível neste link: <https://doi.org/10.1016/j.explore.2026.103391>.

A motivação principal dos investigadores não era validar crenças nem refutar experiências espirituais, mas responder a duas questões fundamentais: As informações transmitidas naquela sessão eram verdadeiras? Poderiam ter sido obtidas por meios convencionais?

Para responderem a essas perguntas com rigor, os investigadores adotaram uma abordagem metódica. Primeiro, a gravação foi transcrita e analisada. A seguir, separaram tudo o que pudesse ser verificado, nomes, datas, locais e relações, organizando essa informação de forma sistemática. Seguiu-se um trabalho exaustivo de confirmação dos dados em fontes históricas: arquivos, bibliotecas, jornais da época, documentos oficiais, conservatórias e publicações espíritas. O objetivo era duplo: por um lado, verificar se as informações eram factualmente corretas; ao mesmo tempo, avaliar a probabilidade de o médium ter tido acesso prévio a essas informações. Para isso, foram usadas duas escalas como forma de as classificar: Uma para medir o grau de precisão (Correto, Parcialmente correto e Incorreto) e outra para medir a possibilidade de acesso por meios convencionais (Altamente Improvável, Improvável, Provável e Definitivo).



Os componentes da Caravana com Chico Xavier Foto gentilmente cedida pelo autor

Os números e o que significam

No total, foram identificadas 30 personalidades distintas, 18 delas já falecidas na altura e 65 informações concretas que podiam ser confirmadas, das quais 88% foram classificadas como corretas. Apenas uma pequena fração revelou incorreções (3%), e cerca de 9% foram consideradas como parcialmente corretas. Ainda mais relevante do que a elevada taxa de acerto, aproximadamente 30% das informações foram classificadas como de acesso improvável ou altamente improvável por meios convencionais. Num contexto científico, este tipo de classificação é particularmente relevante porque não aponta apenas para acertos, mas para acertos cuja explicação por vias convencionais se torna mais difícil.

Os números são importantes, mas o impacto do estudo não está apenas nos dados estatísticos. Mais do que os números, é na análise detalhada de casos concretos que o estudo revela o seu verdadeiro alcance. Dada a riqueza e diversidade do material, este artigo apresenta apenas alguns dos casos mais elucidativos; a análise completa pode ser consultada no artigo original.

1. Sarraf, et al., "Anomalous information reception by mediums: a meta-analysis of the scientific evidence", 396–402.
2. Kelly, et al., "An investigation of mediums who claim to give information about deceased persons", 11–17.
3. Rocha, "Investigating the fit and accuracy of alleged mediumistic writing: a case study of Chico Xavier's letters", 300–308. Rocha, "A Poesia Transcendente De Parnaso de Além-Túmulo". Rocha, "O Caso Humberto de Campos: Autoria literária e Mediunidade". Silva, "As Cartas De Chico Xavier: Uma análise Semiótica". Bigelow Institute for Consciousness Studies. Life after death essay contest runnersup
4. Pereira, et al., "Analysis of the occurrence of mediumistic anomalous information reception: The case of Chico Xavier and Isidoro Santos", 22(3).



Uma consistência tão surpreendente que se torna difícil de atribuir ao acaso

A comunicação de uma desconhecida

Entre as várias personalidades que Chico Xavier mencionou, uma delas destaca-se pela sua singularidade. Durante a sessão, o médium referiu-se a uma mulher chamada "Isabel Ramos". Descreve-a como alguém já falecido, indica data da morte (20 de novembro de 1935), a cidade onde teria morrido (Chaves, em Portugal), menciona estar a ver uma ponte de arcos e uma fonte de águas curativas. Sugere ainda que a mulher teria estado em tratamento nessa localidade, acrescentando o nome de um homem muito próximo dela.

Um pormenor intrigante: nenhum participante daquela sessão conhecia esta mulher. Como reforço desta ideia, num livro⁵ sobre a sua viagem ao Brasil, Isidoro escreveu sobre Isabel Ramos que tinha uma ideia de alguém para os lados de Chaves que se teria correspondido com Lia. Mas essa informação é um equívoco de Isidoro, uma vez que Isabel Ramos não era de Chaves e chegou à cidade poucos dias antes de falecer. Esse equívoco acaba por fortalecer a ideia de que Isabel Ramos era alguém

desconhecida para os participantes da sessão.

Os detalhes revelados por Chico Xavier foram tão precisos que os investigadores seguiram as informações. Na conservatória do registo civil de Chaves foi possível identificar o certificado de óbito de uma mulher de nome Isabel Zimmaro Ramos, falecida em Chaves a 20 de novembro de 1934, natural de Petrópolis e filha de italianos. Isabel tinha acabado de chegar à cidade de Chaves acompanhada pelo marido, o emigrante português Alexandre Rodrigues de Sousa Ramos, para ser tratada à tuberculose. A cidade, conhecida pelas suas águas termais, corresponde à descrição feita durante a sessão. A "ponte de arcos" remete para a Ponte de Trajano, um dos monumentos mais emblemáticos da cidade. O nome que o médium associou a alguém muito querido de Isabel, corresponde ao nome do marido. Quase todos os detalhes coincidiam. Apenas o ano da morte apresenta uma discrepância de um ano. Chico Xavier indicou a data da morte a 20 de novembro de 1935, mas Isabel faleceu precisamente um ano antes, a 20 de novembro de 1934.



Isidoro Duarte Santos



Lia

Uma praia que não existe

Num determinado momento, Chico Xavier disse que estava a ver Lia a passear numa praia que ela afirmava chamar-se Murtinhal. Isidoro e Lia viveram durante 8 anos em Sagres, no Algarve, quando Isidoro esteve ali destacado pela Marinha. Na cartografia contemporânea não existe qualquer praia do Murtinhal. Na cartografia de 1955, também não. A praia que existe perto de Sagres é a Praia do Martinhal. Numa primeira análise tudo apontava para que Chico Xavier tivesse cometido um erro numa vogal. No entanto, aquele local perto de Sagres ainda hoje é referido pelos locais como “Murtinhal”, que é uma toponímia antiga, que foi mudada em finais do século XIX, mais de 50 anos antes da sessão em Pedro Leopoldo.

5. Santos, “O Espiritismo No Brasil – Ecos De Uma viagem”.



Antero de Quental



João de Deus

Entre a poesia e a identidade dos autores

A sessão incluiu também dois sonetos atribuídos aos escritores portugueses Antero de Quental e João de Deus. A análise destes textos não procurou determinar autoria no sentido estrito, mas avaliar se apresentavam características compatíveis com os autores a quem eram atribuídos os poemas. Esta análise foi efetuada por um especialista em literatura de língua portuguesa e os resultados apontam para uma coerência assinalável em termos de estrutura, métrica e temas. Ambos os poemas seguem o formato clássico do soneto e incorporam alguns elementos estilísticos que estão associados aos respetivos autores.

te, a angústia existencial e a insuficiência da abordagem puramente científica para a compreensão da existência humana. O soneto aproxima-se do ciclo "da metafísica"⁶ na obra de Antero de Quental.

Curiosamente, os textos não são simples imitações. Apresentam também diferenças, como se refletissem uma continuidade criativa, mas em circunstâncias distintas da vida terrena. Uma possível explicação que os investigadores levantaram para estas diferenças encontra-se na "experiência da morte", que produziria uma transformação, justificando a nova abordagem dos autores. Esta combinação de semelhança e diferença constitui um elemento relevante na análise, coerente com o padrão observado noutros textos de poesia mediúnica⁷. Para os investigadores, os apontamentos identificados são suficientes para mostrar que os dois sonetos, consideradas as especificidades de sua origem, apresentam elementos que justificam a pertinência textual da autoria que lhes é atribuída.

6. Quental, "Sonetos".

7. Rocha, "A Poesia Transcendente De Parnaso de Além-Túmulo" e "O Caso Humberto de Campos: Autoria literária e Mediunidade".

As hipóteses em confronto

Perante os três tipos de informação presentes no áudio - a carta, os poemas e as descrições - foram consideradas várias explicações, desde as hipóteses convencionais até às possibilidades menos exploradas.

A fraude é uma explicação usada frequentemente em casos semelhantes. Neste caso, foi considerada pouco plausível pelos investigadores. Considerando a diversidade e a quantidade de informações, Chico Xavier precisaria recorrer a um trabalho de investigação moroso e sofisticado. Isso torna-se difícil de sustentar se considerarmos que, na época em que a sessão ocorreu, o acesso a fontes de informação encontrava-se bastante dificultado. Além disso, Xavier tinha uma ocupação profissional em tempo integral como datilógrafo no Ministério da Agricultura, morava numa pequena cidade do interior do Brasil sem biblioteca pública e era uma pessoa que tinha apenas a escolaridade básica e limitados recursos financeiros. Outras explicações como acesso prévio à informação, leitura fria ou memória inconsciente são plausíveis para algumas das informações reveladas e foram consideradas. No entanto, a sua aplicação a todos os casos analisados levanta dificuldades. A pesquisa identificou que cerca de 30% das informações não estavam publicamente disponíveis, sendo o acesso prévio do médium classificado como improvável ou altamente improvável.

Não sendo possível explicar todas as revelações dessa forma, outra possi-

bilidade de explicação é a percepção extrassensorial, ou seja, a obtenção de informação por meios como telepatia ou clarividência. Esta hipótese pode explicar alguns casos, especialmente quando as informações são do conhecimento de alguns participantes. Como exemplo, a referência à Praia do Murtinhal. No entanto, essa explicação torna-se mais frágil quando nenhum dos presentes tem conhecimento dos dados revelados. As informações relativas a Isabel Ramos são aquelas que melhor se enquadram neste âmbito, sendo um tipo de ocorrência conhecido na investigação científica da mediunidade como *"drop-in"*. Uma das principais dificuldades na investigação científica em mediunidade é conseguir excluir a possibilidade de uso de telepatia ou clarividência por parte do médium. As ocorrências de *drop-in* são particularmente importantes nestas situações pois envolvem informações que são desconhecidas não só pelo médium como pelos participantes, retirando força às hipóteses de telepatia e clarividência. Para esses casos, a possibilidade de que essas revelações tenham origem em consciências que persistem para além da morte do corpo ganha relevância.

O estudo não afirma esta hipótese como uma conclusão definitiva, mas sugere que para algumas das informações reveladas por Chico Xavier, ela oferece uma explicação mais simples e coerente do que a combinação de múltiplas hipóteses alternativas.



Não estamos perante um único acerto isolado, mas uma combinação de elementos: informação factual, produção literária e coerência narrativa

Uma pergunta que permanece

Há algo que distingue este caso: a convergência de diferentes tipos de evidências num único episódio. Os investigadores deste estudo argumentam que, neste caso, a hipótese da sobrevivência surge como a explicação mais lógica e parcimoniosa para o conjunto dos dados analisados. Isto significa que não estamos perante um único acerto isolado, mas uma combinação de elementos: informação factual, produção literária e coerência narrativa. Todos estes elementos, apresentados de forma agrupada, reforçam-se mutuamente. Essa convergência é o aspeto mais significativo do estudo. Porque, no fundo, a questão mais importante não é quantas informações estavam corretas, mas como todos os dados revelados se articulam entre si. É como se uma história, construída a partir de múltiplos fragmentos dispersos, revelasse uma consistência tão surpreendente que se torna difícil de atribuir ao acaso.

Importa sublinhar que a investigação teve limitações que foram identifica-

das pelos investigadores. Tratou-se de um estudo retrospectivo, baseado em material histórico e sem possibilidade de controlo experimental direto. Sendo um caso histórico em que todos os participantes já faleceram, avaliar se o médium poderia ter tido acesso às informações envolve sempre algum grau de interpretação.

Desde que as bobines do magneto-fone de João Coragem registaram aquela sessão em Pedro Leopoldo, o mundo mudou profundamente. A ciência avançou, a tecnologia transformou a forma como acedemos à informação, e ainda há muito que permanece por explicar. Nessa noite de 3 de junho de 1955, naquela sala simples, numa pequena cidade do interior do Brasil, não era ciência que se fazia. Era a saudade de um homem que viajou desde o outro lado do Atlântico à procura da voz da sua amada. No espaço de incerteza entre a prudência da ciência e a profundidade da experiência humana, permanece a pergunta de todos os tempos e lugares: Afinal, o que somos nós?



Isidoro Duarte Santos e Francisco Cândido Xavier

Bibliografia:

- Bigelow Institute for Consciousness Studies. Life after death essay contest runnersup. <https://www.bigelowinstitute.org/wpcontent/uploads/2022/10/rocha-weiler-casseb-mediumship-evidence.pdf>, 2022. [Consultado em 27.10.2025]

KELLY, Emily W., Dianne Arcangel. 2011. "An investigation of mediums who claim to give information about deceased persons". *J Nervous Mental Dis.* 199: 11–17.

PEREIRA, Carlos M., Alexandre C. Rocha, Jorge Gomes, José Lucas, Júlio Silva, e Alexander Moreira-Almeida. 2026. "Analysis of the occurrence of mediumistic anomalous information reception: The case of Chico Xavier and Isidoro Santos". *Explore.* 22(3).

QUENTAL, Antero. 1984. *Sonetos*. [7a ed. Edição organizada, Prefaciada e Anotada Por António Sérgio]. Lisboa: Sá da Costa Editora.

ROCHA, Alexandre C., Denise Paraná, Elizabeth S. Freire, Francisco L. Neto, e Alexander Moreira-Almeida. 2014. "Investigating the fit and accuracy of alleged mediumistic writing: a case study of Chico Xavier's letters". *Explore.* 10(5): 300–308.

ROCHA, Alexandre C. 2008. *O Caso Humberto de Campos: Autoria literária e Mediunidade*. Tese de doutoramento. Universidade Estadual de Campinas. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/427401>.

ROCHA Alexandre. 2001. *A Poesia Transcendente De Parnaso de Além-Túmulo*. Tese de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/223055>.

SANTOS, Isidoro D. 1960. *O Espiritismo No Brasil – Ecos De Uma viagem*. 2º Volume. Lisboa: Estudos Psíquicos Editora.

SARRAF Matthew, Michael A. Woodley of Menie, e Patrizio Tressoldi. 2021. "Anomalous information reception by mediums: a meta-analysis of the scientific evidence". *Explore (NY)*. 17(5): 396–402. <https://doi.org/10.1016/j.explore.2020.04.002>.

SILVA, Cintia A. 2012. *As Cartas De Chico Xavier: Uma análise Semiótica*. São Paulo: Cultura Acadêmica.



A ciência avançou, a tecnologia transformou a forma como acedemos à informação, e ainda há muito que permanece por explicar



Momento Espírita®

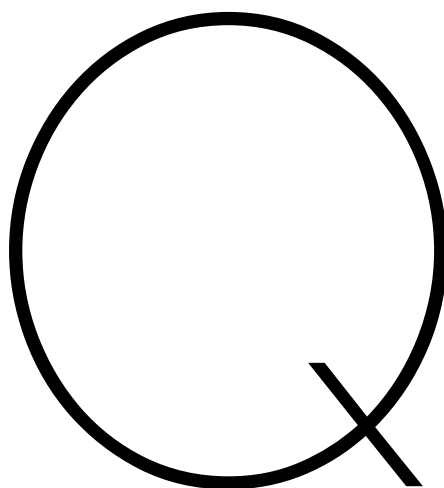
A full-page background image featuring a person's silhouette standing in a bright, rectangular doorway. The doorway is the source of a strong, warm light that illuminates the scene. The sky outside the doorway is a mix of soft pinks, oranges, and purples, suggesting a sunset or sunrise. The person's reflection is visible on the floor inside the doorway. The overall mood is contemplative and spiritual.

Nossa Consciência



**As leis divinas
estão inscritas na
nossa consciência**





Quando os noticiários tratam de acidentes com aeronaves, é comum ouvirmos falar da *caixa preta* que, apesar da destruição do avião, é preservada, conservando os registros do voo.

Fazendo um paralelo, podemos dizer que nossa consciência é a *caixa preta*, na qual

ficam registrados nossos pensamentos e atos, sem que a morte logre apagar uma vírgula, sequer, de tudo quanto fizemos.

Assim, aqueles que não conseguimos conceber o mecanismo do qual se servem as leis divinas para contabilizar os equívocos e acertos cometidos, podemos imaginar, por analogia, de que forma isso acontece.

Se os homens, criados por Deus, têm meios de construir um compartimento numa aeronave, capaz de registrar as ocorrências para posterior análise, por que Deus, a Inteligência Suprema do Universo, não teria melhores condições de preservar, em nossa consciência, os registros necessários?

Aqueles que pensamos que a morte do corpo físico apagará nossos feitos, estamos equivocados.

Se assim não fosse, como entender o dizer de Jesus: *A cada um será dado segundo suas obras?*

Mas como é que responderemos perante as leis, se não as conhecemos?

As leis divinas estão inscritas na nossa consciência, dessa forma, não podemos alegar ignorância.

A afirmativa evangélica de que todos os pecados serão perdoados, exceto os que forem cometidos contra o Espírito, fala dessa realidade.

Os pecados contra o Espírito são as infrações cometidas contra a consciência, isto é, os equívocos conscientes.

Podemos afirmar que muitas das atitudes equivocadas, não têm o aval da nossa consciência, pois sabemos que estamos agindo mal.

Essa voz interior, que nos vem à mente quando planejamos uma ação má, é a voz da consciência a nos advertir para que não a concretizemos. O que ocorre, na maioria das vezes, é que não lhe damos ouvidos.

Se mesmo na justiça humana há distinção entre o crime doloso e o culposos, não poderia ser diferente quanto à Justiça Divina, que julga sempre pela intenção, e nunca pelas aparências.

Não é outro o motivo pelo qual Jesus assevera que mais será cobrado de quem mais tiver. Quem mais sabe, mais responsável é pelos seus atos.

Assim, é importante que consultemos periodicamente os registros da nossa *caixa preta*, para que na hora da averiguação do conteúdo não nos decepcionemos conosco mesmos.

Não tenhamos dúvidas: todos teremos nosso momento de prestação de contas à Divindade através da nossa consciência.

* * *

As leis divinas são de justiça e amor.

Essas leis não querem a morte do equivocado, mas a eliminação do equívoco.

São leis de misericórdia, pois nos permitem oportunidades sempre renovadas para o aprendizado das lições da vida, embora as circunstâncias não sejam as mesmas, principalmente para os teimosos que não querem aproveitá-las devidamente.

Por essa razão, não devemos adiar a hora de fazer o bem na medida das nossas forças, para que nos libertemos, de vez por todas, dos grilhões que nos mantêm presos ao sofrimento e alcemos voos mais altos, na direção da felicidade que nos acena.



**As leis divinas, não
querem a morte
do equivocado,
mas a eliminação
do equívoco**





Entre vista

Sandra
Borba
Pereira



Não
podemos
ensinar o
que
desconhe-
cemos



Sandra Borba Pereira é professora e investigadora na área dos Fundamentos da Educação, com um percurso marcado pela articulação entre pedagogia e espiritualidade. Doutorada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tem dedicado grande parte da sua vida à formação de educadores e à evangelização espírita de crianças e jovens. Atua no Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira, na área de infância e juventude, mantendo uma participação ativa no movimento espírita a nível nacional e internacional. Destaca-se pela reflexão sobre a “educação da alma”, propondo uma abordagem educativa centrada no desenvolvimento integral do ser humano — intelectual, moral e espiritual.

1. O que a levou a aproximar-se da educação espírita e de que forma essa escolha moldou o seu percurso pessoal e profissional?

Sou filha de educadora e mãe espírita. Nasci literalmente numa escola (minha mãe alugava casas grandes onde funcionavam moradia e uma pequena escola) e fui sua aluna durante todo o antigo curso primário. Dos 6 aos 12 anos fui evangelizada em Recife/PE e aos 16 já integrando a juventude da Federação Espírita Pernambucana, comecei a me envolver com a evangelização infantil. Tornei-me evangelizadora aos 17 e até hoje desenvolvo atividades de

formação de evangelizadores. Fiz o Curso Normal e Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, concomitante à frequência na juventude e na ação evangelizadora. A educação e a evangelização como a mais elevada forma de educar foram marcando minha vida pessoal, profissional e na militância do Movimento Espírita. Sou uma apaixonada por ambas e até os dias de hoje, embora aposentada na área profissional, sigo participando de ações voltadas à formação de evangelizadores e divulgação da evangelização como o programa educativo por excelência da Doutrina Espírita dirigido à Humanidade.

2. Como define “educação da alma” e de que forma ela se distingue da educação tradicional?

Educação da alma, educação do espírito são expressões que implicam em destacar a educação na perspectiva imortalista e reencarnacionista. A evangelização espírita infanto-juvenil igualmente foca na compreensão do homem/espírito imortal em vivência reencarnatória de ajuste perante à Lei Divina e de busca de progresso completo ao qual se destina para alcançar a felicidade. A educação dita tradicional, na história da pedagogia, é aquela educação formal que foca mais no aspecto intelectual, embora alguns autores, como Herbart, por exemplo, destaquem também o aspecto moral. Em nossa atual sociedade, porém, a ênfase ainda é dada ao aspecto intelectual e de formação profissional, aparecendo de quando em vez conteúdos voltados a aspectos sócio-emocionais e valores sociais, sem conotação religiosa.

3. Que desafios encontra hoje na evangelização de crianças e jovens, num mundo cada vez mais digital e acelerado?

O mundo do *fast time* se constitui num desafio para todos, e crianças e jovens são os mais atingidos por isso. A perda ou diminuição drástica de experiências infantis e juvenis na vida real e concreta, horas de permanência no mundo das telas onde quase tudo é “perfeito”, um certo isolamento social proveniente do mundo excessivamente digital, as exigências comportamentais ditas por grupos de pertencimento e o acesso às mídias controladas por

incentivadores do discurso do ódio, da pornografia de vários matizes e, claro, um certo nível de permissividade ou ausência de acompanhamento da família, projetam as novas gerações em situações de perigo em escala assustadora. A evangelização e a ação conjunta com a família, no Movimento Espírita, serve como prevenção aos problemas acima destacados, buscando um ambiente integrador, saudável e onde os novos devem ser estimulados a uma postura crítica diante do mundo, recebendo todo apoio familiar e da Casa Espírita que deve acolher e integrar em suas atividades todo o grupo familiar.

4 - De que forma os educadores podem tornar os conteúdos espíritas mais significativos para as novas gerações?

A contextualização e problematização dos conteúdos num ambiente acolhedor e dialógico, com recursos e estratégias pedagógicas atualizados, podem oportunizar aos evangelizando, principalmente adolescentes e jovens, estímulo à reflexão, bem como ao autoconhecimento. Perguntas provocativas, didáticas, como Jesus exemplificou, retiram o ouvinte da passividade e zona de conforto. Da mesma forma, o estímulo a que eles apresentem proposições e soluções, em muito enriquecem a experiência nos grupos de evangelização. Há na internet um grande número de exemplo de adolescentes e jovens criativos, inventores e premiados em nível nacional e internacional por conquistas nos estudos, pesquisas e invenções. É preciso ilustrar com situações e personagens reais.



O mundo
do fast time
se constitui
num desafio
para todos



É necessário
tolerância e
respeito ao
pensamento
divergente

5. Como podemos ajudar crianças e jovens a desenvolver pensamento crítico sem perder a dimensão espiritual?

O pensamento crítico é um olhar sobre a realidade em busca de sua compreensão para encontrar caminhos para sua melhoria. Jesus foi um crítico de Sua época, partindo de valores e princípios eternos, para assumir uma postura propositiva e de responsabilidade individual na construção de um mundo melhor, levando em conta a natureza espiritual da criatura humana. Kardec, a seu turno, exerce o pensamento crítico ao apresentar aos Espíritos um método dialógico, buscando coerência e logicidade nas respostas. O evangelizador, notadamente dos ciclos mais avançados, necessita aprofundar seu olhar sobre a vida através da leitura, do estudo, da reflexão, mas sem excluir a dimensão espiritual. Chamamos ainda a atenção para a necessária tolerância e respeito ao pensamento divergente. Apresentar a visão doutrinária e não a dele própria ideologicamente construída pelas suas experiências de vida. É preciso manter fidelidade ao pensamento espírita.

6. Que contributo pode a educação espírita dar perante desafios contemporâneos como a ansiedade, o individualismo ou a perda de sentido?

A ansiedade, diz um querido amigo, é excesso de futuro. As incertezas num mundo como o nosso são naturais. Fortalecer a esperança, entendendo-a como "esperar agindo", é um caminho, embora saibamos todos que "a cada dia basta seu mal". O cultivo da fé raciocinada é ingrediente essencial para nossa compreensão sobre as leis morais que regem a vida, incluindo principalmente o livre-arbítrio e a lei de causa e efeito. Leonardo Machado, em seu livro *Emoção Preventiva: GRATIDÃO*, publicado pela FEB em 2017, nos apresenta como emoções positivas, segundo a Psicologia Positiva, no que respeita ao futuro, o otimismo, a esperança e a fé/confiança. É o que devemos enfatizar na ação evangelizadora.

O individualismo, por sua vez, é fruto da imaturidade psicológica, afirma Joanna de Ângelis (*Amor, imbatível Amor*, Divaldo Franco, Ed. LEAL, 1998), o que torna o ser humano rude, amargo e ingrato, diferentemente da imagem que cria a seu próprio respeito.

Filho direto do egoísmo, isola a criatura, constituindo-se uma espécie de fuga, um desvio que acarretará dor e sofrimento, além das responsabilidades assumidas com atitudes antifraternas.

O vazio existencial é hoje bastante referenciado por autores encarnados e desencarnados, identificado com a ausência de motivação para viver e lutar, precipitando aquele que o aloja na intimidade para fugas espetaculosas como a depressão, a viciação e até o suicídio.

A evangelização se apresenta como fator de construção de uma visão de mundo que contempla a imortalidade, a Justiça Divina, a destinação à felicidade, pelas lutas e enfrentamentos dos desafios existenciais, com vistas ao progresso completo (intelecto-moral), nosso objetivo e finalidade como sintetizou o Mestre: "Sede perfeitos". O ambiente evangelizador é, pois, uma profilaxia quanto aos problemas apresentados, dentre outros.

7. Como vê o papel da família na formação espiritual das crianças nos dias de hoje?

A família é a primeira escola de evangelização e os responsáveis, os primeiros evangelizadores, pelas orientações, carinho, cuidado e

exemplos. Mais do que uma parceria possível, a ação colaborativa de família e área da ação evangelizadora é uma condição *sine qua non* ao alcance de resultados almejados por todos esses agentes. Aqui, no nosso Movimento Espírita Brasileiro, a criação da área específica da Família representa um avanço, não só no que diz respeito à educação espírita, mas no trato com o instituto familiar à luz das orientações evangélicas e doutrinárias, investindo na harmonia familiar.

8. Que estratégias pedagógicas considera mais eficazes na educação espírita infantojuvenil?

As estratégias mais produtivas na evangelização/educação espírita são aquelas que focam a participação ativa e estímulo ao protagonismo das crianças e jovens, bem como o uso dos espaços de ação (família, integração na casa e no movimento espírita, comunicação e mídia, atividades de confraternização, vivência e ação social como prática) e criação de vínculos afetivos. (Interessados podem consultar os materiais editados pela Federação Espírita Brasileira/ Conselho Federativo Nacional bem como o site <https://www.feb-net.org.br/aij>).



A ação dos
evangelizadores
e educadores é
de permanente
cuidado e
exigência contínua
de formação e
estudo



Se os jovens
conseguiram
a benção da
reencarnação
nesses dias
tumultuados...
significa que
possuem talentos e
qualidades para a
melhoria de nosso
mundo

9. Como motivar voluntários e educadores a manterem-se comprometidos e inspirados ao longo do tempo?

É uma via de mão dupla: de um lado a individualidade do trabalhador que necessita ampliar a visão da tarefa que assume pelo estudo, leitura e meditação constantes, a fim de manter a motivação própria. A outra mão envolve uma boa gestão de grupo, aquela que acolhe, que cuida, superando a visão protocolar do voluntário como "funcionário", que cria espaços para criação de vínculos de amizade, que oportuniza o diálogo, o respeito às diferenças e o trabalho coletivo acima do pessoal.

10. Qual é o maior erro que um educador espírita deve evitar?

É achar que já sabe tudo por mais anos que possua de experiência. Cada grupo de evangelizando, crianças ou jovens, é único. Isso sem deixar de lembrar que hoje mais que ontem recebemos crianças e jovens atípicos além dos que conduzem conflitos, que são obsidiados e outros portadores de mediunidade. Vivemos desafios e desafios, sem esquecer dos velhos problemas da mesmice e falta de planejamento didático. A ação dos evangelizadores e educadores é de permanente cuidado e exigência contínua de formação e estudo.

11. De que forma a espiritualidade pode ajudar o educador a lidar com frustrações e desafios?

Encontrando a atitude receptiva do trabalhador, a espiritualidade jamais deixará de atuar positivamente nos estimulando, intuindo, orientando e protegendo. Os desafios, como dissemos, são constantes. As frustrações, por outro lado, dizem respeito às expectativas não alcançadas. Nesse caso, duas sugestões para todos nós: a avaliação de nosso desempenho e a certeza de que a nós compete a semeadura da boa semente, sendo que a colheita não nos pertence. Invistamos nosso amor, nosso idealismo e entusiasmo na confiança que estamos sendo cooperadores de Jesus no atendimento ao *"ide e evangelizai a todas as gentes"* (Mt 28:19)

12. Como cultivar a coerência entre aquilo que se ensina e aquilo que se vive?

A consciência de que somos semeadores nos conduz à compreensão de que nos cabe selecionar bem as sementes e isso implica em conhecê-las bem como as técnicas de cultivo. Ou seja, não podemos ensinar o que desconhecemos e precisamos saber como proceder nesse cultivo. E nesse sentido, a Doutrina Espírita esclarece, consola e... propõe a transformação moral, a vivência dos princípios que nos conduzem, quando vivenciados, à harmonização com a Lei Divina ou Natural.

13. Como imagina a educação espírita de crianças e jovens daqui a 20 anos?

Imagino que será cada vez mais dinâmica, que responderá cada vez mais às necessidades evolutivas de crianças e jovens, que terá evangelizadores e educadores cada vez mais comprometidos. O progresso é Lei e estamos submetidos a ela. Vim de evangelização infantil, como disse na primeira questão. Acompanho há mais de 50 anos essa atividade e vejo suas conquistas, mesmo que também identifique dificuldades. Há toda uma legião de espíritos que reencarnam com esse compromisso que se espalha e, por isso, tenho uma visão otimista e de possibilidade de melhoria da qualidade da tarefa a ser desenvolvida junto às novas gerações.

14. Que mensagem deixaria aos jovens que hoje procuram sentido e propósito na vida?

Ser jovem nos dias de hoje é tarefa nem sempre fácil. A sociedade em desalinho, as incertezas do futuro, a permissividade dos dias atuais, os discursos contraditórios dentre tantas características atuais (apelo ao

individualismo, ao consumismo, ao hedonismo sem compromisso com a ética) são desafios muito difíceis. Mas... se os jovens conseguiram a benção da reencarnação nesses dias tumultuados... significa que possuem talentos e qualidades para a melhoria de nosso mundo. Eu creio na força de um bom número de jovens que aí estão brilhando no estudo, na arte, na invenção e solução de problemas, que valorizam mais o ser do que o ter, que buscam um mundo menos desigual e menos desumano. E como diz nosso amado Raul Teixeira: ser diferente (pelas razões acima expostas) num mundo tão precário, eis o grande desafio do jovem espírita.

15. Se pudesse resumir a sua missão educativa numa única frase, qual seria?

Nasci para aprender e servir.



Nasci
para
aprender
e servir



Notícias

01. Assembleia Geral do CEI

O Conselho Espírita Internacional realizou no dia 3 de maio de 2026, por videoconferência, uma Assembleia Geral.

O encontro contou com a participação online da atual Comissão Executiva, além de representantes de 22 dos 25 países afiliados, totalizando 38 participantes. Também estiveram presentes jovens de diversos países, bem como representantes de países observadores.

Durante a reunião, foram apresentadas as diversas ações desenvolvidas pela Comissão Executiva ao longo do último ano. Entre os temas abordados, destacaram-se iniciativas de apoio mundial aos educadores da infância e juventude espírita, além da atualização dos preparativos para o Congresso Espírita Mundial de 2028, que será realizado em Itália.

Foram igualmente partilhadas reflexões e informações relativas aos desafios e perigos das reuniões mediúnicas virtuais, tema que vem despertando crescente atenção em diferentes países. Para esclarecer sobre o tema, Jacobson Trovão foi convidado a apresentar considerações sobre as reuniões mediúnicas virtuais e suas implicações no Movimento Espírita contemporâneo.



02. Espiritismo em Movimento

O projeto "Espiritismo em Movimento", uma nova rubrica dedicada à reflexão de temas centrais do Movimento Espírita contemporâneo, é uma iniciativa da área de Comunicação Social Espírita do CEI.

Com foco na universalidade dos ensinamentos dos Espíritos e na fidelidade à obra de Allan Kardec, o primeiro episódio aborda a temática das reuniões mediúnicas virtuais, cada vez mais presentes em vários países.

Gravado durante a Assembleia Geral do CEI, o episódio conta com a participação de Jacobson Trovão e analisa questões como os limites das práticas mediúnicas online, os cuidados doutrinários, os riscos associados e a importância da preparação moral e do estudo sério.

A iniciativa propõe-se promover a reflexão, o estudo e a preservação da unidade doutrinária no Movimento Espírita. O conteúdo está disponível no canal da

a [TV CEI no YouTube](#).



02

relacionados com a Doutrina Espírita, dando continuidade ao trabalho iniciado por Allan Kardec há mais de 160 anos.

Com esta nova plataforma digital, leitores de diferentes países podem aceder gratuitamente às edições da revista, disponíveis integralmente em Português, Inglês e Espanhol. Além disso, os excertos mais relevantes encontram-se também traduzidos em Francês, Italiano, Alemão e Esperanto, ampliando ainda mais o alcance internacional da publicação. O site oficial encontra-se disponível em

https://revuespirite.cei-spiritistcouncil.com/?utm_source=chatgpt.com

03. *Revue Revue* disponibiliza novo site com acesso gratuito à edição digital

A *Revue Spirite – Journal d'Études Psychologiques*, fundada por Allan Kardec em janeiro de 1858, dispõe agora de um novo site com acesso gratuito à sua versão digital.

Publicação oficial do Conselho Espírita Internacional, a revista mantém o propósito de divulgar estudos, reflexões e conteúdos



03



04. Novos websites fortalecem a comunicação da infância, juventude e família espírita a nível internacional

A Área de Infância, Juventude e Família do Conselho Espírita Internacional (CEI), em conjunto com a Comissão da Juventude Espírita Mundial, anunciou a criação dos seus novos websites, que já se encontram disponíveis ao público.

As plataformas digitais foram desenvolvidas com o objetivo de ampliar a divulgação de conteúdos,

promover a integração entre as diversas iniciativas ao redor do mundo e facilitar o acesso a materiais voltados para a infância, juventude e família no contexto espírita.

Os novos websites podem ser acessados diretamente através dos seguintes links:

Comissão de Juventude |
<https://sites.google.com/cei-spiritistcouncil.com/cei-world-spiritist-youth/in%C3%ADcio>

Área de Infância, Juventude e Família CEI | <https://sites.google.com/cei-spiritistcouncil.com/aijf/in%C3%ADcio>

Com esta iniciativa, o CEI reforça o seu compromisso com a comunicação moderna e a aproximação das comunidades espíritas, especialmente junto das novas gerações, incentivando o intercâmbio de experiências e o fortalecimento dos laços internacionais.

05. AIJF promove reflexão sobre o papel da família e da educação espírita

A Área de Infância, Juventude e Família do Conselho Espírita Internacional (AIJF/CEI) realizou, no passado dia 9 de maio de 2026, o primeiro encontro do ciclo de mesas-redondas online "Sementes do Futuro – Formação Continuada de Evangelizadores/Educadores Espíritas", dedicado ao tema "Influencers do Bem: o papel da família e do evangelizador/educador espírita junto das novas gerações".

Transmitido em direto pelo canal de YouTube da TV CEI, o evento reuniu participantes de diversas partes do



O ciclo “Sementes do Futuro” prossegue com novos encontros, mantendo o propósito de inspirar, capacitar e apoiar evangelizadores e famílias na missão de educar com valores espirituais e humanos.

06. Juventude Espírita Mundial promove grupo de estudos online mensal

A Comissão de Juventude da Área de Infância, Juventude e Família do Conselho Espírita Internacional promove o “Grupo de Estudos com a Juventude Espírita Mundial”, uma iniciativa dedicada aos jovens a partir dos 13 anos, com o objetivo de estudar o Espiritismo, promover a convivência fraterna e fortalecer laços entre participantes de diferentes países.

Os encontros realizam-se online, via Zoom, no último domingo de cada mês, num ambiente acolhedor e participativo, com abordagem doutrinária e reflexões em torno da realidade juvenil.

Os horários são organizados por fusos internacionais: 11h às 12h45 (América Central), 12h às 13h45 (Nova Iorque), 14h às 15h45 (Brasília), 17h às 18h45 (Portugal) e 18h às 19h45 (CET).

As sessões decorrem em Inglês, Português, Espanhol e Italiano, com abertura da sala virtual 15 minutos antes do início.

As inscrições podem ser realizadas através do formulário disponível em: <https://sites.google.com/cei-spiritistcouncil.com/cei-world-spiritist-youth/início>

[Inscreva-se AQUI>>>](#)

05 mundo, promovendo um espaço de diálogo, partilha de experiências e reflexão sobre os desafios e oportunidades na educação das novas gerações.

O encontro contou com quatro mesas-redondas realizadas em diferentes idiomas — Português, Italiano, Inglês e Espanhol — reforçando o caráter internacional da iniciativa. Entre os participantes estiveram nomes como Lúcia Moysés e Sandra Borba (Português), Juliana Matos e Mónica Amà (Italiano), Jussara Korngold e Claudia Moura (Inglês), e Eduardo dos Santos e Maria Clareth (Espanhol), com moderação de equipas igualmente representativas de diversos países.

Ao longo das sessões, foram abordados temas relevantes sobre o papel da família e dos educadores espíritas na formação moral e espiritual das crianças e jovens, destacando-se a importância de uma presença ativa, consciente e inspiradora — verdadeiros “influencers do bem” — na vida das novas gerações.

07. Live debateu o papel do estudo na prática mediúnica

No domingo, 17 de maio de 2026, a Área de Estudo e Prática da Mediunidade do CEI realizou a live “Diálogos sobre Mediunidade: Perguntas e Respostas”, reunindo participantes em língua portuguesa e espanhola para refletir sobre o tema “Papel do Estudo na Prática Mediúnica”.

Na sessão em Português, o expositor Paulo Alexandre Henriques, com mediação de Sílvia Almeida, destacou a importância do estudo contínuo como base para uma prática mediúnica consciente e responsável.

Já na versão em Espanhol, a abordagem foi conduzida por Marianel Gandolfo, com mediação de Walter Velásquez, ampliando o diálogo e a partilha de experiências entre diferentes países.

A transmissão ficou disponível no canal de YouTube do CEI, permitindo que o conteúdo continue acessível ao público interessado.





08



09

08. Encontro de Educadores Espíritas na Suíça em 2026

Realizou-se, no dia 30 de maio de 2026, em Winterthur, Suíça, o Encontro de Educadores Espíritas – Suíça 2026, subordinado ao tema “A Educação Espírita na Construção da Era do Amor: Desafios e Caminhos”. O evento teve lugar na FESUISSE – Federação Espírita Suíça, entre as 10h00 e as 18h00, tendo sido promovido pelo CEI em colaboração com a FESUISSE.

A iniciativa contou com a facilitação de Miriam Dusi (AIJF/CEI) e decorreu em língua portuguesa. O encontro procurou promover a reflexão e o intercâmbio de experiências no âmbito da educação espírita, destacando desafios e caminhos para o seu desenvolvimento no contexto atual.

09. Congresso assinala 100 anos da Federação Espírita Portuguesa

A Federação Espírita Portuguesa vai realizar o Congresso Nacional de Espiritismo 2026, nos dias 3 e 4 de outubro, no Auditório da Faculdade de Medicina Dentária de Lisboa, no âmbito das comemorações do seu centenário.

Sob o tema “Espiritismo: Uma Ponte Entre a Razão e a Espiritualidade”, o evento propõe um espaço de reflexão e diálogo sobre questões como a vida, a morte e a imortalidade do espírito.

O encontro contará com conferencistas nacionais e internacionais, entre os quais Alexander Moreira-Almeida, Ana Tereza Camasmie, Jacobson Trovão, Jorge Elarrat, Mário Simões, Joaquim Fernandes e Leonardo Machado.

CONGRESSO WEB-SITE >>>



10

10. Centenário de Divaldo Franco

Divaldo Franco – O Semeador de estrelas – 100 anos do nascimento do médium que influenciou milhares de vidas.

Nos dias 1 e 2 de maio de 2027, a Mansão do Caminho, a Federação Espírita Brasileira (FEB), a Federação Espírita do Estado da Bahia (FEEB) e o Conselho Espírita Internacional (CEI) promoverão um grande evento comemorativo do centenário do nascimento de Divaldo Franco, num encontro de amor, reconhecimento e união, em torno daquele que tanto semeou ao longo da sua vida.

A iniciativa reunirá representantes do Movimento Espírita de vários países, com o objetivo de homenagear o seu legado de divulgação do Espiritismo, de caridade e de educação espiritual. Serão momentos de partilha, reflexão e gratidão pelo impacto da sua obra em diferentes gerações. O encontro pretende ainda reforçar a continuidade do trabalho de divulgação e vivência dos princípios espíritas, inspirando os participantes a prosseguirem no caminho de serviço ao próximo e de promoção do bem comum.

[**VEJA MAIS AQUI>>>**](#)

Nota

A equipa da *Revue Spirite* convida todos os interessados a enviarem textos inéditos para análise e possível publicação.

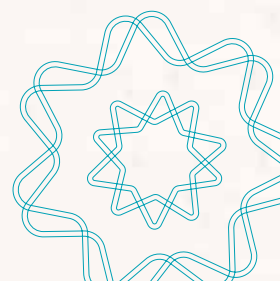
Os textos devem ser originais e não ter sido previamente publicados em qualquer formato. A equipa editorial apreciará cuidadosamente todas as submissões recebidas. Envie seu material para o e-mail: revuespirite@cei-spiritistcouncil.com

Participe e contribua para a continuidade das reflexões e estudo do Espiritismo!



COMISSÃO EXECUTIVA DO CEI
TRIÊNIO DE 2025 - 2028

Conselho Espírita Internacional





[Facebook](#)

[Instagram](#)

[Youtube](#)

revuespirite.cei-spiritistcouncil.com

cei-spiritistcouncil.com

revuespirite@cei-spiritistcouncil.com

